



Ministério
da Agricultura
e do Abastecimento

CRONOLOGIA DA OCUPAÇÃO E DESTRUIÇÃO DOS CASTANHAIS NO SUDESTE PARAENSE

ALFREDO KINGO OYAMA HOMMA

Embrapa

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente

Fernando Henrique Cardoso

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

Ministro

Marcus Vinícius Pratini de Moraes

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

Presidente

Alberto Duque Portugal

Diretores

Dante Daniel Giacomelli Scolari

Elza Ângela Battaglia Brito da Cunha

José Roberto Rodrigues Peres

Chefia da Embrapa Amazônia Oriental

Emanuel Adilson Souza Serrão – Chefe Geral

Jorge Alberto Gazel Yared – Chefe Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento

Antonio Carlos Paula Neves da Rocha – Chefe Adjunto de Comunicação, Negócios e Apoio

Antonio Ronaldo Teixeira Jatene – Chefe Adjunto de Administração

**CRONOLOGIA DA OCUPAÇÃO
E DESTRUIÇÃO DOS CASTANHAIS
NO SUDESTE PARAENSE**

Alfredo Kingo Oyama Homma

Embrapa

Exemplares desta publicação podem ser solicitados à:

Embrapa Amazônia Oriental
Trav. Dr. Enéas Pinheiro, s/n
Telefones: (91) 276-6653, 276-6333
Fax: (91) 276-9845
e-mail: cpatu@cpatu.embrapa.br
Caixa Postal, 48
66095-100 – Belém, PA

Tiragem: 300 exemplares

Comitê de Publicações

Leopoldo Brito Teixeira – Presidente
Antonio de Brito Silva
Antonio Pedro da S. Souza Filho
Expedito Ubirajara Peixoto Galvão

Joaquim Ivanir Gomes
Maria do-Socorro Padilha de Oliveira
Maria de N. M. dos Santos – Secretária Executiva

Revisor Técnico

Rui de Amorim Carvalho – Embrapa Amazônia Oriental

Expediente

Coordenação Editorial: Leopoldo Brito Teixeira

Normalização: Rosa Maria Melo Dutra

Revisão Gramatical: Maria de Nazaré Magalhães dos Santos

Composição: Euclides Pereira dos Santos Filho

Capa: Desenho de bico de pena de Percy Lau. IBGE (Rio de Janeiro, RJ). **Tipos e aspectos do Brasil.** 9 ed. 1970. 494p.

Montagem da capa: Bernardo da Costa Ferreira

Homma, Alfredo Kingo Oyama.

Cronologia da ocupação e destruição dos castanhais no sudeste paraense. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000. 132p.

ISBN 85-87690-02-7

Inclui bibliografia.

1. Castanha-do-pará – Exploração – Brasil – Amazônia. 2. Castanha-do-pará – Nível de prejuízo econômico. 3. Castanha-do-pará – Preservação. 4. Extrativismo. 5. Política pública. 6. Economia – História – Brasil – Amazônia. I. Embrapa. Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental (Belém, PA). II. Título.

CDD: 330.9811

PREFÁCIO

Creio que o grande recado deste trabalho refere-se à cronologia da destruição das castanheiras no sudeste paraense. Este trabalho complementa as informações de mais dois textos, publicados em separado, um mostrando a destruição física de 70% dos castanhais no período 1984 a 1997, através de imagens de satélites, e o outro, as razões microeconômicas que demonstram a racionalidade econômica dessa destruição. Os mecanismos da sociedade revelaram-se incapazes em fornecer alternativas ou estratégias adequadas de uso da terra, frente às forças antagônicas, com grandes interesses econômicos e políticos. A afirmação moral da sociedade é que não se conquista a riqueza ou a felicidade aperfeiçoando ou trilhando caminhos já conhecidos, mas agarrando-se de forma imperfeita ao desconhecido. No caso da ocupação da Amazônia parece que esse ditado popular precisa ser reavaliado, onde a pressa, a falta de informações, a ganância, entre outros, têm conduzido a prejuízos irreversíveis para o futuro.

Mesmo na atualidade, exemplos semelhantes estão em curso na Amazônia, porém, o caminho mais fácil do alinhamento com os interesses econômicos e políticos mais fortes, tem sido a norma.

Qualquer situação onde uma pessoa sinta que suas crenças, atitudes e comportamento são inconsistentes, ou fora de equilíbrio, produzirá tensão, e ela tentará aliviar-se desta tensão e restaurar o equilíbrio. Por exemplo, uma pessoa que fuma achará inconfortável aceitar o fato de que o fumo causa câncer no pulmão. Para reduzir o desequilíbrio causado pela recepção desta informação relacionada com câncer pulmonar, alguns fumantes pararão de fumar, pelo menos temporariamente, para fazer seus comportamentos de fumantes em acordo com seus conhecimentos de que fumar pode causar câncer pulmonar. Outros fumantes reduzirão o desequilíbrio, evitando as informações que relacionam câncer pulmonar e ato de fumar, e procurando informações que lhes digam que fumar não causa câncer pulmonar, ou discutindo a validade e confiança da pesquisa sobre fumo e câncer pulmonar. O fenômeno da destruição das castanheiras no sudeste paraense reduz-se na dimensão humana, em um problema de natureza cognitiva. A justificativa cognitiva da consciência é de punir os que opõem-se à regra geral, transformando-se em fato político, levando a anulação de qualquer proposta concreta contrária ao procedimento em curso.

Reverter essa tendência exige o isolamento de áreas de castanhais ainda intactos, o controle de incêndios florestais e a proibição de assentamento em áreas de castanhais e da derrubada de castanheiras para fins madeireiros. São medidas para proteger a integridade física dos castanhais, que exigem a mudança de mentalidade da sociedade.

Em dimensão mais ampla, a redução dos desmatamentos e queimadas no sudeste paraense depende do estabelecimento de política consequente de reforma agrária e de ocupação do espaço, responsável pela questão ambiental. A redução dos desmatamentos e queimadas na Amazônia, por exemplo, depende da solução fundiária no Nordeste, dos minifúndios no Sul do País e, assim por diante. Enquanto a Amazônia for considerada como a solução dos problemas sociais e econômicos do País, dificilmente o desenvolvimento sustentável será alcançado.

Como ponto final, esta publicação não tem nenhuma pretensão de trazer algo novo, mas apenas a de tentar listar alguns eventos, pessoas e instituições que, de forma direta ou indireta, estiveram associados com a destruição das castanheiras no sudeste paraense. Esperamos que essas informações sejam úteis para pesquisadores, jornalistas, técnicos, entre outros, para evitar a repetição de erros semelhantes em outros locais ou com outros recursos naturais. As limitações do autor, no campo da historiografia, levaram, com certeza, a muitas falhas e omissões, além da disponibilidade de recursos financeiros e de tempo. Se contribuir, futuramente, para informar, ajudar ou desenvolver alguma pesquisa nessa área, creio que já valeu a pena.

Ao término deste trabalho o autor deseja expressar seus agradecimentos pela ajuda emprestada nas diversas etapas da conclusão deste livro, à Maria de Nazaré Magalhães dos Santos, pela revisão gramatical; à bibliotecária Rosa Maria Melo Dutra, pela normalização; ao Euclides Pereira dos Santos Filho e Guilherme Leopoldo Costa Fernandes, pelos serviços de digitação e editoração; e ao Dr. Rui de Amorim Carvalho, pelas sugestões. À Chefia da Embrapa Amazônia Oriental, nas pessoas do Dr. Emanuel Adilson Souza Serrão e do Dr. Jorge Alberto Gazel Yared, pela política interna estimulando a divulgação dos trabalhos; ao Dr. Leopoldo Brito Teixeira, presidente do Comitê de Publicações, pelo incentivo na publicação deste livro e ao Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (FUNTEC), criado em 1995, administrado pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente que financiou este estudo.

Alfredo Homma

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CRONOLOGIA DA OCUPAÇÃO E DESTRUIÇÃO DAS CASTANHEIRAS.....	13
CASTANHEIRAS COMO UM BEM LIVRE.....	14
PRIVATIZAÇÃO E CONTROLE DO ESPAÇO DOS CASTANHAIS.....	21
INÍCIO DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA.....	43
EFEITO <i>DUTCH DISEASE</i> DA PROVÍNCIA MINERAL DE CARAJÁS.....	60
BALCANIZAÇÃO DO SUDESTE PARAENSE.....	75
SUDESTE PARAENSE COMO ESPAÇO CONTESTADO ...	92
CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	107
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	110
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	130

CRONOLOGIA DA OCUPAÇÃO E DESTRUIÇÃO DOS CASTANHAIS NO SUDESTE PARAENSE

Alfredo Kingo Oyama Homma¹

INTRODUÇÃO

*"Deu-nos berço de bonança e de alegria
Por ter vivido aqui os nossos ancestrais
Deu enfim ao povo a terra hospitaleira
Com os lauréis da glória – os castanhais"*

*Estrofe do Hino de Marabá, letra de Pedro Valle e
Moisés da Providência Araújo e Música de Moisés da Providência Araújo*

Este trabalho tem por objetivo relacionar diversos eventos, personagens e aspectos legislativos que tiveram influência na transformação da castanha-do-pará em um recurso econômico, os mecanismos para apropriação do excedente econômico dos coletores, e a sua destruição, decorrente da inserção regional, em novas atividades econômicas, descartando a castanheira.

Warren Dean, no seu clássico livro **"A Ferro e Fogo"**, que veio a público após seu trágico acidente (1994), relata a destruição da Mata Atlântica, que ficou reduzida a menos de 8% da cobertura original à época do descobrimento do Brasil. De maneira similar, este mesmo fenômeno está ocorrendo no sudeste do Pará com relação aos castanhais, que nos últimos 30 anos, tem sido palco de diversos conflitos fundiários

¹Eng.-Agr., D.Sc., Embrapa Amazônia Oriental, Caixa Postal 48, CEP 66017-970, Belém, PA. E-mail: homma@cpatu.embrapa.br

envolvendo agricultura familiar de fronteira (sem-terra, posseiros, pequenos agricultores), grileiros, garimpeiros, fazendeiros, castanheiros e índios. A isso se contrapõem com a inserção dessa região nos megaprojetos minerais e energéticos e, mais recentemente, nos grandes eixos de desenvolvimento nacionais, representados pelas hidrovias e na expansão da soja. Nas últimas três décadas, essa região tem sofrido as maiores intervenções humanas desde o início da ocupação da Amazônia. A conexão de Marabá com a rodovia Belém-Brasília (1969), a abertura da rodovia Transamazônica e a eclosão da guerrilha do Araguaia (1972), o início da construção da hidrelétrica de Tucuruí (1976), a abertura da PA-150 cortando o coração dos castanhais, o Programa Grande Carajás (1980), o auge da Serra Pelada (1983), a inauguração da Estrada de Ferro Carajás (1985), a implantação da Hidrovia do rio Araguaia (1995), entre outros eventos, constituíram fatores que levaram à contínua subtração dos estoques de castanhais. Da área original do chamado Polígono Castanheiro, proposto em 1982, quinze anos depois, 70% da área foi desmatada.

Uma das conclusões quando se analisam os diversos fatos históricos desta cronologia é a incosequência dessa destruição dos castanhais, que poderia ter sido reduzida ou evitada. A busca do caminho mais fácil evitando ferir interesses econômicos e políticos, bem como a assertiva comum na Amazônia, de buscar o equilíbrio cognitivo, na justificativa de que outros já o fizeram, no passado e em outros países.

Reverter essa tendência exige o isolamento de áreas de castanhais ainda intactos, o controle de fluxos migratórios e de incêndios florestais e a proibição de assentamento em áreas de castanhais e da derrubada de castanheiras para fins madeireiros. São medidas para proteger a integridade física dos castanhais, que exigem a mudança de mentalidade da sociedade. Estas transformações mostram, também, um evidente conflito entre a opção do desenvolvimento pelos novos atores sociais que entram em cena, como pecuaristas, madeireiros, capital nacional e internacional interessados na exploração mineral, produção de energia elétrica e, mais recentemente, na expectativa da produção de soja. Em outro conjunto, os posseiros, os pequenos agricultores e os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), passaram a pressionar as reservas remanescentes dos castanhais, procedendo a sua substituição por atividades agrícolas, por questão de sobrevivência. O fluxo

migratório, cujo sentido de luta tinha por objetivo o uso da terra para fins agrícolas conflitava com a conservação ou a preservação dos castanhais. Este fluxo, facilitado pelas vias de acesso rodoviário e ferroviário, resultou, também, na transferência de problemas de outras áreas do país para aquela região, exteriorizado pelos violentos conflitos fundiários, que sempre preocuparam desde a criação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), em 1980, até a sua extinção, em 1987, sem conseguir uma efetiva solução para esse xadrez fundiário. O saldo, naturalmente, sempre foi a contínua destruição dos estoques de castanhais. O encadeamento dos fatos históricos mostra que, ao contrário da afirmativa comum, quanto à ineficiência do setor público, esta tem cumprido todas as grandes obras físicas com relação à Amazônia e, com conseqüências danosas para o meio ambiente.

A legislação nunca deixou de proteger as castanheiras. A riqueza das leis, algumas completamente contraditórias, por ser o caminho mais fácil, revelaram ser inoperantes, pela falta de mecanismos para o seu cumprimento e pela dupla interpretação. Enquanto o comportamento individual for regido pelas ações econômicas, movido por incentivos e penalidades, a conservação e/ou a preservação sempre terá um grande risco de ser violada. As ações sociais baseadas nas normas, códigos de conduta e representações coletivas, constituem a maior garantia para a conservação e/ou preservação dos recursos naturais. Dessa forma, a mudança dos valores individuais e a especificação da legislação, caracterizando o delito individual, os crimes ambientais permanecem indiferentes. O Código Florestal (Lei 4.771, 15/9/1965), a Portaria 2.570 do IBDF (22/11/1971) e a recente Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605, 13/2/1998), dão toda proteção legal para evitar a sua derrubada. As castanheiras, quando são poupadas nas derrubadas, são imoladas ao fogo, morrendo em pé, resultando nos conhecidos cemitérios de castanhais no sudeste paraense.

A insegurança no campo, tema freqüente nas manchetes da mídia sobre o sudeste do Pará, que atingiu o epicentro em Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, constitui a ponta desse *iceberg* social, quanto à inadequação das diversas políticas públicas e da transferência de problemas de outras áreas do país. No ângulo tecnológico, esta insegurança está associada à baixa sustentabilidade da agricultura familiar de

fronteira, no qual permanece na fronteira, enquanto esta apresenta disponibilidade de recursos madeireiros e da floresta para viabilizar a agricultura baseada na derruba e queima. Quando os estoques florestais se esgotam, a fronteira passa a se constituir em ameaça para a sua sobrevivência e tendem a repetir o modelo mais adiante, na premonição da crise.

A localização dos atuais assentamentos fundiários e das invasões de propriedades em áreas de castanhais constitui outra variável de pressão emergente que está levando a derrubada de castanheiras para ocupação pela agricultura de subsistência em simbiose com os extratores de madeira. As políticas fundiárias da região deveriam procurar ao menos preservar o tamanho dos lotes, de 100 ha no passado, reduzidos, posteriormente, para 50 ha e, atualmente de 25 ha, como já vem sendo implementada em novos assentamentos da região. Se ainda é forte a pressão sobre a terra na região, em função da existência de fluxos migratórios externos e internos a ela, não se deve encarar a concessão de terra a um maior número de indivíduos como solução social para esse problema, contribuindo para novas migrações mais à frente na fronteira num futuro próximo. Diminuir a área dos estabelecimentos, sem aumentar a produtividade dos sistemas agrícolas é contribuir para acelerar o processo de expulsão no lote e para a inexorável destruição das áreas de castanhais no sudeste do Pará. Sem levar em conta a existência desse ciclo, dar apenas um lote de 25 ha para os integrantes do MST e posseiros, sem técnica, não apresenta nenhuma garantia de sustentabilidade futura.

A destruição das castanheiras, apesar de ser protegida legalmente contra a sua derrubada desde a década de 60, está relacionada também com a perda de competitividade frente a outras alternativas econômicas. Ao contrário dos açazais, onde a valorização dos frutos tende a levar à conservação pelos próprios extratores, no caso das castanheiras, na visão do posseiro, é muito mais lucrativo vender as árvores, plantar culturas anuais e cupuaçu ou transformá-los em pastos. O tamanho dos lotes não assegura uma lucratividade para garantir a sobrevivência apenas da extração da castanha, além de constituir em atividade parcial, na época chuvosa. Esse é um dos mecanismos indutores da destruição.

O valor da castanheira em pé, mesmo que possa produzir *ad infinitum*, a manter o atual valor, sem a sua verticalização pelos coletores, dificilmente será atrativa a sua manutenção. A valorização do mercado de cupuaçu fez com que a manutenção dos cupuaçuzeiros nativos seja mais rentável do que as castanheiras. Este fato está levando, por outro lado, o plantio domesticado dessa espécie, chegando, por exemplo, no Castanhão Araras, a percentuais de 70% para domesticado e 30% para extrativo e o inverso no Projeto Agroextrativista de Praia Alta e Piranha, em Nova Ipixuna. A atividade extrativa por si só não consegue garantir a sustentabilidade econômica, exigindo a necessidade de implantação de agricultura de subsistência, daí o evidente risco quanto à sustentabilidade ecológica e econômica a médio e longo prazos.

Enquanto ocorria a expansão das pastagens, durante as décadas de 70 e 80, as castanheiras eram mantidas e mortas em pé, pela derrubada e queimada e pelo contínuo uso do fogo para a limpeza das pastagens e de incêndios florestais. Uma visão dantesca desse quadro pode ser vista, por exemplo, na estrada que vai de Eldorado de Carajás a São Geraldo do Araguaia. Não significa, por outro lado, que a inexistência desses esqueletos de castanheiras, que eram áreas livres dessa árvore, mas que passaram por um processo de limpeza nos últimos dez anos, como era o trecho entre Marabá, São João do Araguaia e Xinguara, que cunhou o termo “**cemitérios de castanheiras**” pelas pesquisadoras Marília Lemmi e Rosineide da Silva Bentes, em 1988. Nas décadas anteriores, a grande disponibilidade de oferta de madeira e da proibição do abate de castanheiras, e a constante abertura de novas frentes de expansão, faziam com que essa árvore não fosse plenamente utilizada pelas serrarias.

Essa agricultura familiar de fronteira se estabelece nas frentes pioneiras, acompanhando as estradas de extração de madeira, procedendo a derrubada e a queima da floresta. Os madeireiros e a agricultura familiar de fronteira são, por razões diversas, os principais atores, que se complementam e que se opõem, nas zonas de frente pioneira amazônica. Procura-se deliberadamente extrair o maior número possível de algumas espécies madeireiras de maior valor econômico e, uma vez esgotados, seguem mais à frente na fronteira, deixando atrás de si as marcas desta extração predatória, ao longo dos ramais abertos.

Há necessidade de intensificar a agricultura com o uso de mecanização agrícola e adubação para aumentar o tempo de permanência do pequeno produtor no lote, para evitar novas derrubadas, privilegiando a fronteira interna já conquistada. O paradoxo dessa medida é que poderia estimular a vinda de mais posseiros. Os pecuaristas precisam promover a recuperação das pastagens, evitando-se, com isso, o uso do fogo na limpeza dos pastos. Enquanto ocorrer o risco de incêndios florestais, além de danificar os estoques de castanheiras, constitui um perigo para os projetos de reflorestamento. O reflorestamento constitui uma necessidade imediata para atender às guseiras existentes nos Estados do Pará e Maranhão. Medidas de estímulo e incentivo para o plantio de castanheiras, tanto por pequenos produtores ou em projetos de reflorestamento devem ser efetuadas.

Os próximos anos configuram, portanto, para a Amazônia, a manutenção e a criação de novas alternativas econômicas, impulsionadas pelos centros mais dinâmicos do país e do exterior. As experiências de desenvolvimento do passado passam a constituir como imagens do espelho retrovisor de um veículo em marcha acelerada, procurando apenas contornar obstáculos encontrados anteriormente. As novas formas emergentes de atividades econômicas na Amazônia desenharão um conjunto de ameaças e oportunidades *conflitantes* e ao mesmo tempo *complementares* e, muitas vezes desconectadas no espaço e no tempo.

A grande questão é se realmente vale a pena preservar os castanhais remanescentes? Se a resposta for afirmativa, há necessidade de uma grande mudança nos rumos das políticas públicas com relação ao sudeste paraense, ao Estado do Pará e à Amazônia. Com certeza as gerações futuras irão questionar quanto à omissão e à conivência que estão conduzindo a essa destruição sistemática.

CRONOLOGIA DA OCUPAÇÃO E DESTRUIÇÃO DAS CASTANHEIRAS

Os principais fatos históricos, vultos e políticas públicas que influenciaram a destruição das castanheiras no sudeste paraense, até a atualidade, e uma possível visão do futuro, em escalas cronológica e sintética, constituem o objetivo deste trabalho.

As políticas públicas sempre influenciaram poderosamente os rumos da Amazônia. A manutenção da soberania durante o período colonial, o “*Discurso do Rio Amazonas*” proferido pelo Presidente Getúlio Vargas, a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea), os incentivos fiscais, o Programa Grande Carajás, o Brasil em Ação, entre outros, são exemplos de políticas públicas que foram implantadas na Amazônia. Muitas dessas políticas públicas se traduziram em grandes projetos como a ferrovia Madeira-Mamoré, Jari, Tucuruí, Carajás, hidrovias, etc., caracterizados mais pelo seu efeito inercial, do que por atender aos interesses maiores de sua população, pois somente a eles cabem o direito de escolher seu destino e sua opção. Quem imaginaria que a criação dos incentivos fiscais em 1966 iria provocar os grandes desmatamentos na Amazônia? É interessante o leitor comparar o mapa da Amazônia publicado no livro de Paul Le Co-inte, em 1922, onde existiam apenas as estradas de ferro Belém-Bragança, Madeira-Mamoré e Tucuruí. Chama a atenção a riqueza da fúria legislativa que a Amazônia apresenta, como expressão da sua política pública, como a maneira mais simples de resolver os problemas sociais, econômicos e ambientais, que nem sempre são cumpridos ou são simplesmente menosprezados.

Entender os fatos cronológicos pode contribuir para minimizar os erros do passado. Com certeza é perda de tempo fustigar o passado, pois nada se pode fazer para alterá-lo. A maioria dos fatos históricos só são percebidos depois de um longo período. O mais grave é a percepção dos erros e admitir a sua continuidade, por medo ou omissão,

como tem sido em muitas decisões públicas na Amazônia. Hoje, vivem-se as decisões tomadas ontem e, amanhã, as decisões tomadas hoje. Portanto, há chance de se construir o futuro tomando as decisões corretas agora. Existe, portanto, um fio condutor conectando todos estes eventos e fatos que explicam a situação atual. De forma idêntica, uma bibliografia demonstra a seqüência e a fronteira da produção técnico-científico-cultural de um determinado assunto ou da sociedade, uma seqüência de eventos, leis ou decretos demonstram a tendência e a história de um fenômeno. Apesar de os problemas não serem independentes, a linearidade dos eventos pode ser interpretada para compreender fenômenos passados e antever possíveis caminhos para o futuro. O que não se pode é externar um otimismo irreal com o objetivo de esconder a realidade da Amazônia e do País, como se isso fosse ajudar alguma coisa. É nesse sentido que esta cronologia pretende contribuir, para entender o processo de destruição das castanheiras, procurando cobrar a responsabilidade social por parte da sua população e das instituições da sociedade.

CASTANHEIRAS COMO UM BEM LIVRE

O processo de destruição dos castanhais no sudeste paraense vem acontecendo desde a fundação do Burgo de Itacaiúnas, no dia 7 de junho de 1898, pelo Coronel Carlos Gomes Leitão, portanto há um século, e que se acentuou com a extração do caucho, pelo aniquilamento dessas árvores, para a extração do látex (Jadão, 1984; Matos, 1996; Moraes, 1998). Com a perda da importância do caucho, a extração de castanha-do-pará passou a constituir na principal atividade econômica, sem contudo caracterizar a destruição dos estoques de castanheiras, que são substituídas nas três últimas décadas. A primeira tentativa de integrar a região sudeste do Pará foi a construção da Estrada de Ferro Tucuruí, iniciada em 1905, na margem esquerda do rio Tocantins, para transpor as corredeiras de Itaboca, num percurso de 12 km, onde apresenta um desnível de 72 pés, unindo Jatobal a Alcobaça (Tucuruí), numa extensão de 117 quilômetros e 200 metros. O interesse inicial dessa ferrovia foi a tentativa de viabilizar a exportação de caucho.

No dia 4 de dezembro de 1908 foi aberto ao tráfego o primeiro trecho de 43 km da Estrada de Ferro Tucuruí, partindo de Alcobça (Tucuruí), que seria retomada somente em 1927 e concluída em 1944, sendo a conclusão definitiva somente em 1946 (Dias, 1958; 1959). Apesar de sua conclusão, a Estrada de Ferro Tucuruí pouco contribuiu para o escoamento da castanha-do-pará, em face da irregularidade da via férrea, dos descarrilamentos, da falta de força da locomotiva na subida, da dificuldade de transbordo e do armazenamento nos dois extremos da ferrovia, além de ataques de índios **assurini**. A coincidência da época chuvosa, por ocasião da coleta de castanha, fazia com que a maior parte da safra fosse escoada sem a utilização da ferrovia, apesar dos riscos existentes.

Dessa forma, a ocupação do sudeste paraense iniciou-se com o extrativismo do caucho e, posteriormente, com a perda da importância da extração da borracha como consequência dos plantios racionais no Sudeste asiático, do aproveitamento das castanheiras abundantes na região. No início, as castanheiras eram consideradas como sendo bens livres, dependente apenas da mão-de-obra para a sua coleta e do transporte fluvial pelo rio Tocantins até Belém. A falta de alternativas econômicas justificava esse extrativismo expedicionário, concentrado apenas na safra da castanha-do-pará.

□ 1892

- Decorrente de um atrito político em Boa Vista do Tocantins, atual Tocantinópolis, Estado de Goiás, o Coronel Carlos Gomes Leitão (1848-1904) dirige-se ao Presidente da Província do Pará, pedindo licença para ocupar a área denominada Burgo, visando instalar uma Colônia Agrícola.

□ 1895

- A expedição designada pelo Coronel Carlos Gomes Leitão descobre nas matas do rio Itacaiúnas, o caucho, atraindo migrantes do Maranhão e de Goiás.

- Francisco Coelho da Silva (1846-1906), nascido em Grajaú, Estado do Maranhão, traz um pequeno rebanho de gado procedente de sua cidade para vender em Nazaré dos Patos, povoado logo abaixo de Alcobaça (Tucuruí). Estava acompanhado dos sócios Pedro Limeira, Antônio de Almeida e do libanês Miguel Belix. Aportando na confluência dos rios Itacaiúnas com Tocantins, vende parte do gado extenuado pela viagem para o Coronel Carlos Gomes Leitão. Talvez esse tenha sido o primeiro rebanho bovino existente na região de Marabá.

□ 1897

- O naturalista francês Henri Coudreau explora o rio Itacaiúnas.

□ 1898

- No dia 7 de junho é fundado o Burgo de Itacaiúnas, pelo Coronel Carlos Gomes Leitão, que daria origem à cidade de Marabá. Carlos Gomes Leitão, nasceu no dia 12 de maio de 1848 em Carolina, Maranhão, recebeu a Patente de Coronel da Guarda Nacional concedida pelo Presidente da Província de Goyaz, em 23 de junho de 1880 e faleceu no dia 3 de abril de 1903, em Marabá.

□ 1900

- No dia 14 de abril Frei Gil de Vila Nova concede ao povoado de Conceição de Araguaia o predicado de Vila.

□ 1903

- Inauguração, no dia 3 de maio, da Estrada de Ferro Belém-Bragança, que tinha sido iniciada em 24 de junho de 1883, depois de 20 anos de atividades.

□ 1904

- A Casa Marabá, que Francisco Coelho da Silva mantinha em sociedade com Francisco Casemiro de Souza, por inspiração da poesia de Gonçalves Dias, é transferida oficialmente para a Povoação do Pontal, de acordo com o Decreto 1.344-A, de 27 de dezembro.

□ 1905

- Início da construção da Estrada de Ferro Tucuruí, na margem esquerda do rio Tocantins, para transpor as corredeiras de Itaboca, que num percurso de 12 km apresentava um desnível de 72 pés. Essa ferrovia teria um percurso de 117 km e 200 metros, unindo Jatobal a Tucuruí, com o objetivo de permitir a exportação do caucho.

- No dia 5 de novembro Marabá é incorporado, como Distrito Judiciário à Comarca de São João do Araguaia.

□ 1906

- Grande enchente em Marabá.

- O Poder Legislativo autoriza a concessão do Porto de Belém, ao capitalista americano da Pensilvânia, Percival Farquhar, através do Decreto 5.978, de 28 de abril. No dia 20 de dezembro, através do Decreto 6.283, o Presidente da República Rodrigues Alves autoriza o funcionamento do *Port of Pará*, por meio de ações vendidas nas bolsas de valores da França, Bélgica, Canadá e Estados Unidos.

□ 1907

- Criação do Posto Experimental de Igarapé-Açu, investindo 70 mil libras nas suas instalações, que seria o embrião das tentativas de se criar o Instituto Agrônômico do Norte (IAN), pelo senador José Ferreira Teixeira, de Muaná e que mais tarde contaria com a colaboração de Enéas Calandrini Pinheiro, quando retornava do curso de agronomia, na Bahia. Esta estação seria paralisada por falta de recursos, em 1911, reativada em 1912 e fechada em 1916. Pensava-se desenvolver, nesta estação, pesquisas com aveia, cevada e trigo, mas o objetivo principal era a seringueira.

- Inauguração do porto flutuante de Manaus, pela companhia inglesa *Manaus Harbour Ltd.*, que consta de um grande dique flutuante de 1.313 metros de cais acostáveis, assentado sobre vigamento de aço suspenso a grandes flutuadores, o que lhe permite acompanhar o nível das águas do rio Negro, cuja variação máxima registrada foi de 16 metros.

- Início da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, pelo milionário americano Percival Farquhar, que se estenderia até 1912, com o saldo de 30 mil mortes. Farquhar tinha ações de quase todas as ferrovias do Brasil, de Cuba e de outros países da América Central, e sonhava ser o rei dos trilhos da América Latina. A borracha já estava em decadência e a ferrovia logo se tornaria inútil.

□ 1908

- Abertura ao tráfego do primeiro trecho de 43 km, no dia 4 de dezembro, da Estrada de Ferro Tucuruí, partindo de Alcobaça (Tucuruí).

□ 1909

- Criação do município de Conceição do Araguaia, através da Lei 1.091, povoado fundado pelo Frei Gil de Vila Nova.

□ 1910

- No dia 31 de maio é inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, ligando Porto Velho a Jaci Paraná, numa extensão de 89,980 km.

□ 1911

- No dia 9 de fevereiro nasce Augusto Morbach, em Santo Antônio da Cachoeira, atual Itaguatins, chegando com oito anos em Marabá, distinguindo-se como maior expressão literária e artística e falecendo em 22 de fevereiro de 1981. O seu filho Pedro Morbach mantém os dotes artísticos do seu pai.

□ 1912

- Criação do Plano de Defesa da Borracha, pelo Presidente Hermes da Fonseca.

- Inauguração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, beirando os rios Madeira e Guaporé, ligando Porto Velho a Guajará-Mirim, numa extensão de 377 km, no dia 1^o de agosto.

□ 1913

- A Lei Estadual 1.278, de 27 de fevereiro, editada pelo Governador Enéas Martins, cria o município de Marabá, desmembrando-o do município de São João do Araguaia. A instalação desse município só é realizada no dia 5 de abril. A cidade de Marabá conta com 500 habitantes fixos e 1.500 na época de maior movimento.

- A extração de castanha-do-pará, de Marabá, é de 20 hectolitros, que é destinada a Belém.

□ 1914

- O Decreto 3.057, de 7 de fevereiro, eleva a cidade de Marabá à sede da Comarca.

- No dia 19 de agosto é instalada a primeira agência dos Correios, em Marabá, dirigida por Alda Gomes Marinho até 1930.

- Inauguração do Canal de Panamá, com 82 km de extensão. Foi tentado em 1879 pelo francês Ferdinand de Lesseps, que frente às doenças tropicais como a malária e a febre amarela levaram o projeto à falência e reiniciando somente em 1908.

- Registro da primeira frutificação de árvores de castanha-do-pará na Estação Experimental de Batu Tinga, na península de Málaca.

□ 1915

- No dia 20 de julho é inaugurada, em Marabá, a iluminação municipal à base de lâmpões.

□ 1916

- Primeiro barco a vapor denominado Pedrina, de propriedade de Alfredo Rodrigues de Monção, chega em Marabá.

□ 1918

- A extração de caucho é a primeira atividade econômica da região de Marabá. Com a eclosão da I Guerra Mundial, o preço do quilo de caucho é cotado a 5.000 réis e com a rendição da Alemanha o preço cai para 500 réis o quilo.

□ 1919

- A firma Irmãos Bittar, de Belém, inicia a compra de castanha-do-pará em Alcobaça.

- Ataque de índios Gavião na propriedade de Martino Mota Silveira, no dia 16 de setembro, matando três pessoas, levando uma expedição punitiva em Praia Alta.

PRIVATIZAÇÃO E CONTROLE DO ESPAÇO DOS CASTANHAIS

O estabelecimento de mecanismos de apropriação do excedente econômico dos extratores de castanha-do-pará, a exemplo dos seringais, fizeram com que o espaço geográfico representado pelo estoque de castanheiras passasse a ser controlado pelas famílias detentoras de poderes político e econômico. Estabelecia os princípios da doutrina Wakefield justificada por Marx (Guimarães, 1977), da teoria de Domar (Volbeda, 1982) e por Kazmer (1977) na apropriação das áreas com estoques de castanheiras. Segundo Wakefield (Guimarães, 1977), as terras virgens não deviam ser postas ao alcance das populações pobres por preços baixos, a elas acessíveis, porque se assim acontecesse, os homens e mulheres mais capazes se transformariam em produtores independentes em vez de se engajarem como trabalhadores nas propriedades dos latifundiários. Para Domar (Volbeda, 1982), a força política que restringe a mobilidade da mão-de-obra, apesar da disponibilidade de terras, permite a manutenção do sistema de apropriação. Quanto a Kazmer (1977), a incorporação das áreas de castanhais significa a garantia da apropriação do excedente econômico.

A extração de castanha-do-pará no sudeste paraense, antes da instituição da Lei de Terras, em 1930, era livre, predominando um tipo de extrativismo expedicionário, deslocando-se apenas na época da safra (Emmi et al., 1987; Emmi, 1989). O Decreto 377, de 25 de junho de 1931, extinguiu o sistema de aforamento, que vigorou por menos de dois anos, até que o Decreto 1.014, de 7 de junho de 1933, regulamentou o Serviço de Legalização de Castanhais. O Decreto 1.049, de 19 de agosto de 1933 consolidou toda a legislação anterior, fazendo vigorar o Regulamento de Terras do Estado do Pará, até 15 de janeiro de 1966, quando foi revogado pela Lei 3.541, no Governo Jarbas Passarinho, que no período de 1955 a 1966 havia concedido 252 aforamentos de castanhais.

Com o advento do Estado Novo, a legislação de terras é consolidada pelo Decreto-Lei 3.143, de 11 de novembro de 1938, regulamentando o Serviço de Arrendamento de Terras para Exploração de Produtos Nativos.

A importância da castanha na economia do Estado do Pará, na década de 50, e a dificuldade em aumentar a capacidade de extração, levaram a propor modificações no sistema de arrendamento de terras devolutas para fins de exploração extrativa através da Lei 913, de 4 de dezembro de 1954, que se estenderia até 1966. Esses esforços fizeram com que, em 1956, as exportações de castanha-do-pará alcançassem o pico máximo do valor das exportações da Região Norte (70,57%). Outras iniciativas de natureza social, como a criação do Sindicato dos Castanheiros de Marabá, no dia 15 de julho de 1951 e a instituição do dia 27 de janeiro, como o **Dia da Castanha**, em 1952, pela Associação Comercial do Pará através do seu Conselho Deliberativo e sugestão do seu Presidente Antônio Martins, simbolizam a importância desse produto na economia regional. No Estado do Amazonas, a legislação estadual consagrou o dia 29 de abril como sendo o **Dia do Castanheiro**. Apesar do simbolismo, tais iniciativas não tiveram maiores repercussões na economia extrativa.

A existência de apenas quatro sedes municipais, a de Conceição do Araguaia, criada em 1909; de Marabá, em 1913; e a de Tucuruí e Itupiranga, em 1947, toma forte impulso em 1961 com a criação dos municípios de Jacundá, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e São João do Araguaia, pela Lei Estadual 2.460.

A formação de um mercado local de gêneros alimentícios para atender à população urbana e aos extratores, ensejou a instalação do Banco de Crédito da Amazônia no final da década de 50 e a abertura da agência do Banco do Brasil em 1964 (Dias, 1958; 1959). A fundação da Cooperativa Agrícola de Marabá (Copema), em 1965, estimulada pelo Banco do Brasil para recolher a produção de arroz dos pequenos produtores, constitui a indicação do processo de desmatamento na região. O início do movimento sindical apoiando os donos de castanhais se concretiza com a fundação do Sindicato Rural de Marabá, em 8 de outubro de 1965.

A transformação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea) em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), pela Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966, bem como a extinção do Banco de Crédito da Amazônia, pela Lei 5.122, de 28 de setembro de 1966, transformado em Banco da Amazônia, e a criação dos incentivos fiscais para a pecuária ativaram o processo de ocupação na região. É interessante mencionar que desde a década de 50, a pecuária se expandia ao longo do vale do rio Araguaia, por tradicionais famílias pecuaristas de São Paulo, com recursos próprios. Esse grupo de pecuaristas seria o futuro embrião da Associação dos Empresários da Amazônia (AEA), criada em 1968. A AEA defendia o financiamento subsidiado de empresas de criação de gado na fronteira amazônica, tornando-se um forte grupo de pressão de interesses de industriais sulistas.

A realização da *I Conferência Nacional da Castanha-do-Pará*, no período de 20 a 22 de fevereiro de 1967, contando 167 participantes, aberta pelo Governador Alacid Nunes, tinha como uma das reivindicações básicas a conclusão da abertura rodoviária de Marabá com a Belém-Brasília, que seria concretizada em 1969 (Conferência..., 1969). Em 1970, uma linha de ônibus comercial já fazia ligação entre Belém e Marabá, pela PA-70, atual BR-222, em treze horas. Nesse evento, a crise do setor de extração de castanha já se evidenciava na existência de um conflito entre a necessidade do aumento na extração, decorrente do argumento das grandes perdas de castanhas não coletadas na floresta e da expansão da agricultura que começava a ganhar espaço (Leite, 1968).

□ 1920

- A firma Chamon inicia a aquisição de castanha, aumentando o interesse por este produto.
- Início da utilização do serviço de navegação a vapor, por iniciativa particular, em Marabá.

- O grupo político liderado por Deodoro de Mendonça, natural de Cametá, passa a exercer domínio sobre as áreas de castanhais.

□ 1921

- A exportação de castanha-do-pará de Marabá para Belém é de 27.965 hectolitros.

□ 1922

- No mapa da Amazônia existem apenas as Estradas de Ferro Belém-Bragança, Madeira-Mamoré e Tucuruí.

- O município de Marabá alcança sua máxima superfície territorial com a anexação do município de São João do Araguaia, por decreto a partir de 1923, alcançando 73.247 km² até ser reduzida ao mínimo de 11.273 km², em 1998.

- Implementação do Plano Stevenson. Os norte americanos sentem-se prejudicados, considerando que consomem 75% da borracha produzida pelas plantações. Setenta por cento da produção mundial e 95% do suprimento mundial de borracha são tirados das plantações sob imediata fiscalização dos governos inglês e holandês, sendo 70% pelo primeiro e 25% pelo último.

- A produção de borracha no sudeste asiático já contava com 320 milhões de seringueiras em 1,5 milhão de hectare, produzindo 350 mil toneladas de borracha vegetal.

- Paul Le Cointe publica em dois volumes, em francês, "*L'Amazonie brésilienne*", com um total de 1.023 páginas, descrevendo os recursos naturais da Amazônia.

□ 1923

- Marabá é elevada à categoria de cidade, no dia 27 de outubro, pela Lei Estadual 2.207, e conta com pouco mais de dois mil habitantes.

- A exportação de castanha-do-pará de Marabá para Belém é de 61.700 hectolitros.

□ 1924

- Chegada do libanês Kalil Mutran, procedente da cidade de Grajaú, Estado do Maranhão, marcando a história da extração da castanha-do-pará na região de Marabá.

- Solenidade de instalação da categoria de cidade para Marabá, no dia 13 de maio.

□ 1926

- Grande enchente em Marabá.

□ 1927

- Retomada da construção da Estrada de Ferro Tucuruí.

- Construção da Companhia Ford Industrial do Brasil, no dia 10 de outubro, dando início às atividades de Henry Ford, às margens do rio Tapajós.

- Andreas Stihl patenteia, na Alemanha, a motosserra, composta de uma correia como elemento de corte e de um motor de gasolina, que pesava 58 quilos. A motosserra tornar-se-ia um dos instrumentos agrícolas que iria aumentar a produtividade do desmatamento da Amazônia no final da década de 1960.

- O grupo político de Deodoro de Mendonça passa a controlar o comércio e os castanhais da região de Marabá através da firma Dias & Cia, representado por seu cunhado Lusignan Dias, que resistiu até fins dos anos 40.

□ 1928

- Implantação do serviço de telegrafia na cidade de Marabá.
- Fim do Plano Stevenson.
- Em 11 de agosto é fundada a Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S.A. (Nantaku), que iria administrar a imigração japonesa no Estado do Pará.

□ 1929

- É concedido Título Definitivo a 2.172 hectares para o Castanhal Burgo.
- Em outubro, inicia-se o fornecimento de luz elétrica gerada por usina de vapor movida à lenha, em Marabá.
- No dia 27 de julho sai do porto de Kobe, o navio Montevideo Maru, posteriormente transferido para o navio Manila Maru, trazendo os primeiros 189 imigrantes japoneses para a Amazônia, que desembarcam em Belém no dia 16 de setembro e embarcam no barco Tefé, chegando em Tomé-Açu no dia 22 de setembro.
- No dia 29 de outubro ocorreu o *crack* da Bolsa de New York, com profundos reflexos na economia mundial.

□ 1930

- É lançada a Lei de Terras no Estado do Pará.
- Com a Revolução de 30, assume o interventor Magalhães Barata, que a privilegia a firma de comerciantes de castanha, Antônio Borges & Cia, que passa a controlar os melhores castanhais e a comercialização do produto.

- No dia 21 de outubro é fundado o Instituto Amazônia, em Parintins, pelos financistas japoneses responsáveis pelos imigrantes japoneses, para servir de suporte às atividades agrícolas.

- Deposição de Washington Luís, no dia 24 de outubro, assumindo Getúlio Vargas, no dia 3 de novembro, que permanece no cargo até 29 de outubro de 1945.

□ 1931

- O Decreto 377, de 25 de junho extingue o sistema de aforamento, que vigorou por dois anos.

- Chegada do primeiro hidroavião Catalina, da empresa Condor, em Marabá.

- Cerca de 3.100 empregados trabalham na Companhia Ford Industrial do Brasil, constituindo-se no número máximo atingido.

- No dia 12 de setembro iniciam-se as primeiras experiências com a cultura da juta na Vila Amazônia, em Parintins, Amazonas.

□ 1933

- O Decreto 1.014, de 7 de junho regulamenta o Serviço de Legalização de Castanhais e o Decreto 1.049, de 19 de agosto, consolida toda a legislação anterior, fazendo vigorar o regulamento de Terras do Estado até 1966, sendo revogada pela Lei 3.541 no governo de Jarbas Passarinho.

- Em abril, Makinossuke Ussui parte do porto de Kobe e, ao desembarcar em Cingapura no navio Hawaii Maru, para cremar uma passageira idosa falecida a bordo traz 20 mudas de pimenta-do-reino.

□ 1934

- Ryota Oyama, emigrante japonês nascido em 1^o de dezembro de 1882, na vila Agata, Província de Okayama, consegue a aclimação da juta indiana em Parintins. Falece no dia 15 de maio de 1972.

- Em março, o fitopatologista James Weir, que tinha participando da Missão Norte Americana W. L. Schurz, em 1923, identifica a ocorrência do mal-das-folhas nos seringais de Fordlândia.

□ 1935

- Marabá conta com 3 mil habitantes.

- No governo de José Carneiro da Gama Malcher, o domínio dos castanhais volta ao controle de Deodoro de Mendonça, que resiste até fins dos anos 40.

- Inauguração, em 17 de novembro, do campo de pouso em Marabá, com o pouso do avião monomotor Wacco, do Correio Aéreo Nacional.

- Em 1935, a incidência do mal-das-folhas atinge 2.227,8 acres de seringais plantados em Fordlândia, representando 26%, determinando a mudança para Belterra.

□ 1937

- No dia 10 de novembro, Getúlio Vargas passa a ter poderes discricionários através do Estado Novo.

□ 1938

- Com o Estado Novo, a legislação é consolidada pelo Decreto-Lei 3.143, de 11 de novembro, regulamentando o Serviço de Arrendamento de Terras para Exploração de Produtos Nativos.

- Descoberta dos primeiros garimpos de diamante no pedral do Céu Azul, canal de Capitariquara, distrito de Jacundá, por Deusdedith Pinheiro e Leovergílio Ferreira de Souza.

□ 1939

- O químico suíço, Paul H. Müller, inventa o DDT que o levaria ao Prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina, em 1948, pela sua grande contribuição no combate às doenças endêmicas. A consequência na economia amazônica foi reduzir as exportações de timbó e a perda de importância da cinchona.

- O clima bélico na Europa faz com que, em 1^o de setembro, se desencadeie a II Guerra Mundial.

- Menos de 0,5% da superfície do Estado do Pará é cultivado havia sido desmatada.

□ 1940

- Início de exploração de garimpos de diamantes no rio Tocantins, que se estende até 1944. A exploração de garimpos constitui uma atividade econômica que substitui a exportação de castanha-do-pará decorrente da II Guerra Mundial.

- Início da exploração de cristal de rocha nos garimpos de Nambioá, às margens do rio Araguaia, até a embocadura daquele rio, que se estende até 1944, como material estratégico para a II Guerra Mundial.

- Surgimento dos motores de popa “penta”, de procedência sueca, com 4,5 HP, para dar apoio aos garimpos de diamantes, que são substituídos pelos motores Arquimedes, de 12 HP, também de procedência sueca.

- A população fixa de Marabá é de 2.984 habitantes.

• O “*Discurso do Rio Amazonas*” é apresentado pelo Presidente Getúlio Vargas, em Manaus, nos salões do Ideal Clube, no dia 10 de outubro:

“Nada nos impedirá de realizar, neste supremo esforço que representa o vigésimo século, a mais importante tarefa do homem civilizado: a conquista e o domínio de grandes vales de torrentes equatoriais, transformando sua força cega e extraordinária fertilidade em energia disciplinada. A Amazônia, com o impulso fecundo de nossa vontade, de nosso esforço e de nosso trabalho, não permanecerá um simples capítulo na história do universo, mas, na mesma base de outros grandes sistemas fluviais, tornar-se-á um capítulo na história da civilização”

• Através do Decreto-Lei 2.154, de 27 de abril, o governo federal encampa a *The Amazon River Steam Navigation Company*, e cria a administração autônoma dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAPP), que teve longa duração, substituída pela Empresa de Navegação da Amazônia S/A (ENASA) criada pelo Decreto 61.301, de 6 de setembro de 1967.

□ 1941

- Descoberta de garimpos de diamantes de São Sobra.
- No dia 7 de dezembro, os japoneses desfecham ataque surpresa a Pearl Harbour, que iria ter consequência na produção de borracha da Amazônia, para atender às Forças Aliadas e a impossibilidade de exportação de castanha-do-pará.

□ 1942

- Descoberta de garimpos de diamantes de Tartarugueiro.
- Convocação de nordestinos para trabalharem na extração de borracha na Amazônia, que ficou conhecida como a Batalha da Borracha.

- É criado o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, através da Portaria 28, de 30 de novembro, para transportar mão-de-obra do Nordeste para a Amazônia.

- Novamente ocorre grande seca no Nordeste, facilitando o recrutamento de nordestinos para trabalharem com a extração de borracha na Amazônia.

- São assinados os Acordos de Washington, pelo Ministro da Fazenda Arthur de Souza Costa, no dia 3 de março.

- Criação do Banco de Crédito da Borracha S/A., no dia 9 de julho, que posteriormente daria origem ao atual Banco da Amazônia S/A. Oscar Passos é nomeado o primeiro Presidente do Banco de Crédito da Borracha S/A.

- Criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), para fornecer assistência médica aos produtores de matérias-primas estratégicas. Incluíam os seringueiros do vale amazônico, os emigrantes das zonas do nordeste devastadas pela seca que demandavam a Amazônia e os mineiros de mica e quartzo das regiões montanhosas do Brasil Central.

- Criação da Companhia Vale do Rio Doce para explorar jazidas de ferro em Itabira, considerada estratégica para a II Guerra Mundial.

- Cinco navios brasileiros (Araraquara, Baependi, Annibal Benévolo, Itagira e Arara) são torpedeados entre os dias 18 e 19 de agosto por submarinos alemães, causando 652 mortes.

- No dia 28 de janeiro, o Brasil declara guerra com o Japão; no dia 22 de agosto declara estado de beligerância; e no dia 31 de agosto declara estado de guerra com a Alemanha e a Itália.

□ 1943

- O Decreto 4.503, de 28 de dezembro, do Governador Magalhães Barata, concede uma área de 52.607,2700 hectares para os índios Gaviões, na atual Área Indígena de Mãe do Rio.

- Em fevereiro, o governo brasileiro transforma o recrutamento de seringueiros de fora da região numa operação quase militar, contratando por dois anos, pagando adiantamentos, salário-família e transporte. Estima-se que 32 mil pessoas tenham sido incorporadas como seringueiros atendendo a esse apelo.

- A Fundação Brasil Central lança a expedição Roncador-Xingu, comandada pelos irmãos Cláudio e Orlando Villas Boas, iniciando a exploração do Estado de Mato Grosso.

- José Carneiro da Gama Malcher é nomeado Presidente do Banco de Crédito da Borracha S/A, que se estenderia até 1945.

□ 1944

- Conclusão da Estrada de Ferro Tucuruí, iniciada em 1905. Apresentava as seguintes estações no seu percurso: Arumateua (Km 25), Breu Branco (Km 43), Independência (Km 53), Tucuruí (Km 68) e Região (Km 97).

- Descoberta de garimpos de diamantes de Piranha e de manganês, no sítio do Igarapé do Azul, serra dos Carajás, pelo trabalhador de caucho, Teodoro Gonçalves Pereira.

□ 1945

- Fim da II Guerra Mundial e da Batalha da Borracha, com o saldo estimado de 30 mil nordestinos vitimados por doenças tropicais.

- No dia 29 de outubro ocorre a deposição de Getúlio Vargas.

- Paul Le Coite publica "*O Estado do Pará: a Terra, a Água e o Ar*", talvez um resumo de toda a sua experiência com a Amazônia. Nesse livro, defende a necessidade de conservar determinado equilíbrio entre a área das terras ocupadas pela floresta e das que serão apropriadas às culturas e às aglomerações humanas. Este equilíbrio poderia ter ocorrido da seguinte forma: área reservada às florestas (40%), culturas (50%) e aglomerações humanas (10%). Provavelmente isto não seria do agrado dos ecologistas na atualidade.

□ 1946

- Conclusão definitiva da Estrada de Ferro Tucuruí.
- No dia 16 de julho, uma Nova Constituição do Brasil é outorgada, na qual é estabelecido o Art. 199, a emenda Leopoldo Peres, determinando a aplicação de 3% dos recursos da União na Amazônia, durante 20 anos.

□ 1947

- Grande enchente em Marabá.
- Criação dos municípios de Itupiranga e Tucuruí, pela Lei 158, de 30 de dezembro. A instalação do município de Itupiranga ocorre no dia 14 de julho de 1948.
- Primeiro ano em que a produção de pimenta-do-reino entra no Relatório da Cooperativa Agrícola de Acará, posteriormente mudado para Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Camta), em 1949.

□ 1948

- A *American International Association*, em convênio com o governo de Minas Gerais, cria a Associação de Crédito e Assistência Rural, no dia 6 de dezembro, completando meio século de existência, com graves crises.

□ 1949

- No dia 30 de setembro é fundada a Cooperativa Agropecuária Mista de Tomé-Açu (Camta), que viria a se tornar exemplo de cooperativa agrícola na Amazônia.

- É realizada, em Belém, no período de 2 a 10 de setembro, a *III Conferência Nacional de Borracha*, cuja recomendação principal é transformar o Banco de Crédito da Borracha S/A. em Banco de Crédito da Amazônia S/A.

□ 1950

- A população de Marabá é estimada em menos de 5 mil habitantes.
- O Banco de Crédito da Borracha S/A. é transformado em Banco de Crédito da Amazônia S/A. pela Lei 1.184, de 30 de agosto.
- Início do governo Zacarias Assunção.
- O frei marabaense, Gil Gomes Leitão, da ordem dos dominicanos, passa a dar assistência aos índios Suruí.

□ 1951

- No dia 15 de julho é criado o Sindicato dos Castanheiros de Marabá, o segundo do Estado do Pará, depois do Sindicato dos Estivadores, que seria transformado em Sindicato Rural de Marabá no dia 8 de outubro de 1965.
- Instalação da Usina de beneficiamento de arroz em Marabá, com capacidade de 40 t e motor diesel de 36 HP.
- Início das importações de borracha natural no país, com grande escândalo na imprensa no sul do País.

□ 1952

- A Associação Comercial do Pará através do Conselho Deliberativo e sugestão do seu Presidente Antônio Martins instituiu o **Dia da Castanha**, determinando o dia 27 de janeiro, como início da safra desse produto.

- No dia 26 de fevereiro, três castanheiros são mortos pelos índios Caiapós no Castanhal Motor Queimado, nas proximidades do rio Vermelho e no Castanhal Cajazeira e Castanhal Macaxeira.

- Instalada em Marabá a fábrica de sabão, com produção de 200 caixas.

- Fundação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), pelo Presidente Getúlio Vargas, em Manaus.

- É criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que se destacaria nas lutas sociais nos anos futuros.

- No dia 20 de janeiro é fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

□ 1953

- A capacidade da usina de beneficiamento de arroz de Marabá é ampliada para 343 toneladas.

- Ataque de índios Caiapós no Castanhal do Remanso, causando mortes de castanheiros. No dia 6 de fevereiro, seis castanheiros são mortos no Castanhal Nova Descoberta, localizado à margem esquerda do Igarapé do Cardoso, afluente do rio Vermelho.

- Início da imigração japonesa do pós-guerra na Amazônia.

- Maior enchente do rio Amazonas.

- O Brasil torna-se auto-suficiente em fibra de juta reiniciando as exportações que iria ser quebrada em 1970.

- A Lei 1.806 define a Amazônia Legal e conceita o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Em janeiro é criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea), numa tendência de imitar a *Tennessee Valley Authority*.

- A Spvea elabora um Plano de Emergência 1953-1954.

□ 1954

- A Lei 913, de 4 de dezembro, efetua modificações no arrendamento de terras devolutas do Estado do Pará, para fins de exploração extrativa. Castanhais após curto tempo de arrendamento passam às mãos dos arrendatários de forma definitiva.

- A Spvea promulga o I Plano Quinquenal 1955-1959.
- Suicídio de Getúlio Vargas no dia 24 de agosto.

□ 1955

- Concessão de aforamentos de áreas de castanhais que se estendem até 1966.

- A população da cidade de Marabá atinge 6 mil habitantes.

□ 1956

- Maria Celene Cardoso de Almeida, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, introduz a acerola de Porto Rico, que iria se transformar em nova atividade econômica a partir da década de 80, no Estado do Pará.

- É realizada pela Camta a primeira exportação de pimenta-do-reino no Estado do Pará.

- No dia 21 de junho é criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar).

- Início do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira com o lançamento do “*Plano de Metas e Cinquenta Anos em Cinco*”, que iria modificar a região amazônica com a abertura da rodovia Belém-Brasília.

□ 1957

- Grande enchente em Marabá.

- Aparecimento do *Fusarium solani* f. sp. *piperis* nos pimentais de Tomé-Açu.

- A Lei 3.191, de 2 de julho, cria a Universidade Federal do Pará, sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, como projeto do deputado federal Epílogo de Campos, tendo a cerimônia de instalação sido realizada no Teatro da Paz, no dia 31 de janeiro de 1959.

- No dia 5 de janeiro, o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira aciona o botão para embarque da primeira carga de manganês da Serra do Navio para Baltimore.

□ 1958

- Nagib Mutran é eleito prefeito municipal de Marabá pela União Democrática Nacional (UDN), concentrando entre seus familiares mais de 45 mil hectares de castanhais. Trabalhando inicialmente como aviados da firma Antônio Borges & Cia & que passa a dominar o comércio da castanha a partir da década de 40, com a saída da firma Dias & Cia, do grupo de Deodoro de Mendonça.

- No dia 28 de agosto, no Rio de Janeiro, é criada a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), a Organização Não-Governamental (ONG) mais antiga do País.

□ 1959

- No dia 15 de janeiro, faltando menos de 50 km para unir as duas equipes de abertura da rodovia Belém-Brasília, falece tragicamente Bernardo Sayão, em Ligação do Pará, o construtor da rodovia que leva seu nome.

□ 1960

- A Estrada de Ferro Tucuruí deixa de funcionar.
- Abertura da rodovia Belém-Brasília e inauguração de Brasília no dia 21 de abril.

□ 1961

- Criação dos municípios de Jacundá (Lei 2.460), Santana do Araguaia (Lei 2.460), São Félix do Xingu (Lei 2.460) e São João do Araguaia (Lei 2.460), em 29 de dezembro, sancionadas pelo Governador Aurélio do Carmo.

- A Lei 2.387, de 16 de setembro, cria o Conselho de Política de Desenvolvimento Econômico do Pará (Condepa), que dá origem ao Instituto de Desenvolvimento Econômico Social do Pará (Idesp).

- Renúncia de Jânio Quadros.

- Criação da Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (Fase) com atuação em movimentos sociais rurais e urbanos.

□ 1962

- A bióloga Rachel Louise Carson, lança o livro “*Silent Spring*”, que deflagra o movimento pelo meio ambiente, mudando o curso da História, levando a proibição do uso do DDT nos Estados Unidos em 1972.

□ 1963

- A Lei 4.214, de 2 de maio, cria o Estatuto do Trabalhador Rural, dando garantia do salário mínimo, a jornada de oito horas, o aviso prévio, a sindicalização da classe e outras vantagens para os trabalhadores do setor agrícola.

□ 1964

- Início da construção da rodovia que liga São Félix do Tocantins a Belém-Brasília, pelo Governador Jarbas Passarinho, atual BR-222.

- A Lei 4.504, de 30 de novembro, lança o Estatuto da Terra.

- Abertura da agência do Banco do Brasil S/A, em Marabá. O Banco de Crédito da Amazônia S/A já se encontrava em Marabá desde o final da década de 1950.

- Humberto de Alencar Castelo Branco assume a Presidência do Brasil, permanecendo no período 1964-1967.

□ 1965

- Fundação do Sindicato Rural de Marabá, no dia 8 de outubro.

- Abertura da Cooperativa Agrícola de Marabá (Copema), com o objetivo de recolher a produção de arroz de seus sócios estimulados pelo Banco do Brasil.

- Criação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do Pará (ACAR-Pará).

- Criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), através do Decreto 55.889, de 31 de março, publicado no Diário Oficial de 8 de abril.

- Em 15 de setembro, através da Lei 4771, é promulgado o Código Florestal, que declara a castanheira como árvore imune ao corte.

- Lançamento do o primeiro número da revista "*Pará Desenvolvimento*", durante o governo Jarbas Passarinho, como publicação do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Pará (Condepa), que dá origem ao Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp).

- Em outubro é introduzida a *Brachiaria humidicola*, no Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte (Ipean) procedente do Instituto de Pesquisas IRI (*Ibec Research Institute*), de Matão, Estado de São

Paulo. Esta gramínea foi introduzida da África tropical por S. C. Schank para o Instituto de Pesquisas IRI através de material vegetativo procedente da *Florida University*.

- A Ceplac implanta unidade de pesquisa nas dependências do Ipean.

- Desativação da Estrada de Ferro Belém-Bragança.

- Para rebater a crítica à internacionalização da Amazônia, Arthur César Ferreira Reis, através de Centros de Formação de Pessoal sugeridos por missão estrangeira, o presidente Castelo Branco reafirma no dia 14 de maio, por ocasião da sua visita ao Ipean, acompanhado do governador Jarbas Passarinho, do prefeito Alacid Nunes e do chefe da Casa Militar, general Ernesto Geisel.

□ 1966

- Em abril, é lançada a Lei 4.947 que apoia o processo de discriminatória de terras devolutas.

- A Lei 3.541, de 15 de janeiro, do governador Jarbas Passarinho estabelece o fim dos aforamentos para áreas de castanhais. No período de 1955-1966, pela Lei de Terras do Estado do Pará havia concedido 252 aforamentos.

- Em fevereiro, o engenheiro Eudes de Prado Lopes apresenta no Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, a construção de uma megabarragem no rio Amazonas, em Óbidos.

- A Lei 5.122, de 28 de setembro, extingue o Banco de Crédito da Amazônia e transforma-se em Banco da Amazônia S.A.

- A Lei 5.173 cria a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), no dia 27 de outubro.

- O Decreto-Lei 289, de 28 de fevereiro, cria o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

□ 1967

- O geólogo Breno Augusto dos Santos, a serviço da Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da *United States Steel*, pouso seu helicóptero por problemas técnicos na Serra da Arqueada e descobre as fabulosas jazidas da Província Mineral de Carajás, na manhã do dia 31 de julho.

- Em julho, com a vinda do primeiro grupo de 30 estudantes da Universidade da Guanabara, chefiados pelo Professor Wilson Choeri, ao Território Federal de Rondônia, dá-se início ao Projeto Rondon, que iria criar *campis* avançados em Boa Vista, Tefé, Parintins, Porto Velho, Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Santarém, Altamira, Marabá, Imperatriz, Humaitá, Alto Solimões, Itaituba e Macapá. O Presidente Costa e Silva pronuncia a frase histórica do Projeto Rondon: *integrar para não entregar*.

- Início das atividades do milionário americano Daniel K. Ludwig, nascido em 24 de junho de 1897, em South Haven, Michigan, obtendo uma área de 1.632.121 hectares, dos quais 1.174.391 hectares no Estado do Pará e 457.730 hectares, no Estado do Amapá.

- É realizada, em Belém, a *I Conferência Nacional da Castanha-do-Pará*, no período de 20 a 22 de fevereiro, aberta pelo Governador Alacid Nunes.

- Em nível nacional, na curta gestão do governo Costa e Silva, no setor agrícola, o destaque maior foi a realização do *I Congresso Nacional de Agropecuária*, que resultou na famosa Carta de Brasília, um conjunto de ações para o desenvolvimento da agricultura nacional.

- Fundação da Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), em 6 de janeiro, sob a presidência do General Tácito Lívio Reis de Freitas, para opor contra a construção da megabarragem em Óbidos.

- É lançado o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971), pela Sudam.

- Presidente Castelo Branco assina a Lei 5.197, no dia 3 de janeiro, que dispõe sobre a proteção da fauna.

- A Resolução da Câmara Municipal de São João do Araguaia muda o nome de São Domingos das Latas para São Domingos do Araguaia.

- Transferência de direitos dos foreiros originais das áreas de castanhais.

□ 1968

- Grande enchente em Marabá.

- João Carlos Souza Meirelles torna-se o primeiro presidente da Associação dos Empresários da Amazônia (AEA), com sede em São Paulo, que tornar-se-ia o grupo de pressão de interesses de industriais sulistas a defender o financiamento subsidiado de empresas de criação de gado na fronteira amazônica.

- No período de 6 a 11 de junho, como parte das comemorações do centenário do Museu Paraense Emílio Goeldi, é realizado, em Belém, o Simpósio sobre a Biota Amazônica.

- O Decreto 63.104, de 15 de agosto, dispõe sobre a política oficial de ocupação e povoamento dirigidos da região amazônica, em decorrência de abertura de rodovias federais e a partir do estabelecimento de áreas prioritárias de atuação.

- Fundação da Sociedade de Preservação aos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia (Sopren), a terceira ONG mais antiga do País e a primeira da Amazônia, sob a Presidência do médico Camillo Viana.

INÍCIO DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

Em 1960 ocorre a abertura da rodovia Belém-Brasília ao tráfego que coincidiu com a desativação da Estrada de Ferro Tucuruí (Valverde e Dias, 1967). O início da perda da participação econômica da castanha-do-pará leva a novo conjunto de pressões dos donos de castanhais e exportadores, no sentido de aumentar a extração, bem como o estabelecimento da conexão rodoviária de Marabá com a rodovia Belém-Brasília para reduzir os custos de transporte.

A abertura da rodovia PA-70, atual BR-222, em 1969, ligando Marabá à rodovia Belém-Brasília, efetuando a primeira conexão por via rodoviária, quebra a dependência do transporte fluvial do rio Tocantins e o enfraquecimento da oligarquia dos donos de castanhais. A expansão da fronteira agrícola que acentuar-se-ia nos anos seguintes, com a abertura da rodovia Transamazônica, em 1972, da guerrilha do PC do B, do início da construção da PA-150, em 1975, cortando o núcleo dos castanhais, entre outras rodovias, estimulam a entrada da agricultura familiar e a expansão da pecuária pelos médios e grandes produtores, onde as pastagens passam a ocupar as áreas de castanhais. O sudeste paraense torna-se a porta de entrada do fluxo de migrantes que têm como sentido de luta o uso da terra para fins agrícolas e não para se dedicarem às atividades de coleta de castanha-do-pará. Considerando que cada quilômetro de estrada aberta permite uma expansão lateral de 5km, indica uma oferta adicional de 1.000 hectares de terras a ser incorporado ao processo produtivo substituindo, na maioria das vezes, áreas com grandes estoques de castanheiras.

A abertura da rodovia PA-70, iniciada no governo Jarbas Passarinho foi concluída no governo Alacid Nunes. Essa conexão, que tem diversas conseqüências para a economia da castanha-do-pará, quebrando a dependência do transporte fluvial e aumentando a extração, pela incorporação de áreas antes inacessíveis, carregam, contudo, o início do processo de desintegração dessa economia. O pesado vínculo entre dono de castanhal e castanheiro começa a ficar enfraquecido com alter-

nativas de desvio da safra, novas oportunidades para a mão-de-obra na produção familiar, na ocupação pela pecuária e, sobretudo pelo início do processo de desmatamento e de povoamento (Oliveira, 1944; Velho, 1972).

O Decreto-Lei 1.164, de 1^o de abril de 1971, considera como área de segurança nacional, uma faixa de 100 km de largura para ambas as margens das rodovias federais abertas e planejadas na Amazônia. O Incra, que foi criado pelo Decreto-Lei 1.110, de 9 de julho de 1970, com a fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), já iniciava a implantação do Projeto Integrado de Colonização (PIC) em Marabá, em 1971, nos trechos Marabá-Altamira e Marabá-Estreito, e do Projeto Fundiário de Marabá, em 1972. Mesmo antes da eclosão da Guerrilha do Araguaia, o governo Médici promulga o Decreto-Lei 1.131, de 30 de outubro de 1970, que declara o município de Marabá como área de segurança nacional. Esse Decreto vigora até 1985. Os prefeitos são nomeados pelo governador do Estado, com aprovação do Conselho de Segurança Nacional.

A inauguração da rodovia Transamazônica, em 1972, que cobre uma extensão de 4.962 km, indo do Estado da Paraíba ao Estado do Amazonas, decorrente da instituição do Programa de Integração Nacional (PIN), pelo Decreto-Lei 1.106, de 16 de junho de 1970, iria ampliar o processo de substituição de áreas de castanhais pela vinda de migrantes. As medidas legais complementares são estabelecidas pelo Decreto-Lei 67.557, de 12 de novembro de 1970, que estabelecem como área prioritária para reforma agrária a ser incluída no PIN. A consequência inevitável desse fluxo de migrantes é a derrubada indiscriminada de áreas de castanhais existentes ao longo do trajeto das estradas abertas (Santana e Khan, 1992). O sentido de luta dos migrantes e da política de colonização é a ocupação da terra para fins agrícolas e não a exploração do extrativismo de coleta de castanha-do-pará. Talvez pelo ritmo da destruição verificado, em 22 de novembro de 1971, o IBDF lança a Portaria 2.570, declarando a castanheira como espécie imune ao corte.

Outro evento de significativa importância está relacionado com a eclosão da Guerrilha do Araguaia, pelo PC do B, de tendência maoísta, criada em 1962, que leva o Exército, no dia 12 de abril de 1972, a ocupar os aeroportos de Marabá e Araguatins e deslocar cinco mil soldados para combater 69 guerrilheiros refugiados da repressão urbana de São Paulo (Guerrilha..., 1996). Um desses guerrilheiros é o atual Deputado Federal José Genoíno, líder da Bancada do PT na Câmara dos Deputados. A consequência da Guerrilha do Araguaia, declarada extinta em 1975, é a estratégia militar de ocupação do Bico do Papagaio, onde o Exército abre três estradas operacionais (OP 1, OP 2 e OP 3). A OP 2, que liga Marabá a São Geraldo do Araguaia, constitui a atual PA-153. Mas o sentido maior da Guerrilha do Araguaia é a necessidade de ocupação vista pelos estrategistas militares, que criam a justificativa para abertura posterior da PA-150 e de outras rodovias na Amazônia. Naturalmente, que a essas aberturas de estradas significam a incorporação pelos migrantes e a derrubada coincidente de castanheiras, quando não poupadas, para serem imoladas ao fogo.

Em 1973, o Inbra inicia o processo de discriminatórias de castanhais que se estenderá até 1978 (Barros, 1992). A discriminatória consiste em separar as terras de domínio privado, ou seja, as já documentadas pelo Estado, daquelas que não são documentadas. Feito isto, incorpora essas terras ao patrimônio da União e só depois regulariza-se em nome de terceiros. As glebas que tiveram as discriminatórias executadas foram as seguintes: Café, Geladinho, Praialta, Itacaiúnas, São João, Patauí, Sororó e Sororozinho.

Os baixos preços da castanha-do-pará e a característica de início de uma economia que começam a agonizar, direcionam as reivindicações no sentido de obter maior proteção possível do governo. Dessa forma, o Decreto 74.155, de 27 de dezembro de 1974, incluiu a castanha-do-pará na Política Geral de Preços Mínimos (Homma, 1989).

O início da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, em 1976, desencadeia a abertura da parte superior da PA-150, para possibilitar o transporte de cimento e equipamentos, desde o ano anterior. Esta estrada é aberta, em diversos segmentos, até o final da década de 70. Além do eixo principal da PA-150, diversas transversais são abertas, como a PA-279, para São Félix do Xingu, em 1975, até Água Azul. A consequência principal da PA-150, ao cortar o coração dos castanhais, tem um efeito

devastador sem precedentes nos estoques de castanheiras. Em 1977, é inaugurada a ponte Couto Magalhães sobre o rio Araguaia, unindo as cidades de Conceição do Araguaia, no Estado do Pará, com a Couto Magalhães, no Estado de Tocantins. No dia 13 de novembro de 1981 é inaugurada a ponte sobre o rio Itacaiúnas e, em 1985, a ponte rodoferroviária sobre o rio Tocantins, ambas em Marabá, facilitando o fluxo de pessoas e mercadorias. O aeroporto de Marabá é inaugurado em 20 de julho de 1978 para receber aviões a jato.

□ 1969

- No dia 21 de setembro é fundada a cidade de Redenção.

- Abertura da rodovia PA-70, atual BR-222, ligando Marabá à rodovia Belém-Brasília, efetuando a primeira conexão por via rodoviária, antes dependente exclusivamente do rio Tocantins, iniciada pelo Governador Jarbas Passarinho e concluída pelo governador Alacid Nunes.

- Início do governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

- O Decreto-Lei 764, de 15 de agosto, cria a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), para desenvolvimento de pesquisas com recursos minerais, em área doada pelo Ipean.

□ 1970

- A grande seca no Nordeste leva o Presidente Emílio Garrastazu Médici a visitar aquela região e pronuncia emocionado discurso, no dia 6 de junho, prometendo tomar urgentes providências e, em dez dias, lança o Programa de Integração Nacional (PIN) Em um de seus discursos, o Presidente Médici afirma:

“Quero dizer ao povo do Nordeste que não lhe prometo nada. Não prometo milagres nem transformações, nem dinheiro nem favores, nem solicito sacrifícios ou votos, nem organização de caridade. Digo apenas que tudo tem que começar a mudar.”

- O Decreto-Lei 1.131, de 30 de outubro, declara o município de Marabá como área de segurança nacional. Este Decreto vigora até 1985. Os prefeitos são nomeados pelo governador do Estado, com aprovação do Conselho de Segurança Nacional.

- O Decreto-Lei 1.106, de 16 de junho, institui o Programa de Integração Nacional para financiar infra-estrutura nas áreas da Sudam e Sudene.

- Os editais de concorrência da construção da rodovia Transamazônica são assinados em 18 de junho, mas o início formal ocorre no dia 8 de outubro, quando o Ministro dos Transportes Mário Andreazza e o Presidente Emílio Garrastazu Médici visitam Altamira e para presenciarem o início da construção. O Presidente Médici visita cinco vezes a Transamazônica nos quatro anos de seu governo.

- Dentro dos objetivos do Programa de Integração Nacional surge, em outubro, o Projeto Radam, considerado o maior projeto de prospecção de recursos naturais desenvolvido no mundo. Os relatórios publicados abrangem o volume I, publicado em 1973, e o último, o volume 29, em 1982.

- O Decreto 67.557, de 12 de novembro, estabelece como área prioritária para reforma agrária a ser incluída no PIN.

- Em abril é fundada a Amazônia Mineração S.A. (AMZA), destinada a implantar e operar o Projeto Ferro Carajás, com 51% de ações da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e 49% pertencentes à *United States Steel*, que permanece até junho de 1977, quando a CVRD paga US\$ 55 milhões de dólares de indenização.

- A Portaria 915/70, de 18 de novembro, da Universidade Federal do Pará cria o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), da antiga Faculdade de Ciências Econômicas.

- O Decreto-Lei 1.110, de 9 e julho, cria o Incra, através da fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA).

- Linha de ônibus faz ligação Marabá-Belém, em 13 horas, através da antiga rodovia PA-70.

□ 1971

- No final do ano é entregue ao tráfego o trecho da Transamazônica, que vai do rio Araguaia (Porto da Balsa) até Marabá, numa extensão de 126 km.
- Implantação do PIC Marabá (Marabá-Altamira) e (Marabá-Estreito).
- A Portaria 2.570, do IBDF, de 22 de novembro, declara a castanheira como uma espécie imune ao corte.
- Instalação, em Marabá, do Movimento de Educação de Base (MEB), organizando classes de alfabetização de adultos e cursos supletivos e o fortalecimento de organizações e movimentos populares.
- Implantação de linha de ônibus no trecho Araguaína-Marabá.
- Início dos plantios de cacau na zona bragantina e Tomé-Açu, pela Sagri, e na rodovia Transamazônica e em Rondônia, pela Ceplac.
- É criado o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra).
- O Decreto-Lei 1.164, de 1^o de abril, considera como sendo de segurança nacional, 100 km de largura de cada lado do eixo das rodovias federais construídas e por construir na Amazônia. Essa lei provocou a transferência de praticamente 1/3 das terras do Estado do Pará para o domínio da União.
- O Decreto 68.443, de 29 de março, fixa um Polígono de 64.000 km², como terra de interesse social para desapropriação para a implantação do Projeto Altamira.
- Fundação do movimento ecológico *Greenpeace*, no Canadá, para fazer frente ao uso da energia nuclear.

- Em Founex, Suíça, é realizada a reunião preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, que seria realizada em 1972, em Estocolmo.

□ 1972

- Guerrilha do PC do B de tendência maoísta, criada em 1962, leva o Exército, no dia 12 de abril, a ocupar os aeroportos de Marabá e Araguatins e deslocar 5 mil soldados para combater 69 guerrilheiros refugiados da repressão urbana de São Paulo. Um desses guerrilheiros é o atual deputado federal José Genoíno, líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

- É criado o Projeto Fundiário de Marabá.

- Início da construção da OP 2, atual PA-153, para servir aos deslocamentos das forças armadas no combate aos guerrilheiros do PC do B.

- Em janeiro, a rodovia Transamazônica dá passagem até Altamira.

- Grande afluxo de madeireiros gaúchos, paranaenses e mineiros para Redenção.

- No dia 23 de julho, entra em órbita o primeiro satélite destinado a inventariar e monitorar os recursos da Terra (ERTS), mais tarde denominado de Landsat 1.

- O Decreto 70.999 cria o Programa do Trópico Úmido, vinculado ao CNPq, com o objetivo de coordenar o desenvolvimento científico e tecnológico adaptado para as condições e peculiaridades das regiões tropicais e para a preservação da região amazônica.

- Clara Pandolfo, Diretora do Departamento de Recursos Naturais da Sudam, publica o trabalho intitulado “*Estudos Básicos para o Estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento dos Recursos Florestais e de Uso Racional das Terras na Amazônia*”, que prevê a criação de 12 Florestas Regionais de Rendimento.

- É realizado o *I Seminário Nacional da Seringueira*, em Cuiabá.

- Paulo B. Cavalcante inicia a publicação de “*Frutas Comestíveis da Amazônia*”, em três volumes, o segundo em 1974 e o último em 1979.

- Realização do Seminário sobre *Sistema de Colonização na Amazônia*, no período de 6 a 11 de novembro, em Belém, patrocinado pelo IICA e Incra.

- O Decreto-Lei 1.232, de 17 de junho, lança o PROBOR I.

- Implantação do I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974).

- Implantação do I Plano Nacional de Desenvolvimento 1972-1974.

- Primeira Conferência Mundial para o Meio Ambiente, realizada na Suécia, vinte anos depois seria realizada no Rio de Janeiro.

- Inauguração da rodovia Transamazônica, cobrindo uma extensão de 4.962 km, indo do Estado da Paraíba ao Estado do Amazonas. No dia 27 de setembro é colocada uma placa comemorativa referente ao trecho Altamira/Itaituba, pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici e Ministro Mário Andreazza.

- Na cidade de Altamira, o número de carros, com a construção da rodovia Transamazônica, passou de cinco para 500, e o número de habitantes, de 5 para 15 mil.

- Ítalo Cláudio Falesi lança “*Solos da Rodovia Transamazônica*”.

□ 1973

- Início dos processos de discriminatória de castanhais pelo Inbra, que se estenderiam até 1978. A discriminatória consiste em separar as terras de domínio privado, ou seja, as já documentadas pelo Estado, daquelas que não são documentadas. Feito isto, incorpora essas terras ao patrimônio da União e só depois regulariza-se em nome de terceiros. As glebas onde foram executadas as discriminatórias foram as seguintes: Café, Geladinho, Praia Alta, Itacaiúnas, São João, Pataua, Sororó e Sororozinho.

- O Projeto de Lei 200, de 21 de setembro, aprovado pela Câmara Municipal de Marabá no dia 28 de setembro, cria o Brasão de Armas do Município de Marabá, onde aparece com destaque o perfil da castanheira, elaborado por Augusto Morbach.

- A Prefeitura Municipal de Marabá doa à Sudam, no dia 14 de fevereiro, através da Lei 96, uma área de terra de 1.621 hectares para construir novo núcleo urbano salvo de enchentes. Para garantir a total desocupação, o Presidente Emílio Garrastazu Médici assina o Decreto 72.524, de 25 de julho, declarando essa área de utilidade pública.

- Iniciado o Projeto Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (Sinop), liderado por Ênio Pepino, no Estado de Mato Grosso, com 400 mil hectares, na rodovia Cuiabá-Santarém, km 490. Tanto o Sinop como a Alta Floresta foram feitas à imagem e semelhança das cidades paranaenses de Londrina e Maringá.

- Início do Projeto Integração, Desenvolvimento e Colonização S.A. (Indeco), de 400 mil hectares, pelo empresário Ariosto de Riva, que deu origem ao aparecimento da cidade de Alta Floresta, em Mato Grosso. No final de 1973, a rodovia Cuiabá-Santarém atingia o Km 642 e, a partir desse ponto, a Indeco iniciou a construção dos 150 km que levam atualmente até a Alta Floresta.

- Criação da Eletronorte, em 20 de junho. A região de atuação foi determinada pela Lei 5.899, de 5 de julho de 1973, com base na Lei 5.824, de 14 de novembro de 1972.

- Criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) através do Decreto 73.030, de 30 de outubro, e integrada ao Ministério do Interior, sendo Paulo Nogueira Neto, seu primeiro secretário.

- Primeira crise mundial do petróleo comandada pelo Ministro do Petróleo da Arábia Saudita, Ahmed Yamani que ruíram as políticas econômicas de superpotências e países gastadores como o Brasil. Em fins de 1973, os principais países que formavam a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) triplicaram o preço do barril.

- Proibição da exportação de madeira em tora.

- A Instrução 12, do Incra, em 17 de abril, cria o Projeto Agroindustrial Canavieiro Abraham Lincoln (Pacal).

- Coronel Milton Câmara Senna, recém-nomeado superintendente da Sudam descreve a Amazônia:

“uma região feita para a criação de gado, com excelentes pastagens naturais e abundância de espaço para expansão desse setor que, por essa razão, formará a base de sua integração econômica”.

- A Stihl, tradicional fábrica produtora de motosserra, inaugura sua fábrica no Brasil.

□ 1974

- Grande enchente em Marabá.

- Em setembro é criado o Sindicato Rural de São João do Araguaia.

- O Decreto 74.507, de 5 de setembro, concede 30 mil hectares para a CVRD, o direito de lavra do conjunto Serra Norte.

- O Decreto 74.508, de 5 de setembro, concede 100 mil hectares à CVRD o direito de lavra do conjunto Serra Sul.

- O Decreto 74.509, de 5 de setembro, concede 10 mil hectares à CVRD o direito de lavra do conjunto Serra Sul.

- O Decreto 74.155, de 27 de dezembro, inclui a castanha-do-pará na Política Geral de Preços Mínimos.

- Em outubro é lançado o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia).

- Em 6 de novembro, de acordo com a Lei 6.126, é criada a Embrater, em substituição a Abcar.

- Asfaltamento da rodovia Belém-Brasília.

- Ernesto Geisel assume a presidência da República no período 1974-1979.

- Inseminação artificial de bovinos é utilizada no Projeto Jari.

- No dia 30 de janeiro é inaugurado o trecho Itaituba/Humaitá.

- Frank Sherwood e Mario Molina mostram que substâncias usadas em aerossóis e sistemas de refrigeração – os clorofluorcarbonos – destroem a camada de ozônio da Terra.

- O Decreto 73.684, de 19 de fevereiro, cria a Flona Tapajós, com uma área de 600 mil hectares, localizada ao longo da rodovia Santarém-Cuiabá.

- O Decreto-Lei 1.376 cria o Finam, administrado pelo Basa, proveniente de deduções do Imposto de Renda.

- Armando Dias Mendes lança o livro “*A Invenção da Amazônia*”, pela Universidade Federal do Pará, como uma profunda reflexão sobre o desenvolvimento da Amazônia.

- Em dezembro, o Incra estabelece 5.717 famílias de colonos ao longo da rodovia Transamazônica, no trecho paraense.

- Frase do Ministro da Agricultura Moura Cavalcanti, em placa de bronze, datada de 10 de março, no Hotel do Incra, em Rurópolis, Estado do Pará:

“A Amazônia de hoje é o inacreditável lugar onde aparecem de mãos dadas a fantasia e o real; o épico e o impossível; a epopéia e a lenda”.

□ 1975

- A *National Academy of Sciences* publica o livro *“Underexploited Tropical Plants with Promising Economic Value”* contendo a descrição de 36 plantas, muitas delas de regiões tropicais com potencial para domesticação e incorporação ao processo produtivo.

- Ariosto de Riva funda Alta Floresta, em Mato Grosso, com 200 famílias do Paraná e Santa Catarina, para se dedicarem ao plantio de café, cacau, guaraná e castanha-do-pará.

- Em março é lançado o primeiro número do *Informativo Amazônia*, que seria transformado em *Revista Amazônia* no ano seguinte.

- Implantação do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979).

- Implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento 1975-1979.

- A Lei 4.584, de 8 de outubro, cria o Iterpa, na administração do governador Aloysio Costa Chaves.

- Robert R. A. Goodland e Howard S. Irwin lançam *“A Selva Amazônica: do Inferno Verde ao Deserto Vermelho?”*.

- Início do desenvolvimento de pesquisas com manejo florestal na Flona Tapajós pelo Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido (Cpatu).

- No dia 27 de setembro, o Presidente Ernesto Geisel, acompanhado do Governador Fernando de Leão Guilhon, dos Ministros Alysson Paulinelli, Maurício Rangel Reis, João Paulo dos Reis Velloso e Shigeaki Ueky, visitam Soure, para participar da exposição de gado existente no Marajó.

- Fundação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) ligada à linha missionária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cuja missão é acompanhar e assessorar os trabalhadores rurais e suas organizações. Essa Fundação começa a atuar em Marabá a partir de 1978.

- Apresentação da proposta urbanística de Nova Marabá, preparada por um escritório de arquitetura do Rio de Janeiro, sob o patrocínio da Sudam, que começa a ser habitada a partir de 1977.

- Exército declara o fim da Guerrilha no Araguaia.

- Início da construção parte norte da rodovia PA-150, para dar apoio à construção da Hidrelétrica de Tucuruí. A conclusão definitiva da rodovia PA-150 ocorre no início da década de 80.

- Início da construção da rodovia PA-279, de São Félix do Xingu até Água Azul.

□ 1976

- Criação da Diocese de Marabá e nomeação do bispo D. Alano Maria Pena, fortalecendo a postura da Igreja Católica.

- Realização do *II Seminário Nacional de Seringueira*, no período de 16 a 20 de junho, em Rio Branco, Acre, com 167 participantes, sob a presidência de José Cesário Menezes de Barros.

- Lançamento de Diretrizes para a Expansão da Cacaucultura Nacional (Procacau), pelo Presidente Ernesto Geisel, que iria vigorar no período de 1976-1985.

- Início da construção da Hidrelétrica de Tucuruí.

- Início dos conflitos sobre a posse de terra na Amazônia, com maior intensidade.

- Projeto de Melhoramento de Pastagens da Amazônia Legal (Propasto), com recursos do Basa/Polamazônia, através da Sudam como órgão interveniente, tendo Francisco de Jesus Penha como Presidente do Basa. Este Projeto perdura até 1982. O projeto é implantado nos municípios de Paragominas, Marabá, São João do Araguaia, Conceição do Araguaia e Ponta de Pedras no Estado do Pará; Macapá, no Estado do Amapá; Boa Vista e Caracarái, no Estado de Roraima; Itacoatiara, no Estado do Amazonas; Porto Velho e Ji-Paraná, no Estado de Rondônia; Rio Branco, no Estado do Acre, e Xambioá, no Estado de Tocantins.

- No dia 20 de outubro, o Presidente Ernesto Geisel, o Governador Aloysio Costa Chaves e o General Dirceu Nogueira, Ministro dos Transportes inauguram a rodovia BR-163, a Santarém-Cuiabá, iniciada em setembro de 1970, com 1.777 km, através do Segundo Grupamento de Engenharia de Construção. Por ocasião da inauguração, mais de 30 mil pessoas já moravam no trecho pioneiro recém-aberto.

- Em abril, o Conselho Deliberativo da Sudam aprova o projeto do Frigorífico Atlas S.A., Campo Alegre, município de Santana do Araguaia, com capacidade de abate de 600 cabeças/dia ou 150 mil cabeças/ano. Faziam parte do empreendimento a Atlas Handelsgesellschaft (29%), Volkswagen (20%), Grupo Rio Dourado (17%), Grupo Supergasbrás (16,5%), Bradesco (5%), Cetenco (5%), Lion (2,5%), Banco de Crédito Nacional (2,5%) e Grupo Lunardelli (2,5%), com a previsão de entrada de funcionamento em 1981.

- Emílio F. Moran defende tese de doutorado sobre a ocupação na Transamazônica, seguido por Nigel J. H. Smith, em 1976, e Philip M. Fearnside, em 1978, iniciando a safra de pesquisadores estrangeiros sobre a Amazônia.

- Implantação do *Projeto Flora Amazônica*, cujas discussões iniciais remontam a 1974, com o objetivo de levantamento dos herbários existentes, informatização dos dados e estudos botânicos de campo. Este trabalho na Amazônia foi desenvolvido pelo Inpa e pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG).

□ 1977

- Inauguração da ponte Couto Magalhães, com 800 metros, sobre o rio Araguaia, unindo as cidades de Conceição do Araguaia no Estado do Pará com Couto Magalhães, no Estado de Tocantins.

- Criação da Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins (CEAT), vinculada ao Incra, em 3 de fevereiro, pelo Decreto-Lei 1.523, que seria substituído pelo Getat, em 1980.

- Fundação da Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins (AMAT), congregando 33 municípios do sul e sudeste do Pará.

- O produtor holandês Leonardus Phillipsen efetua o primeiro plantio comercial de soja, 32 hectares, no município de Balsas, Estado do Maranhão.

- Em outubro é lançado o PROBOR II.

- Início da atuação do Instituto de Pesquisas (IRI), sediado em Matão, São Paulo, em pesquisas sobre pastagens em Paragominas e na Fazenda Suiá-Missu, em Barra do Garça, nordeste de Mato Grosso, cujos resultados foram publicados em 1979. As pesquisas procuravam enfocar Métodos de Renovação de Pastagens e Formação de Pastagens em Campos Cerrados.

- O técnico norueguês F. Schmithüsen, da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), apresenta a idéia de sistemas de concessão de recursos florestais através de acordos de utilização que poderiam ter curto, médio ou longo prazos.

- Criação da Fundação de Amparo de Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp), na Universidade Federal do Pará, para receber recursos e dar apoio à pesquisa.

□ 1978

- O desmatamento na Amazônia Legal atinge 15.220.000 hectares ou 3,6% em relação à floresta original.
- Inauguração do aeroporto de Marabá, em 20 de julho.
- Grande enchente em Marabá.
- Realização do Seminário *Pasture Production in Acid Soils of the Tropics*, em Cali, Colômbia, promovido pelo Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT), no período de 17 a 21 de abril, onde é tratada a questão das pastagens na Amazônia.
- No dia 3 de julho é assinado o Tratado de Cooperação Amazônica, no Palácio do Planalto, pelos Ministros de Relações Exteriores da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.
- Em Manaus, no período de 4 a 7 de dezembro, é realizado o *III Congresso Florestal Brasileiro*, com a participação de 600 congressistas, sendo 450 congressistas não-amazônicos.
- Em dezembro, inicia-se a extração madeireira na Jari, para produção de celulose.
- No dia 1^o de fevereiro, sai do porto de Kure, Japão, dos estaleiros da *Isbikawajima Harima Heavy Industries*, a plataforma de força, chegando ao porto de Munguba no dia 25 de abril. No dia 10 de fevereiro sai a plataforma de celulose, chegando na Jari no dia 4 de maio. Estas duas plataformas navegam 28.706 km, dobrando o cabo da Boa Esperança, na África, 501 anos depois de Bartolomeu Dias (1488).
- É criado o plano de manejo florestal da Flona Tapajós, envolvendo uma área com 130 mil hectares.
- O Presidente Ernesto Geisel assina a Lei 6.576, de 30 de setembro, publicada no Diário Oficial de 3 de outubro, sobre a proibição do abate de açaizeiro em todo o território nacional.

- Em dezembro, o Incra anuncia o assentamento de 7.674 famílias ao longo da rodovia Transamazônica, sendo 3.035 famílias na área de Marabá, 3.595 famílias na área de Altamira e 1.044 famílias na área de Itaituba.

- Fundação da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI), para promover a defesa dos direitos indígenas.

□ 1979

- Grande enchente em Marabá.

- Início, em dezembro, do Convênio entre *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ)* e o CPATU, para o desenvolvimento do Projeto “*Utilização e Conservação do Solo na Amazônia Oriental*”, que iria se estender até novembro de 1986.

- No dia 1^o de abril inicia-se a produção de 750 t/dia de celulose pela Jari Pulp e cuja primeira carga foi transportada pelo navio La Pampa para a Facepa.

- Início do governo João Figueiredo, que se estenderia até 1985, cujo Ministro da Agricultura, entre março e agosto, é Antônio Delfim Neto, que tem como prioridade a agricultura, expressa na frase: “*vamos encher a panela do povo*”.

- Em fevereiro, a Associação dos Empresários da Amazônia promove em São Paulo, no Auditório da ACREFI, com 70 participantes, o I Encontro de Bovinocultura, para discutir sobre “*Formação e Recuperação de Pastagens na Amazônia*”.

- Início das atividades da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (Fcap), na Estação Experimental de Curuá-Una, em colaboração com a Sudam, o IBDP e a FAO, através do Prodepef.

- Através do Decreto 83.518, de 25 de maio, o governo federal cria um Grupo de Trabalho Interministerial, instalado no dia 12 de junho, presidido por José Cândido de Melo Carvalho, para propor uma

política florestal para a Amazônia. Este defendia a preservação das áreas naturais, a determinação de áreas florestais para extração madeireira e o estabelecimento de normas de uso da terra.

- Fundação da União das Nações Indígenas (UNI), para atender a demanda de comunidades e lideranças indígenas por uma organização indígena independente do Estado e da Igreja.

- Fundação do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), com o objetivo de criar alternativas aos povos indígenas. A idéia dessa fundação foi facilitar o processo de aculturação do índio, decorrente do contato e da inserção na sociedade nacional.

- Abertura da parte sul da rodovia PA-150.

EFEITO *DUTCH DISEASE* DA PROVÍNCIA MINERAL DE CARAJÁS

Outro evento que iria provocar grande mudança futura estava relacionado com a descoberta da Província Mineral de Carajás, pelo geólogo Breno Augusto dos Santos, na manhã do dia 31 de julho de 1967, ao pousar seu helicóptero na Serra da Arqueada, por problemas técnicos. Repetia-se o procedimento da transformação de recursos naturais em bens econômicos. No passado, foi com o cacau, a cinchona, a seringueira, a castanheira, o pau-rosa e o guaraná, entre os mais importantes e da madeira, com maior intensidade a partir da década de 1960, como os principais do reino vegetal, seguindo-se a dos minérios (manganes, ouro, etc.). O efeito da descoberta de recursos naturais e seus impactos na economia é batizado de efeito *Dutch Disease* (Bruno & Sachs, 1982), decorrente das grandes descobertas de jazidas de petróleo no mar do Norte, durante a década de 1970.

No caso da Amazônia, a contínua incorporação dos recursos da biodiversidade e de minérios, tem se caracterizado como fenômeno similar. As conseqüências desses efeitos são evidentes no sudeste paraense. O aproveitamento dos estoques de castanheiras na fase inicial é substituída pelos garimpos, onde a de Serra Pelada, em 1980, é emblemática, pelo ciclo do extrativismo da madeira e, no megaprojeto da extração de

minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce. As conseqüências no mercado de mão-de-obra e dos produtos agrícolas refletem na competição pelo espaço e de novas atividades, que terminam reduzindo continuamente os estoques de castanheiras e criando novas alternativas para o extrativismo da castanha-do-pará.

O ano de 1980 marca as grandes transformações políticas que mudariam completamente o cenário da região (Silva, 1987). O Decreto-Lei 1.767, de 1^o de fevereiro cria o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (Getat), com uma área de abrangência de 45 milhões de hectares, subordinada ao Conselho de Segurança Nacional e no dia 24 de novembro, o Decreto-Lei 1.813, cria o Programa Grande Carajás, com uma área de abrangência de 895.265 km² ou 10,6% do País (Hall, 1991ab). O sudeste paraense deixa de ser uma mera região extrativa de castanha-do-pará para ganhar uma dimensão de interesse nacional e internacional voltado para a extração de minérios (Benatti, 1997).

A descoberta de garimpos de ouro de Serra Pelada, também em 1980, atraindo milhares de migrantes, provoca efeito semelhante ao *Dutch Disease*, ocorrido com as descobertas de bacias petrolíferas no mar do Norte, produzindo grandes mudanças econômicas. No caso paraense, as descobertas desses garimpos provocam mudanças no mercado de mão-de-obra, atração de migrantes e a criação de mercado para gêneros de primeira necessidade, implicando, portanto, na transformação de castanhais em áreas agrícolas. A Construtora Andrade Gutierrez inicia o Projeto Tucumã, de 400 mil hectares e com 3 mil lotes, que dá origem ao município de Tucumã em 1988 (Construtora..., snt).

Uma experiência pioneira de plantio de 318.666 castanheiras numa área de 3.561,66 hectares é implantada em 1981, de forma gradativa, que se estende até 1988, na margem esquerda da rodovia Manaus-Itacoatiara, a 215 km de Manaus e 54 km de Itacoatiara, localizada no município de Itacoatiara, Estado do Amazonas (Agropecuária..., 1989). O espaçamento adotado é de 10m x 10m, com concentração de 100 árvores/hectare. Considerando uma densidade de 2,4 castanheiras/hectare nos castanhais nativos, esse plantio equivale a um castanhal de 131.680 hectares. No município de São Geraldo do Araguaia, iniciativa similar é

realizada na Fazenda Bamerindus, pertencente ao ex-Banco Bamerindus, que é totalmente invadida pelos posseiros e integrantes do MST, a partir de 1996.

A expansão do povoamento vindo do sul do Pará leva à criação dos municípios de Redenção, Rio Maria e Xinguara, pela lei estadual 5.028 e Rondon do Pará, pela lei estadual 5.027, ambas em 1982. Ressalta-se que o povoado de Redenção foi fundado no dia 21 de setembro de 1969 e a descoberta de garimpos de ouro de Cumaru provocou forte corrente migratória em 1981 para Redenção (Homma, 1998).

A prisão dos padres franceses Aristides Camio e Francois Gouriou, no dia 31 de agosto de 1981, acusados de incitar posseiros à luta armada em São Geraldo do Araguaia, revela à tona o conflito fundiário que iria eclodir nos anos posteriores. Condenados no dia 21 de junho de 1982, pela Justiça Militar, são soltos em dezembro de 1983, com a nova Lei de Segurança Nacional, com base na Lei da Anistia, aprovada em 1979.

Em 1982, a destruição dos castanhais no sudeste paraense começa a preocupar os exportadores desse produto, com a redução na extração. Nesse sentido, é realizado em Belém, sob os auspícios da Sudam, coordenado pelo Superintendente Elias Seffer, o *I Simpósio Nacional da Castanha*, no período de 15 a 17 de dezembro, onde a tônica do plantio passa a ser enfatizada decorrente das pesquisas desenvolvidas pelo CPATU (Simpósio..., 1982). O presidente do Sindicato Rural de Marabá, José Anísio Ferreira, propõe medidas para salvar a produção de castanha-do-pará em Marabá no segundo dia do Simpósio (Pinto, 1982abc; Ferreira, 1982). Em 1983, o Sindicato Rural de Marabá e a Associação Brasileira dos Exportadores de Castanha-do-pará, presidido por Délio Mutran, enviam Memorial ao Ministro de Assuntos Fundiários. Propõem a criação do Polígono Castanheiro de cerca de 800 mil hectares localizados nos municípios de Marabá e São João do Araguaia. Esta proposta é apresentada pelo Deputado Federal Gerson Peres como Projeto de Lei 2.036/83, no dia 30 de agosto, sendo aprovada pela Câmara dos Deputados em 1986 e encaminhada ao Senado Federal, onde a idéia foi arquivada pelo tempo.

A entrada em funcionamento da Hidrelétrica de Tucuruí, no dia 9 de novembro de 1984 e a conclusão da ponte rodoferroviária sobre o rio Tocantins, em junho, marcam a entrada do novo ciclo mineral no sudeste paraense (Almeida, 1994). A criação do Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical (Cepasp), em Marabá, em 1984, congregando os colonos prejudicados pela barragem da Hidrelétrica de Tucuruí, começa a mostrar os efeitos e conseqüências dos grandes projetos na Amazônia. A desastrosa licitação pública realizada pelo IBDF, em 1980, para a derrubada e limpeza da vegetação de 65.510 hectares da área a ser inundada pela Hidrelétrica de Tucuruí, entregue para a Capemi, dedicada a montepio de militares, só conseguiu desmatar 1.000 hectares da área a ser inundada, entrou em falência em 1983, constituindo outro exemplo de descalabro administrativo.

No dia 28 de fevereiro de 1985, último dia do governo Figueiredo, é inaugurada oficialmente a Estrada de Ferro Carajás e, em outubro, realizado o primeiro carregamento de minério de ferro de Carajás, 18 anos depois da sua descoberta (Coelho e Cota, 1997). A opção mineral passa a constituir no carro chefe da economia regional, atendendo a interesses capitalistas nacionais e internacionais. Nesse mesmo sentido, a exportação de energia de Tucuruí para o Nordeste, colocando o Estado do Pará como o terceiro produtor do País, constitui uma indicação dessa tendência.

O sudeste paraense passa a constituir em um caleidoscópio vivo, com 80 mil garimpeiros concentrados em Serra Pelada, coletando 40 kg/dia de ouro, cujo atrativo aumenta com a descoberta da pepita Canaan, com 62 quilos, em 1986. A inauguração do trem de passageiros na Estrada de Ferro Carajás, em 27 de março de 1986, passa a drenar contínuo fluxo de migrantes no sudeste paraense na busca de oportunidades. Dessa forma, a criação pelo Getat, já nos seus estertores, do Grupo de Trabalho dos Castanhais, através da Portaria 138/86, revela-se completamente desmesurada para a magnitude das transformações (Mirad, 1985).

A extinção do Getat, em maio de 1987, vem acompanhada por uma série de medidas de desapropriações de castanhais visando a atender interesses de donos de castanhais e posseiros, em uma nova realidade que passava a ser desenhada no mapa fundiário (Conflitos..., 1990; Modelo..., 1992; Por Trás..., 1992). O possível prejuízo que poderia advir de invasões de áreas de castanhais levou os próprios donos a defenderem as desapropriações, como aconteceu no caso do Castanhais Araras e outros 60 castanhais, Decreto 93.938, de 15 de janeiro de 1987. O lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária, pelo Presidente Sarney, através do Decreto 91.766, de 10 de outubro de 1985, a criação da União Democrática Ruralista (UDR), em abril de 1986, presidida por Ronaldo Caiado e as discussões na Nova Constituição, assustaram os proprietários de terras (Silva, 1987).

A Portaria 687, de 30 de julho de 1987, do Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário, cria a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista como decorrência das pressões do I Encontro Nacional de Seringueiros, realizado em Brasília, em 1985 (Seminário..., 1988). O Projeto de Assentamento Extrativista passa a ser uma reivindicação conflitante para algumas lideranças, uma vez que o sentido de luta dos posseiros é a de usar a terra para fins agrícolas e não para fins extrativos, além do domínio da posse da terra e não do uso social. A baixa lucratividade do extrativismo da castanha-do-pará, além dos aspectos mencionados, fazem com que esse procedimento não ganhe muita força no sudeste paraense.

□ 1980

- Maior enchente da história de Marabá, onde o rio Tocantins sobe 16,22 metros entre o nível mínimo da vazante no verão.
- Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá.
- É quantificada a primeira área desmatada da Amazônia, com base em imagens Landsat-MSS de 1975 e 1978, pela equipe liderada pelo pesquisador do Inpe, A.T. Tardin, onde chegou-se à conclusão de que em 1975 foram desmatados 28.595,3 km² e, em 1978, 54.130,0km².

Este trabalho é questionado por Philip Fearnside como aquém da realidade, principalmente pelas dificuldades técnicas em se poder distinguir floresta primária de secundária por meio de imagens do Landsat.

- Michael Goulding publica importante pesquisa sobre a inter-relação entre peixes herbívoros que se alimentam de frutas da floresta ribeirinha e de peixes carnívoros e o perigo que uma colonização sistemática das várzeas poderia provocar nesse equilíbrio. Esta pesquisa reflete em diversas políticas internacionais sobre a utilização das várzeas amazônicas.

- Início do Programa Globo Rural, revolucionando o processo de informação e difusão de tecnologias no meio rural.

- Implantação do *III Plano Nacional de Desenvolvimento 1980-1985*.

- Implantação do *III Seminário Nacional da Seringueira*, realizado em Manaus, no período de 23 a 29 de junho.

- Início das pesquisas florestais da CVRD no Maranhão.

- O Decreto-Lei 1.813, de 24 de novembro, cria o Programa Grande Carajás, tendo Nestor Jost, indicado como primeiro Presidente.

- Criação do Grupo Executivo de Terras para a Região do Baixo Amazonas (Geba), pelo Decreto-Lei 84.517, de 28 de fevereiro.

- Descoberta dos garimpos de Serra Pelada, em janeiro, na Fazenda Três Barras, pertencente ao mineiro Genésio Ferreira da Silva.

- Em maio, o governo federal ocupa a Serra Pelada, proibindo a saída de ouro e exigindo a carteira de garimpeiro, abrindo uma agência da Caixa Econômica Federal (CEF) e da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), proibindo a entrada de armas e bebidas alcoólicas. O comando do garimpo é entregue ao major Sebastião Rodrigues de Moura, o Major Curió, que tinha atuado na Guerrilha do Araguaia.

- O Decreto 1.767, de 1^o de fevereiro cria o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat) com área de abrangência de 45 milhões de hectares, subordinado ao Conselho de Segurança Nacional.

- O Decreto-Lei 1.799, de 5 de agosto, reestrutura o Getat.

- Visita do Papa João Paulo II a Belém, celebrando uma missa no dia 8 de julho, na Avenida Primeiro de Dezembro.

- A Construtora Andrade Gutierrez inicia o Projeto Tucumã, de 400 mil hectares e com 3 mil lotes.

- Inpa inicia as pesquisas em manejo florestal através da implantação do projeto “*Manejo Ecológico e Exploração Tropical Úmida de Terra-firme*”.

- Em outubro, é realizada, em Belém, a I Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Tratado de Cooperação Amazônica.

- A Fundação Nacional do Índio (Funai) comprova superposição de área da atual Área Indígena Mãe Maria, envolvendo a Eletro-norte, o governo do Estado do Pará, o Incra e posseiros.

- Abertura da licitação pública pelo IBDF, em março, para derrubada da floresta e limpeza da vegetação de 65.510 hectares da área a ser inundada pela Hidrelétrica de Tucuruí. A Capemi, empresa conhecida pelos seus fundos de pensões do exército brasileiro, é a única candidata e só desmata 1.000 hectares e, em princípios de 1983, entra em falência.

□ 1981

- A Fazenda Aruanã inicia o plantio de 3.500 hectares, com mais de 300 mil castanheiras enxertadas na margem esquerda da rodovia Manaus – Itacoatiara.

- Inauguração da ponte sobre o rio Itacaiúnas no dia 13 de novembro.

- Fundação da Associação Marabaense de Proteção à Natureza.

- No dia 31 de agosto, dez agentes da Polícia Federal prendem os padres franceses Aristides Camio e Francois Gouriou, acusados de incitar posseiros à luta armada, em São Geraldo do Araguaia.

- A Lei 6.938, de 31 de agosto, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), criando também o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), para execução do PNMA e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) para propor diretrizes às políticas ambientais e estabelecer normas e padrões para garantir a qualidade ambiental. Essa Lei seria modificada pela Lei 7.804, de 18 de julho de 1989.

- A corrida ao garimpo de ouro de Cumaru provoca a vinda de migrantes para Redenção.

- Fundação, no dia 23 de julho, da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Estado do Pará e do Território Federal do Amapá, posteriormente, Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Estado do Pará (Aimex)

- Carlos Hans Müller publica “*Castanha-do-brasil*”, estudos agronômicos, que justificariam os esforços do setor produtivo no plantio dessa árvore.

□ 1982

- Carta aberta às autoridades, pelo Presidente do Sindicato Rural de Marabá, no dia 16 de dezembro, João Anísio Ferreira para salvação da produção de castanha-do-pará, em Marabá.

- É realizado em Belém, o *I Simpósio Nacional da Castanha*, no período de 15 a 17 de dezembro, promovido pela Sudam, coordenado pelo Superintendente Elias Seffer.

- Julgamento na Justiça Militar, em Belém, no dia 21 de junho com base na Lei de Segurança Nacional, dos padres franceses Aristides Camio (15 anos) e François Gouriou (10 anos), posseiro José Matias (9 anos) e demais posseiros (8 anos).

- Assassinato do advogado Gabriel Pimenta, do Sindicato Rural de Marabá, no dia 18 de julho.

- Criação dos municípios de Redenção (Lei 5.028), Rio Maria (Lei 5.028), Rondon do Pará (Lei 5.027) e Xinguara (Lei 5.028), em 13 de maio e sancionadas pelo Governador Alacid da Silva Nunes.

- Publicação do livro “*Produção de Pastagens em Solos Ácidos dos Trópicos Úmidos*”, de autoria P.A. Sanches, L. E. Terga e Emanuel Adilson Souza Serrão.

- Encerramento das atividades do Propasto.

- Lançamento do Probor III.

- Realização do I Congresso sobre Ocupação da Amazônia (Consoa), em Cuiabá, no período de 26 a 30 de abril, promovido pela Secretaria de Agricultura.

- Em outubro é lançado o relatório “*Diagnóstico da Bacia do Araguaia-Tocantins*”, estudo coordenado pelo Ministério do Interior e Organização dos Estados Americanos, que tornar-se-ia realidade, quando no dia 7 de maio de 1995, por ocasião do descarregamento da primeira carga de soja de Mato Grosso, em Xambioá.

- A Companhia Vale do Rio Doce cria o Grupo de Estudos e Assessoramento sobre o Meio Ambiente (Geamam), com a participação dos pesquisadores Ítalo Cláudio Falesi e João Murça Pires.

- Em fevereiro, é assinado um acordo de cooperação técnica entre o governo brasileiro e a *Japan International Cooperation Agency* (JICA) para estudar o potencial de produção e exportação de Carajás nas áreas de mineração, indústria, transporte, agricultura, criação de gado e silvicultura, tendo apresentado o relatório em 1983.

□ 1983

- Em outubro, o Sindicato Rural de Marabá e a Associação dos Exportadores de Castanha-do-brasil enviam Memorial ao Ministro de Assuntos Fundiários propondo a criação de um polígono de preservação permanente ou utilização limitada de cerca de 800 mil hectares dos castanhais localizados em Marabá e São João do Araguaia.

- Em dezembro, a nova Lei de Segurança Nacional liberta os padres franceses Aristides Camiou e François Gouriou.

- A idéia do Polígono Castanheiro do Tocantins é apresentada pelo Deputado Federal Gerson Peres como projeto de lei 2.036/83, em 30 de agosto.

- Fundação do Grupo Ecológico de Marabá.

- É realizada a 35ª Reunião da SBPC, na Universidade Federal do Pará, em Belém.

□ 1984

- Início do Projeto Indeco, de 400 mil hectares, pelo empresário Ariosto de Riva, que deu origem ao aparecimento da cidade de Alta Floresta, em Mato Grosso.

- Realização do *IV Seminário Nacional de Seringueira*, em Salvador, Bahia, encerrando o ciclo de Seminários promovidos pela Sudhevea, que nos anos posteriores iria dar início aos movimentos ambientalistas, com novo enfoque.

- No dia 9 de novembro entra em funcionamento a Hidrelétrica de Tucuruí, que foi inaugurada pelo Presidente João Figueiredo, em 22 de novembro.

- Criação do Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical (Cepasp).

- No período de 12 a 17 de novembro é realizado o I Simpósio do Trópico Úmido, pela Embrapa-CPATU.

- A Deliberação da Diretoria 020/84, de 18 de dezembro transfere a UEPAE Altamira para Belém e passa a denominar UEPAE Belém.

- Lançamento do livro "*Amazônia: Meio Ambiente e Tecnologia Agrícola*", de autoria de Cristo Nascimento e Alfredo Homma.

- Em trágico acidente com o choque de dois aviões que iam pousar no Aeroporto de Imperatriz, morrem os pesquisadores do Centro Nacional de Pesquisa de Soja, da Embrapa, Londrina, Paraná, Irineu Alcides Bays, (45), João Baptista Palhano, (39), Luiz Antônio Geraldo Pereira, (39) e Edilson Bassoli de Oliveira, (31). O sucesso da soja tropical no Estado do Maranhão e a recente expansão dessa cultura na Amazônia está ligado, em parte, ao sacrifício desses pesquisadores.

- No dia 19 de setembro, o Congresso Americano promoveu Audiência Pública sobre o Polonoroeste, no qual contou com o depoimento de José Lutzenberger e a exibição do filme "*A Década da Destruição*", do cineasta inglês Adrian Cowell.

- A ponte rododiferroviária sobre o rio Tocantins é trafegável desde junho.

- Em junho é assinado novo convênio com a JICA, no qual um grupo de 28 consultores japoneses teriam um prazo de três meses para elaborar projetos de desenvolvimento para sete sub-regiões selecionadas do Programa Grande Carajás.

□ 1985

- No dia 28 de fevereiro, o Presidente João Figueiredo inaugura oficialmente a Estrada de Ferro Carajás, apesar de estar operando desde junho de 1984.

- Em outubro é realizado o primeiro carregamento de minério de ferro de Carajás, 18 anos depois de sua descoberta.

- Em janeiro, o conflito no Castanhal Pau Ferrado resultou na morte de dez posseiros. Em maio e junho, no Castanhal Surubim, oito posseiros são assassinados. Em junho, no Castanhal Ubá, ocorrem nove mortes e, no Castanhal Fortaleza, 12. Em setembro, na Fazenda Princesa, mais cinco posseiros são mortos.

- O Decreto 91.766, de 10 de outubro lança o Plano Nacional de Reforma Agrária, pelo Presidente José Sarney, tendo como Ministro do Mirad, Nelson Ribeiro e do Inera, José Gomes Silva.

- Início do governo José Sarney, que se estende até 1990, com a morte de Tancredo Neves.

- Em outubro é lançado o primeiro número da revista *Globo Rural*.

- Enéas Salati publica na revista *Ciência Hoje* que a origem das chuvas na Amazônia depende 50% do vapor d'água decorrente da transpiração da floresta e 50% do vapor d'água do oceano Atlântico.

- Em outubro, é realizado na Universidade de Brasília, o *Encontro Nacional dos Seringueiros*, que reúne 130 seringueiros, com o apoio do então reitor Cristovão Buarque

- No dia 17 de outubro é criado o Conselho Nacional de Seringueiros, sendo Jaime da Silva Araújo, liderança extrativista de Novo Aripuanã, indicado como primeiro presidente.

- No dia 19 de junho, o Presidente José Sarney aprova a elaboração e execução do “*Projeto Calha Norte: Desenvolvimento e Segurança ao Norte das Calhas dos Rios Amazonas e Solimões*” sob a coordenação da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, visando a ocupação militar e econômica das regiões de fronteira e reformular a política indigenista, alegando implicações de “segurança nacional”.

- Criação do Programa de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas (PMACI) como parte do cumprimento de acordo celebrado com o BID para a pavimentação da BR-364, trecho Porto Velho-Rio Branco.

- Em dezembro, o líder sindicalista João Canuto de Oliveira é assassinado em Rio Maria, Pará.

□ 1986

- A Resolução 331 do Senado Federal, de 5 de dezembro, publicada no Diário Oficial de 11 de dezembro, concede à CVRD, 411.946 hectares como área objeto de concessão de direito real de uso.

- No dia 27 de março entra em operação o trem de passageiros da Estrada de Ferro Carajás.

- Em junho, é aprovado pela Câmara dos Deputados, o Polígono Castanheiro do Tocantins e encaminhado para o Senado Federal.

- Os conflitos nas áreas de castanhais resultam em três mortes em 39 conflitos.

- Durante a gestão de Rosyan Campos de Caldas Brito como Diretora do Idesp e de Jader Barbalho como governador do Estado do Pará, é lançado o primeiro número da revista "*Pará Agrário*", dando grande contribuição ao estudo das questões agrárias.

- Em 31 de janeiro, é criado o Procera, pelo Conselho Monetário Nacional.

- A Portaria 138/86, do Getar, cria o Grupo de Trabalho dos Castanhais.

- O Decreto 93.607, de 21 de novembro, estabelece que todo projeto submetido a incentivos fiscais na área da Sudam deve demonstrar a viabilidade ambiental.

- Na Serra Pelada, 80 mil garimpeiros se concentram coletando 40 kg/dia de ouro. É encontrada pelo garimpeiro Júlio de Deus Filho, a pepita Canaan, com 62,300 kg, a terceira do mundo.

- Em fevereiro, o Presidente José Sarney lança o Plano Cruzado. Com relação ao país, afirmava: *“quem tem a Amazônia não precisa temer o futuro”*.

- Em abril, é criada a União Democrática Ruralista (UDR), presidida por Ronaldo Caiado para combater o Plano Nacional de Reforma Agrária.

- O Ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, promove o seqüestro da Usina Abraham Lincoln no dia 14 de julho.

- No dia 1^o de maio, a antropóloga Mary Helena Allegretti depõe no Congresso americano, criticando projetos financiados pelo Banco Mundial no Brasil, como o Polonoroeste e o Programa Grande Carajás.

- No dia 30 de julho, Maria Tereza Jorge Pádua cria a Fundação Pró-Natura (Funatura), reconhecida como fundação em 5 de setembro.

- No dia 28 de setembro, José Lutzenberger e Ailton Krenak participam da Conferência Civil sobre Florestas Tropicais, Povos Indígenas e Banco Mundial, promovida por ambientalistas em Washington.

- No dia 8 de outubro, a antropóloga Mary Helena Allegretti funda o Instituto de Estudos Amazônicos, com sede em Curitiba.

□ 1987

- A Portaria 687, de 30 de julho de 1987, do Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário, cria a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, como decorrência das pressões do I Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado em Brasília, em 1985.

- O Decreto 93.938, de 15 de janeiro, desapropria o Castanhal Araras e outros 60 castanhais.

- Em 41 conflitos fundiários verificados em áreas de castanhais ocorreram seis mortes.

- No início da noite de 29 de dezembro, mais de 300 garimpeiros foram cercados pelos dois lados da ponte rododiferroviária do rio Tocantins, por 500 soldados da Polícia Militar do Pará, ordenados pelo governador Hélio Gueiros. A versão oficial afirma que apenas duas pessoas morreram, mas os garimpeiros afirmam que mais de 30 pessoas perderam a vida.

- Em maio é extinto o Getat.

- O Decreto 94.075, de 5 de março, condiciona que todo o empreendimento que receber incentivos fiscais na área da Sudam está sujeito à fiscalização quanto à proteção e controle ambiental.

- O Decreto-Lei 2.363, de 21 de outubro, exclui da desapropriação todas as propriedades pequenas e médias. Na Amazônia, isso significa propriedades com menos de 1.500 hectares (comparado com 1.000 hectares no Centro-Oeste, 250 hectares no Sul e 500 hectares no Nordeste). Em segundo lugar, isenta todos os proprietários, qualquer que seja o tamanho da terra, enquanto produtivos.

- Em 23 de março, o líder sindicalista Chico Mendes vai à Reunião Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Miami, convidado pelo *Environmental Defense Fund*, contribuíram para que em agosto, o BID congelasse o financiamento da pavimentação da BR-364, de Porto Velho a Rio Branco.

- No dia 5 de junho, Dia do Meio Ambiente, Chico Mendes é distinguido com o *Prêmio Global 500*, do Programa para o Meio Ambiente das Nações Unidas. Em outubro, recebe o *Prêmio Better World Society*, dos Estados Unidos.

- Em 11 de junho, o ex-deputado estadual Paulo César Fontelles de Lima é assassinado num posto de gasolina, em Belém, por defender posseiros no Sul do Pará.

- Instalação do Campus da UFPA, em Marabá.

- Em outubro, Jader Barbalho assume o Mirad.

BALCANIZAÇÃO DO SUDESTE PARAENSE

O fenômeno mais importante após a promulgação da Constituição de 1988 é a criação de novos municípios na região sudeste do Pará. Esse fenômeno político decorre da tentativa de receber benefícios prejudicados pela distância com relação aos centros de decisão, da dimensão dos municípios e por não corresponder às aspirações desses núcleos populacionais. A criação de novos municípios apresenta-se como uma solução para auferir possíveis vantagens de políticas fiscais, além de criar feudos ou currais eleitorais. Criação de novos municípios significa maior dinamismo local em termos de atração de fluxos migratórios, estabelecimento de obras de infra-estrutura, expansão da fronteira agrícola circunvizinha, entre outros, com a contínua subtração dos estoques de castanheiras e do aparecimento de novas atividades competitivas.

Em nível macrorregional, essa insatisfação se traduz na criação do Estado de Carajás, cujo mapa passa a ser ostentado em todos os municípios da região. Essa criação tem simpatia popular pelo descaso do governo estadual, traduzida em péssimas condições infra-estruturais, pelas diferenças culturais de sua população mais sintonizada com o Centro-Sul do País, apoio de bastidores da CVRD em ter um governo mais dócil e até pelos dirigentes do Banco Mundial. Outra iniciativa semelhante é a criação do Estado de Tapajós, com justificativas idênticas.

Essa expectativa dos projetos do setor mineral significa mais drenagem de migrantes e, conseqüentemente, mais desmatamento e destruição de castanhais. Somente em 1988, no sudeste paraense, são criados os municípios de Bom Jesus de Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Curionópolis, Dom Eliseu, Ourilândia, Parauapebas, Santa Maria das Barreiras, São Geraldo do Araguaia e Tucumã. Em 1991, novos municípios são criados: Abel Figueiredo, Água Azul do Norte, Breu Branco, Cumaru do Norte, Eldorado do Carajás, Goianésia do Pará, Novo Repartimento, Palestina do Pará, Pau D'Arco e São Domingos do Araguaia.

O clímax da pressão internacional sobre a Amazônia acontece no dia 22 de dezembro de 1988, com o assassinato do líder sindical Chico Mendes, em Xapuri, Acre. O recuo governamental ante a essa pressão da opinião pública se manifesta nos primeiros meses do ano de

1989, por uma série de medidas, antes paliativas. Entre essas medidas inclui-se a criação do Ibama, pelo Decreto 97.637, de 10 de abril de 1989, a suspensão de incentivos fiscais para a pecuária, de financiamentos do Banco Mundial para o setor energético-nacional e de programas de colonização na Amazônia, a criação de reservas extrativistas, entre outros.

O ano de 1988 é caracterizado pela entrada em operação, em março, da Companhia Siderúrgica do Pará (Cosipar), em Marabá, e da Companhia Vale do Rio Pindaré, instalada em Açailândia, e em abril, da Siderúrgica Marabá (Samara) e da Camargo Corrêa Metais, em Tucuruí (Monteiro, 1998). Estas siderúrgicas passaram a adicionar novo componente de destruição à floresta pela utilização de carvão vegetal para produção de ferro gusa, repetindo o ciclo da destruição dos cerrados de Minas Gerais, em 1992, a Maranhão Gusa S/A (Margusa) entra em operação, sediada no município de Rosário, Maranhão.

Nesse ambiente de destruição dos recursos naturais, alguns movimentos comunitários passam a ser organizados sob a tutela do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), fundado em 1988, bem como a Fundação Agrária do Tocantins Araguaia (Fata), criada no dia 21 de agosto de 1988 (Roy, 1998). No ano seguinte, essa ação se estende com a criação do Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (Lasat), com atuação em seis municípios do sudeste paraense (Muchagata et al., 1996; Reynal et al., 1995). As pressões ambientais em nível internacional com relação à Amazônia aumentaram, levando o governo Sarney a editar no dia 12 de outubro de 1988, o Programa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal (Programa Nossa Natureza).

A expansão da soja no Maranhão se constitui em novo fato emergente, que vai ramificar suas pressões no Estado do Pará a partir de 1996, mas já justificava a inauguração, em abril de 1989, dos primeiros 108 km da Ferrovia Norte Sul, ligando Açailândia a Imperatriz.

No dia 30 de janeiro de 1990, o Decreto 98.897 regulamenta as reservas extrativistas que passam a ser encaradas como modelo adequado de desenvolvimento para a Amazônia. O Presidente Fernando Collor e o Secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, anunciam o

Floram, um megaprojeto para o reflorestamento de 1 milhão de hectares ao longo da Estrada de Ferro Carajás, não saindo, ao longo do tempo, das boas intenções (Projeto..., 1990).

O Decreto 153, assinado pelo Presidente Fernando Collor, no dia 26 de junho de 1991, cancelando os incentivos fiscais para atividades que causam destruição de florestas primárias, revela-se muito mais pelo efeito publicitário do que pela efetiva preocupação com a conservação e a preservação dos recursos naturais. A realização da Rio 92, no período de 3 a 14 de junho, começa a revelar seus tímidos resultados através da institucionalização do Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais, a partir de 31 de janeiro de 1995, com a implementação de Projetos Demonstrativos (PD/A) pertencentes à sociedade civil e PD/E.

A criação da Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins (Cocat) no dia 18 de dezembro de 1992, abrangendo os municípios de Marabá, Jacundá, Itupiranga e São Domingos do Araguaia, com 943 sócios, constitui-se num fato promissor. Apesar de procurar valorizar os produtos não-madeireiros, o aproveitamento econômico está muito mais voltado para o desenvolvimento de plantios racionais, a exemplo de cupuaçu.

A seqüência de criação de novos municípios prossegue em 1992, com a criação de Floresta do Araguaia, que se torna em um grande centro produtor de abacaxi, colocando o Pará na posição de segundo produtor nacional, a partir de 1997. Em 1993, são criados os municípios de Bannach e Nova Ipixuna.

O descarregamento no dia 7 de maio de 1995, da soja produzida em Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, em Xambioá, Estado do Tocantins, através de barcaça subindo o rio Araguaia num percurso de 1.300 km, marca o nascimento de um novo processo no sudeste paraense (Baima, 1995). Essa região passa a ser incorporada ao processo de produção e via de escoamento da soja produzida na região do Centro-Oeste, devendo trazer benefícios econômicos e, também, prejuízos ambientais bastante sérios. Para apoiar essa iniciativa, em 1996 é instalado o escritório da Companhia de Promoção Agrícola (Campo), em Conceição do Araguaia para o desenvolvimento da cultura da soja.

□ 1988

- O desmatamento na Amazônia Legal atinge 37.750.000 hectares. A média de desmatamento no período 1977/1988 é de 2.113.000 hectares.

- A Siderúrgica Marabá (Simara) entra em operação em abril.

- Entrada em operação da Camargo Corrêa Metais (CCM), em Tucuruí, com forno para produção de 8.000 t de silício metálico. Atualmente possui quatro fornos e com capacidade de produção de 32 mil toneladas/ano.

- A Companhia Siderúrgica do Pará (Cosipar) entra em operação no dia 23 de março, com um forno de 50 mil t/ano e outro forno de 120 mil t/ano em 1989.

- Em março, a Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré (Covap), instalada em Açailândia, inicia suas atividades com alto-forno com capacidade de 55 mil t de ferro gusa. Essa empresa pertencia à Construtora Brasil, do Paraná, mas em maio de 1996 é adquirida pela Queiroz Galvão, de Pernambuco, com a previsão de construção de mais um alto forno.

- No dia 22 de dezembro, o líder sindical Chico Mendes é assassinado em Xapuri, Acre, com grandes repercussões internacionais.

- No dia 5 de outubro é lançada a Nova Constituição do Brasil.

- O Presidente José Sarney lança no dia 12 de outubro o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal (Programa Nossa Natureza).

- Fundação do Centro Agroambiental do Araguaia-Tocantins (CAT), em Marabá, por iniciativa do professor Jean Hébert.

- A Fundação Agrária do Tocantins (Fata) é criada no dia 21 de agosto.

- No dia 30 de junho é criada a Cooperativa Agroextrativista de Napuri Ltda, no Estado do Acre.

- Criação dos municípios de Bom Jesus do Tocantins (Lei 5.454), Brejo Grande do Araguaia (Lei 5.448), Curionópolis (Lei 5.444), Dom Eliseu (Lei 5.450), Ourilândia do Norte (Lei 5.449), Pacajá (Lei 5.447), Parauapebas (Lei 5.443), Santa Maria das Barreiras (Lei 5.451), São Geraldo do Araguaia (Lei 5.441) e Tucumã (Lei 5.455), sancionadas pelo Governador Hélio Mota Gueiros.

- Em Curitiba, no período de 12 a 16 de setembro, a antropóloga Mary Helena Allegretti promove o *Seminário: Planejamento e Gestão do Processo de Criação de Reservas Extrativistas na Amazônia*, através do Instituto de Estudos Amazônicos.

- No Distrito de Nova Califórnia, divisa entre os Estados de Rondônia e Acre, um grupo de 84 famílias de agricultores migrantes do Sul, Sudeste e Nordeste, depois de tentativas frustradas no monocultivo de cacau e café, fundam o Projeto de Reflorestamento Econômico, Consorciado e Adensado, conhecido como Projeto Reça.

- A Lei 7.714, de 29 de dezembro, retira incentivo fiscal mediante dedução do imposto de renda para investimento em florestamento e reflorestamento.

□ 1989

- O desmatamento na Amazônia Legal atinge 40.140.000 hectares, sendo 1.786.000 hectares em 1989.

- Em abril ocorre a criação do Programa de Conservação Nossa Natureza, que incluía a criação do Ibama, a proibição de exportação de madeira não processada, o zoneamento agroecológico e a criação de reservas extrativistas.

- Em fevereiro, o atual Diretor-Presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes foi ameaçado por uma índia com um terçado, na reunião ocorrida em Altamira, com 3.500 índios, contrários à construção do complexo hidrelétrico de Xingu e, simultaneamente, o Banco Mundial cancela o desembolso de 500 milhões de dólares para o setor energético nacional.

- Aparecimento de grande praga de mosquitos na região de lagos, resultante da construção da Hidrelétrica de Tucuruí.

- No dia 25 de janeiro, a Simara paralisa suas atividades temporariamente.

- No dia 5 de maio, o Decreto 97.719 cria a Reserva Biológica do Tapirapé, com 103.000 hectares (Rebio).

- No dia 5 de maio, o Decreto 97.720 cria a Floresta Nacional de Tapirapé – Aquiri (Flonata) com 190 mil hectares.

- Início das atividades do Laboratório Socio-Agrônomo do Tocantins (Lasat), para atuação em uma área de 40 mil km² e seis municípios do sudeste paraense.

- No dia 5 de maio, o Decreto 97.718 cria a Área de Proteção do Igarapé Gelado (APA), com 21.600 hectares.

- A Lei 7.827, de 29 de setembro, cria o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

- No dia 25 de março foi realizado, em Rio Branco, o II Encontro Nacional dos Seringueiros e o I Encontro dos Povos da Floresta.

- A Lei 7.796, de 10 de julho, aprova a proposta apresentada pelo Deputado Federal Fábio Feldman, com o apoio da comunidade científica regional, criando a Comissão Coordenadora Regional de Pesquisas na Amazônia (Corpam), com o objetivo de assessorar o Secretária de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, alocação de recursos e dar suporte ao Programa do Trópico Úmido.

- Aparecimento da vassoura-de-bruxa nos cacauais da Bahia e que seria mais tarde tema da novela “*Renascer*”, da Rede Globo.

- No período de 6 a 8 de agosto é realizado, em Manaus, o *I Encontro dos Empresários da Amazônia*. Em março, Roberto Aloisio Paranhos do Rio Branco, assume a Presidência da Associação dos

Empresários da Amazônia até março de 1991. Em um manifesto assinado por 39 entidades de classe, lança a Carta de Manaus, “para em profunda reflexão, reconhecer possíveis erros, divulgar os acertos e dar sua colaboração para assegurar o progresso ecologicamente adequado e socialmente justo da Região”.

- A Lei 7.735, de 22 de fevereiro cria o Ibama, a partir da fusão de quatro órgãos: a Secretaria do Meio Ambiente (Sema), o IBDF, Sudepe e a Sudhevea.

- Em outubro, aos 77 anos, morre em acidente de carro, em Londres, a botânica Margaret Mee, que a partir 1956 fez 15 excursões à Amazônia. Seus trabalhos de botânicos se caracterizam pelo primor dos desenhos. Seu nome é emprestado a uma Fundação que financia diversas pesquisas botânicas no mundo.

- Inauguração, em abril, dos primeiros 108 km da Ferrovia Norte Sul ligando Açailândia a Imperatriz.

- O Decreto 97.635, de 10 de abril, institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), encarregado de promover, através do Ibama, a prevenção de incêndios florestais e queimadas.

- A Lei 7.803, de 15 de julho, obriga o registro no Ibama dos estabelecimentos comerciais responsáveis pela comercialização de motosserras e estabelece licença de porte, renovável a cada dois anos.

- No dia 3 de janeiro, no Auditório da Seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, é criada a Ação pela Cidadania, visando a defesa dos direitos inerentes à cidadania com a participação de expressivas figura e entidades morais do país.

- Tem início o *Programa Amazônia de Friends of the Earth International* (FOE) sob a coordenação da FOE – Itália.

- O Decreto 97.634, de 10 de abril, estabelece o cadastro de importadores, produtores e comerciantes de mercúrio junto ao Ibama.

- O Decreto 97.637, de 10 de abril, suspende a concessão de recursos do Finam e créditos oficiais para a pecuária na região amazônica. A Resolução 2.525, de 23 de abril de 1976, do Conselho Deliberativo da Sudam, proíbe a concessão de incentivos fiscais em áreas de floresta densa, mas os interesses econômicos bastante fortes levam ao seu total descumprimento.

- A Lei 7.797, de 10 de julho, cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente.

- A Lei 7.876, de 13 de novembro, institui o *Dia Nacional da Conservação do Solo* a ser comemorado em todo o país, no dia 15 de abril.

- O Decreto 97.628, de 10 de abril, regula sobre a reposição florestal das empresas que utilizam madeira como matéria-prima, a elaboração do Plano Integrado Floresta/Indústria (Pifi).

- A Lei 7.754, de 14 de abril, estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios.

- Em julho, Annita Reddick, da Body Shop lança, em Londres, creme de limpeza de pele à base de óleo de castanha-do-pará obtidas dos índios kaiapós.

- A revista "*Pará Desenvolvimento*", do Idesp, publica uma edição especial sobre Extrativismo Vegetal e Reservas Extrativistas.

- Na edição de 18 de setembro da revista "*Time*", sob o título *Torching the Amazon*, publica extensa reportagem sobre a destruição da Amazônia.

□ 1990

- O desmatamento na Amazônia Legal atinge 41.520.000 hectares, sendo 1.381.000 hectares, em 1990.

- O Decreto 98.897, de 30 de janeiro, regulamenta as Reservas Extrativistas.

- Em 15 de março, Fernando Collor assume a Presidência da República; em 29 de setembro de 1992, a maioria dos deputados federais concede licença para ser julgado e, em 22 de dezembro de 1992, os senadores votam o *impeachment*.

- Em junho, o Presidente Fernando Collor e o Ministro José Lutzenberger, anunciam o Floram, um megaprojeto de reflorestamento de 1 milhão de hectares ao longo da Estrada de Ferro Carajás, com a justificativa de seqüestrar gás carbônico e reduzir o efeito estufa.

- Fundação do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

- É realizado o *Simpósio Internacional de Estudos Ambientais em Florestas Tropicais Úmidas*, FOREST'90, em Manaus.

- Anunciado em Houston, Texas, pelo Grupo dos Sete Países industrializados, o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), no total de 1,6 bilhão de dólares, por iniciativa de Helmut Kohl.

- É criado o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), reunindo dois mil cientistas de todo o mundo por determinação da ONU e Organização Meteorológica Mundial.

- Implantação do Programa Corredor de Exportação Norte, pelo governo federal, abrangendo os Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins.

- O Decreto 98.830, de 15 de janeiro, regula a coleta, por estrangeiros, de dados e materiais científicos no Brasil, que foi regulamentada pela Portaria 55, de 14 de março, do Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia.

- A Embrapa cria o Programa Nacional de Pesquisa Florestal.

- Jean C.L. Dubois funda o Instituto Rede Brasileira Agroflorestal (REBRAF), com sede no Rio de Janeiro.

- Os Decretos 99.193, de 27 de março; 99.246, de 10 de maio; e 99.540, de 21 de setembro estabelecem bases para o zoneamento.

- O Decreto 98.914 estabelece regras a serem seguidas para o estabelecimento de Reservas Privadas do Patrimônio Nacional, que constituirão Unidades Permanentes de Preservação, que terão isenção do ITR e utilizadas como pesquisa.

- Realização do Seminário Internacional “*A Desordem Ecológica na Amazônia: Conhecimento Científico, Atores Sociais e Vontade Política na Construção de Alternativas Possíveis*”, em Belém, no período de 28 de outubro a 1^o de novembro.

- Alfredo Homma publica artigo na revista *Veja*, edição 19 de dezembro, sob o título “*Deixem Chico Mendes em Paz*”, que traz muita polêmica sobre o extrativismo.

□ 1991

- O desmatamento na Amazônia Legal atinge 42.640.000 hectares, sendo 1.113.000 hectares em 1991.

- Extinto o Programa Grande Carajás.

- No dia 2 de julho, 13 ONGs fundam o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), entre os principais promotores estão o Instituto de Estudos Amazônicos, a Fundação Vitória Amazônica, o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica, o IPHAE, o Projeto Saúde Alegria. Algumas semanas depois o Conselho Nacional dos Seringueiros se junta ao grupo.

- No dia 26 de junho, o Presidente Fernando Collor assina o Decreto 153, cancelando incentivos fiscais para atividades que causam destruição de florestas primárias, estabelecendo normas para o Ibama e para os governos estaduais fiscalizarem empreendimentos.

- Criação dos municípios de Abel Figueiredo (Lei 5.708), Água Azul do Norte (Lei 5.694), Breu Branco (Lei 5.703), Cumaru do Norte (Lei 5.510), Eldorado dos Carajás (Lei 5.687), Goianésia do Pará (Lei 5.686), Novo Repartimento (Lei 5.702), Palestina do Pará (Lei 5.689), Pau D'Arco (Lei 5.693), São Domingos do Araguaia (Lei 5.706), em 13 de dezembro, sancionadas pelo Governador Jader Barbalho.

- No dia 27 de abril, Sua Alteza Real Príncipe Charles de Gales visita Belém, sendo recebido com protestos pelo movimento organizado pela Sopren.

- Em fevereiro, a Fiepa promove o Seminário “*O Desenvolvimento e a Defesa da Economia Paraense*”, onde se percebe a apropriação do discurso sobre o desenvolvimento sustentável e a articulação do empresariado ao redor do espaço político criado por esta noção.

- Assinatura do Convênio Função e Manejo Capociras, denominado Projeto Shiftit, sigla de “*Studies on Human Impact on Forests and Floodplains in the Tropics*” vigorando para o período 1991-1999.

- A democratização e desburocratização do acesso de pequenos produtores no FNO torna-se uma das principais bandeiras de luta do movimento sindical de trabalhadores rurais, levando a Gritos do Campo e posteriormente nos Gritos da Terra, promovidos pela Fetagri.

- Criação do Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica.

- Em agosto inicia-se o curso de especialização DAZ no Naca/UFPa.

- Na reunião de junho, da *International Tropical Timber Organization* (ITTO), com sede em Yokohama, é proposta a Meta 2000, que até o ano 2000, toda a madeira comercializada no mercado internacional seja oriunda somente de planos de manejo florestal.

- Realização do Seminário Grandes Projetos, Desorganização e Reorganização do Espaço, 3 a 5 de abril, promovido pelo Naea/Anpur/Finep, Belém, Pará.

- Em março, a Sudam divulga o estudo “*Macrocenários da Amazônia- 2010; cenários alternativos e normativos para a Amazônia*”.

- O Decreto 237, de 24 de outubro, estabelece bases para o zoneamento ecológico-econômico na Amazônia.

- Os Decretos 24 e 25, ambos do dia 4 de fevereiro, referem-se à proteção do meio ambiente, programas e projetos para auto-sustentação em terras indígenas.

□ 1992

- O desmatamento na Amazônia Legal atinge 44.018.600 hectares, sendo 1.378.600 hectares em 1992.

- Lançamento do *Programa Terra* no dia 24 de janeiro pelo Presidente Fernando Collor.

- O Presidente Fernando Collor, no dia 20 de maio, cria através do Decreto 532, a Reserva Extrativista da Mata Grande; do Decreto 533, a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé; do Decreto 534, a Reserva Extrativista do Ciriaco; do Decreto 535, a Reserva Extrativista do Extremo Norte e através do Decreto 536, a Reserva Extrativista do Quilombo do Flexal.

- Criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), através da Portaria 22, de 10 de fevereiro, do Ibama.

- Fundação do Centro Profissionalizante Pedro Arrupe, pertencente à obra “Kolping do Brasil”, em Marabá, no dia 29 de outubro de 1989 e inaugurado em 16 de agosto de 1992, por iniciativa do Padre Pietro Colzane.

- No dia 5 de junho, em plena realização da RIO 92, o governo brasileiro edita o Decreto 563, que institui formalmente o *Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais* e cria sua Comissão de Coordenação, que inclui a participação de três representantes de ONGs (dois da região amazônica e um da Mata Atlântica).

- Reunindo 114 Chefes de Estado, no período de 3 a 14 de junho, é realizada a *United Conference on Environment and Development* (RIO 92).

- A revista "*Pará Agrário*", do Idesp, publica uma edição especial sobre Castanhais, retratando a destruição desse recurso natural no sudeste paraense.

- É realizado o *Seminário Internacional Sobre Meio Ambiente, Pobreza e Desenvolvimento da Amazônia* (Sindamazônia).

- No dia 18 de dezembro é criada a Cooperativa Camponeza do Araguaia Tocantins (Cocat), abrangendo Marabá, Jacundá, Itupiranga e São Domingos do Araguaia, com 943 sócios.

- Criação do município de Floresta do Araguaia (Lei 5.760).

- Em 29 de setembro Fernando Collor é afastado da Presidência da República e no dia 22 de dezembro os senadores votam o impeachment.

- Assume a Presidência Itamar Franco, com vigência até 1994.

- No dia 7 de junho, durante a realização da RIO 92, Paulinho Paiakan estupra estudante em Redenção.

- É realizada a FOREST'92, em Belo Horizonte.

- Entrada em operação da Maranhão Gusa S.A. (Margusa), no município de Rosário, vinculado ao grupo Yanmar do Brasil S.A., com forno com capacidade de 54 mil/t de ferro gusa.

- No período de 25 a 27 de março é realizada na Fundação Memorial da América Latina, em São Paulo, a Conferência Internacional "*Uma Estratégia Latino-Americana para a Amazônia*".

- Em agosto é realizado o I Seminário sobre Produção e Comercialização da Transamazônica, promovido pela CPT.

- O Decreto 707, de 22 de dezembro, estabelece bases para o zoneamento ecológico-econômico.

- A Indústria de Madeiras Ltda (Imasa) inicia programa de refrestamento com pinho cuiabano, sumaúma, teca e mogno, em Rendeção, Pará.

- A Portaria 006N, do Ibama, declara o mogno como uma espécie em perigo de extinção.

□ 1993

- Criação do município de Nova Ipixuna (Lei 5.762) em 20 de outubro, desmembrado do município de Itupiranga e Bannach (Lei 5.761), sancionadas pelo Governador Jader Barbalho.

- Em Oaxaca, México, é sediada a *Forest Stewardship Council*, uma entidade internacional, com o objetivo de credenciar organizações certificadoras de modo a garantir a autenticidade das madeiras quanto aos processos sustentáveis.

- Em março é criado o Laboratório Agroecológico da Transamazônica (Laet).

- É assinado o Convênio com o Overseas Development Agency (ODA) para atuação no CPATU, no período 1993-1998.

- Em março, o Banco Mundial anuncia a criação e a composição do Grupo Consultivo Internacional (IAG), formado por especialistas externos selecionados por seu conhecimento nas áreas focalizadas pelo Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais. Os doze membros são propostos pelos governos que participam do Programa, mas não os representam, mantendo um papel independente.

- Em agosto, após a notícia de uma chacina na fronteira entre Brasil e Venezuela, em que garimpeiros assassinaram um número não precisado de índios Yanomami, o governo federal anuncia a criação de um Ministério da Amazônia Legal, assumido pelo diplomata Rubens Ricupero.

□ 1994

- O desmatamento na Amazônia Legal alcança 46.997.800 hectares. A média de desmatamento no biênio 1992/1994 é de 1.489.600 hectares.

- O Presidente Itamar Franco assina o Decreto 1.282, de 19 de outubro, que incorpora princípios e noções de manejo florestal sustentável para a exploração da floresta amazônica. Neste Decreto permite a utilização da castanheira morta ou desvitalizada para extração madeireira até o ano 2000 .

- Em Porto Velho, no período de 3 a 7 de julho, é realizado o *I Congresso Brasileiro sobre Sistemas Agroflorestais* e o *I Encontro sobre Sistemas Agroflorestais nos Países do Mercosul*.

- No dia 23 de março, o *GTA e Amigos da Terra* circulam *Políticas Públicas Coerentes para a Região Amazônica*, documento visando a harmonização das políticas públicas com os objetivos do Programa Piloto.

- Em Porto Alegre, no período de 5 a 8 de dezembro, é realizado o FOREST'94.

- No dia 3 de março é lançado o livro "*Extratativismo Vegetal na Amazônia: Limites e Oportunidades*", do pesquisador Alfredo Homma, do CPATU.

- No dia 1^o de setembro foi criado o Centro Agropecuário da Universidade Federal do Pará.

- A Fundação Floresta Tropical desenvolve modelo de manejo florestal de baixo impacto, adaptado do Imazon, no município de Paragominas e Portel no Estado do Pará e em Mato Grosso.

- O Brasil adere a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima – 1992, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 1, de 3 de fevereiro. Através do Decreto Legislativo nº 2, adere a Convenção sobre Diversidade Biológica – 1992.

- O Decreto 1.354, de 29 de dezembro, institui no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, o Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio).

□ 1995

- O desmatamento na Amazônia Legal alcança 49.705.500 hectares, sendo 2.905.900 hectares em 1995.

- No dia 27 de dezembro, a Simara, após a reforma, entra novamente em operação .

- O Presidente Fernando Henrique Cardoso lança a “*Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal*”, através da Resolução 4, da Conamaz, de 14 de julho.

- Em maio é criado o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).

- No dia 31 de janeiro entra em vigor o acordo de doação para os Projetos Demonstrativos (PDA), o componente do Programa especificamente ligado a propostas inovadoras apresentadas por organizações da sociedade civil.

- No dia 16 de fevereiro entra em vigor o acordo de doação para o Projeto de Reservas Extrativistas, que passa a constituir como um componente específico do Programa, não mas ligado ao de Florestas Nacionais.

- No período de 27 a 31 de março realiza-se em Brasília, o Seminário de lançamento do projeto de Reservas Extrativistas.

- No dia 7 de abril, após anos de negociações, Brasil e Alemanha assinam o acordo que prevê o desembolso de 20 milhões de dólares para o projeto de demarcação de terras indígenas. Apesar das objeções anteriores do Itamaraty ao uso de recursos de “origem externa” para este fim, desta vez é o próprio Ministro das Relações Exteriores, Filipe Lampreia, que assina o acordo.

- No dia 1^o de julho, o Banco Mundial transfere para Brasília a unidade de coordenação do Programa Piloto. A Lei 5.887, de 9 de maio, estabelece a Política Estadual do Meio Ambiente no Estado do Pará.

- No dia 29 de maio, o Decreto Presidencial institui Grupo de Trabalho que resultou em diretrizes, estratégias e mecanismos do Protocolo Verde.

- É criado o Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (Poema), na Universidade Federal do Pará.

- No dia 7 de maio é procedido o primeiro descarregamento de soja em Xambioá, trazida de Nova Xavantina, Mato Grosso, em barcaças, depois de navegar 1.300 quilômetros pelo rios da Morte e Araguaia.

- A Lei 5.887, de 9 de maio, estabelece a Política Estadual do Meio Ambiente no Estado do Pará.

- A Lei 9.126, de 10 de novembro, altera o FNO.

- Lei Complementar 029, de 21 de dezembro cria o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (Funtec).

- Fernando Henrique Cardoso assume a Presidência da República no período 1995-1998.

- No final do ano é assinado o termo de cooperação entre o Brasil e a Comissão da União Européia para desenvolver Projeto de Gestão, Monitoramento e Políticas no âmbito do Programa Piloto.

- A Comissão Pró-Índio, de São Paulo, passa a atuar nos quilombos de Oriximiná e organiza a Associação das Comunidades Remanescentes dos Quilombos do Município de Oriximiná.

- Reconhecimento da primeira comunidade quilombola Boa Vista, com área de 1.125 hectares, no município de Oriximiná, Estado do Pará.

- O Decreto 1.541, de 27 de junho, regula o Conselho Nacional da Amazônia Legal (Conamaz) como órgão máximo de assessoramento sobre a Amazônia.

- Em Brasília, no período de 20 a 22 de novembro, é realizado o *Workshop Interdisciplinary Research on the Conservation and Sustainable Use of the Rain Forest and its Information Requirements*.

SUDESTE PARAENSE COMO ESPAÇO CONTESTADO

O massacre de 19 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, no dia 17 de abril de 1996, em Eldorado do Carajás, choca a opinião pública nacional e internacional, adicionando novo componente de pressão no sudeste paraense. As invasões de terras passam a constituir em rotina, criando insegurança para os proprietários de castanhais, em alguns casos levando à relação incestuosa entre proprietários de terras e invasores para receber indenizações. As pressões de pequenos produtores fazem com que o governo federal assine em 28 de junho de 1996, o Decreto 1.946, criando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A criação do Getat, em 1980, e a sua extinção, em 1987, refletem a tentativa de controlar uma área de interesse local (extrativismo da castanha-do-pará) para um contexto estratégico nacional e mundial, pela importância dos estoques de recursos minerais. Apesar das tentativas governamentais em manter o controle da área, esta escapa do controle público pelo constante fluxo de migrantes, na busca de esperança estimulados pelos próprios investimentos públicos. Nesse sentido, as instituições públicas passam apenas a convalidar os fatos consumados do processo de ocupação, com atividades conflitantes e da dificuldade de compatibilizar ações comuns. Como consequência, os estoques de castanheiras sofrem contínua destruição, promovendo o desaparecimento do extrativismo da castanha-do-pará, não pelo efeito dos plantios domesticados, aparecimento de produtos substitutos, inexistência de mercados, mas simplesmente, pela competição pelo mesmo espaço por novas atividades produtivas.

A edição da Medida Provisória 1.511, de 25 de julho de 1996, reduzindo a área de desmatamento das propriedades de 50% para 20%, dando nova redação para o Código Florestal, revela-se inócua na prática, uma vez que os desmatamentos aumentam de intensidade nos anos de 1995 a 1998. Parece que a fúria legislativa sempre tem sido colocada como a opção mais barata para resolver as questões ambientais.

No dia 23 de outubro de 1996 é lançada a modalidade de Projeto de Assentamento Agroextrativista, levando à aprovação do Projeto Agroextrativista de Praia Alta Piranheira, em Portaria 42, do Ibama, datada de 12 de agosto de 1997. Essas medidas contrastam com a primeira colheita de 30 hectares de soja em Conceição do Araguaia e com a privatização da CVRD, em maio de 1997, sob grandes protestos. Contudo, a medida mais prejudicial é a promulgação da Portaria 108, do Ibama, em 18 de setembro de 1997, em plena Semana da Árvore, permitindo a derrubada de castanheiras mortas ou desvitalizadas para produção madeireira (Senado..., 1998). Essa Portaria é a grande responsável pela derrubada descontrolada de castanheiras, que passa a vigorar, principalmente nos municípios de Eldorado dos Carajás e São Geraldo do Araguaia, pela completa falta de fiscalização.

A carência de assistência técnica nos assentamentos leva o Incra a criar o Projeto Lumiar, em 1997 (Incra, 1997). Em novembro de 1997 é decretada a desapropriação da Fazenda Flor da Mata, com 11.777 hectares em São Félix do Xingu, pelo Ministério do Trabalho, onde é constatada a existência de 300 trabalhadores mantidos em regime de escravidão. Isso vem comprovar a falta de atuação do aparelho do Estado no sudeste paraense, conduzindo as maiores arbitrariedades ao longo do tempo.

Em 1998, em decorrência das eleições para governador, deputados e senadores, o executivo investe pesadamente no sudeste paraense, promovendo a melhoria da PA-150, com a construção de pontes definitivas. No dia 15 de junho de 1998, o Presidente Fernando Henrique visita Tucuruí, aprovando a construção das eclusas e a inauguração do Tramoeste em Altamira.

O ano de 1999 é identificado por uma série de reportagens mostrando a queda da produção de castanha-do-pará no sudeste paraense. O jornalista Ullisses Campbell, nos dias 17 e 18 de janeiro, publicou no jornal O Liberal (Campbell, 1999ab) que 30 usinas de beneficiamento existentes antes do Plano Real ficam reduzidas a apenas cinco no Estado do Pará, que será motivo de pronunciamento do Deputado Federal Gerson Peres, na Câmara Federal, no dia 20 de janeiro de 1999. A *Gazeta Mercantil do Pará*, em reportagem de Ademir Braz, menciona na edição do dia 10 de março de 1999, a queda de produção de castanha-do-pará em Marabá (Braz, 1999). Os interesses econômicos relacionados com a castanheira para madeira levam o presidente da Associação das Indústrias Madeireiras de Eldorado de Carajás, Valdir Campos, a publicar nota de repúdio no dia 10 de março de 1998, contra a suspensão da Portaria 108, do Ibama, que permite a derrubada de castanheiras mortas e desvitalizadas.

□ 1996

- O desmatamento na Amazônia Legal alcança 51.706.900 hectares, sendo 1.816.100 hectares em 1996.
- Implantação do programa alternativas de desenvolvimento auto-sustentado para pequenos produtores (PDI) dentro do PNMA.
- Lançamento da Medida Provisória 1.511, de 25 de julho, que faz parte do conjunto de medidas, conhecido como “*pacote ecológico*”, estabelece o aumento de 50% para 80% das áreas passíveis de preservação, dando nova redação ao Código Florestal.
- O Decreto 1.963, de 25 de julho, também parte do “*pacote ecológico*”, suspende novas autorizações e concessões para exploração de mogno e virola e estabelece prioridades para o deslocamento de incentivos fiscais e propostas de criação de novas florestas nacionais.
- O Decreto 1.946, de 28 de junho, cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

- A Lei Complementar 88, de 23 de dezembro dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social para fins de reforma agrária.

- A Lei Complementar 9.393, de 19 de dezembro, dispõe a respeito do imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), sobre o pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária.

- De acordo com a Lei 9.415, de 23 de dezembro, o Ministério Público passa a mediar os conflitos, acompanhando as ações de reintegração de posse e, assim, prevenindo atos de violência.

- No dia 17 de outubro é criada a Comissão Externa da Câmara dos Deputados, presidida pelo Deputado Federal Gilney Viana, para averiguar a presença de madeiras asiáticas quanto à aquisição de terras e serrarias brasileiras.

- José Natalino Macedo Silva lança a publicação "*Manejo Florestal*".

- Instalação da Companhia Promoção Agrícola (Campo), em Conceição do Araguaia, para o desenvolvimento do cultivo da soja.

- No dia 17 de abril, ocorre o massacre de 19 sem-terras, em Eldorado dos Carajás, que choca o mundo.

- No dia 23 de outubro é lançado o Projeto de Assentamento Agroextrativista.

- Invasões de terra pelo MST passa a ser cotidiano no Estado do Pará.

- Realização do *I Workshop sobre as Culturas do Cupuaçu e da Pupunha na Amazônia*, realizado em Manaus, no período de 25 a 29 de março.

- No dia 10 de agosto, o Presidente Fernando Henrique Cardoso apresenta 42 projetos com o nome *Brasil em Ação*, relacionados, principalmente, a obras de infra-estrutura e transporte, além de alguns programas sociais.

- Em abril é realizado o *I Workshop Preparatório da Agenda 21 do Brasil*, em Brasília, reunindo representantes de instituições governamentais, privadas, ONGs e universidades.

- O Presidente Fernando Henrique Cardoso cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo (Prodex), no dia 5 de junho de 1996, alocando recursos de R\$ 24 milhões, junto ao Banco da Amazônia S/A.

- Início do curso de mestrado em Agriculturas Familiares Amazônicas no Centro Agropecuário da UFPA, no dia 5 de fevereiro.

- Início do I Torneio de Pesca Esportiva da Amazônia (Topam), no lago de Tucuruí, aplicando o preceito de “pegar e largar”.

□ 1997

- O Ibama promulga a Portaria 108, de 18 de setembro, permitindo a derrubada de castanheiras desvitalizadas para madeira, assinada pelo presidente do Ibama, Eduardo de Souza Martins.

- O desmatamento na Amazônia Legal é de 1.322.700 hectares e a área total desmatada é de 53.029.600 hectares.

- Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados entre BNDES/Embrapa, assinado no dia 12 de julho, para avaliação de possibilidades de plantio de soja nos Estados do Pará, Amazonas e Roraima.

- Primeira colheita de 330 hectares de soja em Paragominas, 30 hectares em Redenção e 50 hectares em Santarém. A Agrária Engenharia S/A procede a exportação de 165 t de soja de Santarém para Rotterdam.

- Entra em vigor no dia 25 de julho, o Sivam.
- A Lei 9.433, de 8 de janeiro, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, que passa a ser chamada de Lei de Recursos Hídricos
- Privatização da CVRD, em maio.
- No dia 12 de abril, o Presidente Fernando Henrique Cardoso inaugura a Hidrovia do rio Madeira e no dia 12 de agosto estimula o extrativismo da seringueira, criando subsídios para a borracha extrativa.
- A deputada federal Socorro Gomes instala comissão para investigar a biopirataria na amazônia, no dia 12 de agosto e em 18 de novembro apresenta seu relatório.
- Criação da Fundação Zoobotânica de Marabá, no dia 14 de agosto de 1997, que passa a executar parceria com a Madeireira Nordisk Timber Ltda, a partir de 2000, para a preservação de 100 hectares da Fazenda Taboquinha, à margem da rodovia PA-150.
- O deputado estadual Zeno Veloso, apresenta projeto de lei no dia 20 de setembro, proibindo a utilização de queimadas, que foi posteriormente arquivada.
- O Projeto Lumiar passa a ser alternativa adotada pelo In-cra para suprir a assistência técnica aos colonos assentados.
- Em setembro, é criado o Projeto Casulo, que tem como finalidade propiciar o retorno ao campo de trabalhadores rurais que estão vivendo na periferia das cidades e incorporá-los a unidades familiares de produção agrícola, gerando emprego e renda.
- O Decreto 2.250, de 11 de junho, democratiza a reforma agrária ao permitir que entidades representativas de trabalhadores rurais indiquem áreas a serem desapropriadas.
- Em novembro é decretada a desapropriação da Fazenda Flor da Mata, com 11.777 hectares, no município de São Félix do Xingu, onde é constatada pela fiscalização do Ministério do Trabalho, a existência de 300 trabalhadores mantidos em regime de escravidão.
- No dia 8 de junho, em Praialta, é fundada a Associação de Pequenos Produtores do Projeto Agroextrativista Praialta e Piranheira (APAEP), com a participação de 77 agricultores.
- O Projeto Agroextrativista de Praialta Piranheira é aprovado pela Portaria 42, de 21 de agosto, com área de 27.343,9774 hectares.

- Assinatura do Protocolo de Kyoto, realizado no período de 1^o a 11 de dezembro, com a adesão de 159 nações, os países desenvolvidos se comprometeram a cortar 5,2%, em média, de suas emissões de carbono, sobre os valores registrados em 1990. O prazo estabelecido para que seja reduzido para os níveis de 1990 é entre 2008 e 2012.

- Criação do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária para o Brasil (Prodetab), negociado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial, com recursos equivalentes a US\$ 120 000.000,00 para o período 1997-2002.

- *GTA e Friends of the Earth* lançam o livro “*Políticas Públicas Coerentes para uma Amazônia Sustentável: o desafio da inovação e o Programa Piloto*”.

- No dia 26 de fevereiro, o Decreto Presidencial cria a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira (CPDS), envolvendo Ministérios afetos às áreas de desenvolvimento e meio ambiente.

- A consulta nacional Desenvolvimento Sustentável: 100 Experiências Brasileiras, realizada entre outubro de 1996 e fevereiro de 1997 possibilita a identificação de 183 projetos de prefeituras, ONGs, associações e empresas, sobre experiências de desenvolvimento sustentável no país.

- Em março, o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, através da Secretaria de Coordenação da Amazônia, lançam o documento Agenda Amazônia 21, bases para a discussão dos atores sociais interessados no futuro da região.

- É realizado no Rio de Janeiro, paralelo a Rio + 5, o seminário Agenda 21- a Utopia Concreta.

- No dia 3 de novembro é lançada a pedra fundamental do Centro de Biotecnologia da Amazônia, com a presença do Vice-Presidente Marco Maciel, no Distrito Industrial de Manaus, Amazonas.

- Desenvolvimento do *bushcopper* pelo *Institut für Pflanzenbau und Tierproduktion in den Tropen und Subtropen*, testado em Igarapé-Açu, Pará, é a razão da realização do Dia de Campo, no período de 26 a 28 de maio de 1999.

- O Decreto 2.119, de 13 de janeiro, dispõe sobre o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e da Comissão de Coordenação.

- No Senado Federal, no dia 17 de fevereiro, é lançado o Projeto Caboclo como um plano alternativo de ocupação da Amazônia, de autoria do Senador Darcy Ribeiro, que falece no dia 24 de fevereiro.

- Realização no período de 27 a 29 de novembro, em Belém, do *Paths of Sustainable Development and the Dimensions of the Change: the Belém Forum*, organizado pelo Poema,

- É realizado na Embrapa-CPATU, em Belém, o Workshop Internacional “*Carbon Pools and Dynamics in Tropical Ecosystems*”, no período de 1 a 5 de dezembro.

- Em dezembro é feita a seleção de 35 pesquisas a serem executadas no Experimento de Grande Escala da Atmosfera-Biosfera (LBA) a ser executado por cientistas dos Estados Unidos e do Brasil. O objetivo é de entender o funcionamento climatológico, biogeoquímico e hidrológico da Amazônia, o impacto do uso da terra e as interações entre a Amazônia e o sistema Terra.

- *Friends of the Earth* afirma que dos 791 municípios existentes em 1997 na Amazônia Legal, 327 foram criados após a Constituição de 1988, levando a denominar de a Indústria de Pequenos Municípios.

□ 1998

- O desmatamento na Amazônia Legal atinge 1.683.800 hectares e a área total desmatada é de 54.713.400 hectares.

- Entrada em operação da Ferro do Maranhão (Ferromar), para produção de ferro gusa a partir de um único forno.

- No dia 26 de agosto é feito o primeiro embarque de soja produzida nos municípios de Redenção e Conceição do Araguaia, em Marabá. No ano anterior foi efetuada a primeira produção de soja no Estado do Pará, que foi embarcada em Imperatriz, MA.

- Em Marabá, o Centro Agroambiental do Tocantins, comemora no período de 8 a 12 de setembro, os dez anos da instituição.

- No período de 17 a 20 de dezembro é realizado em Xapuri, Acre, o V Encontro Nacional dos Seringueiros.

- William Santos de Assis defende, no dia 22 de dezembro, a primeira tese de Mestrado em Agriculturas Familiares Amazônicas, no Centro Agropecuário da UFPA.

- Realização do Seminário *Workshop Seringueira na Amazônia, Situação Atual e Perspectivas*, em Belém, no período de 26 a 28 de agosto.

- No dia 9 de dezembro é realizado no Centro de Convenções da Gazeta Mercantil, em São Paulo, Seminário Suframa “*As Oportunidades de Investimentos na Amazônia Ocidental*” onde são discutidas as possibilidades da pimenta longa e do palmito de pupunha. No dia 12 de dezembro é inaugurada a primeira fábrica de extração de safrol em Igarapé-Açu, situado a 140 km de Belém, que conta com o apoio do governo inglês através do DFID e das indústrias espanholas *Destilaciones Bordas Chinchurreta S.A.*

- O *Center for International Forestry Research* (Cifor) instala um escritório nas dependências da Embrapa-CPATU.

- O Imazon lança a publicação “*Floresta para Sempre: um Manual para Produção de Madeira na Amazônia*”.

- No dia 18 de agosto é lançado, na Fiepa, o livro “*Amazônia: Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrícola*”, de autoria de Alfredo Homma, onde estava presente o Presidente da Embrapa, Alberto Duque Portugal.

- No Diário Oficial da União, de 13 de fevereiro, é publicada a Lei 9.605, denominada de *Lei da Natureza contra Crimes Ambientais*.

- A Lei Complementar 93, de 4 de fevereiro, cria um fundo para financiar, a longo prazo, a aquisição de terras e projetos de assentamento, o Banco da Terra.

- O Decreto 2.614, de 3 de junho, e o Decreto 2.680, de 17 de julho, autorizam o Incra a participar de leilões de terra, o que permite maior agilidade na aquisição das terras oferecidas.

- Asfaltamento e construção de pontes de concreto ao longo da PA-150.

- No dia 15 de junho, o Presidente Fernando Henrique Cardoso visita Tucuruí, aprovando a construção das eclusas e, em Altamira, a inauguração do Tramaoeste, levando energia para a parte oeste do Estado do Pará.

- No Novotel, em Belém, no período de 24 a 27 de novembro é realizado o *II Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais*.

- Em fevereiro, um incêndio florestal em Roraima chama a atenção mundial sobre a Amazônia.

- Início da construção do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), em Manaus, com 12 mil metros de área construída e investimento de 12 milhões de dólares, com a previsão de término no ano 2000. O CBA é a face visível do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia.

- No dia 8 de julho é anunciado o Programa de Prevenção e Controle às Queimadas e aos Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento (Pró-Arco).

□ 1999

- Nos dias 17 e 18 de janeiro, o jornalista Ullisses Campbell publica extensa reportagem no jornal *O Liberal* sobre a decadência do extrativismo da castanha-do-pará.

- O deputado federal Gerson Peres protesta na Câmara Federal no dia 20 de janeiro contra a falência na produção de castanha-do-pará no Estado do Pará, onde de 30 usinas de beneficiamento antes do Plano Real sobraram cinco.

- No dia 10 de março, o jornalista Ademir Braz publica na Gazeta Mercantil Pará, a reportagem *Marabá Colbe a Pior Safra de Castanha*.

- No dia 10 de março, o Presidente da Associação das Indústrias Madeireiras de Eldorado dos Carajás (Assimec), Valdir de Campo, publica Nota de Repúdio no jornal O Liberal quanto a posição contrária à Portaria 108, do Ibama, autorizando o corte de castanheiras mortas ou desvitalizadas.

- No dia 10 de fevereiro, o INPE divulga os dados de desmatamento na Amazônia nos anos de 1997 (13.227 km²) e 1998 (16.838 km²) e da estimativa da área queimada em Roraima (11.000 km²), voltando a assustar o governo e as comunidades nacional e internacional.

Desmatamento na Amazônia no período 1977/1997 (km²).

Estados	1977/88	1988/89	1989/90	1990/91	1991/92	1992/94	1994/95	1995/96	1996/97
Acre	620	540	550	380	400	482	1.208	433	358
Amapá	60	130	250	410	36	-	9	-	18
Amazonas	1.510	1.180	520	980	799	370	2.114	1.023	589
Maranhão	2.450	1.420	1.100	670	1.135	372	1.745	1.061	409
Mato Grosso	5.140	5.960	4.020	2.840	4.674	6.220	10.391	6.543	5.271
Pará	6.990	5.750	4.890	3.780	3.787	4.284	7.845	6.135	4.139
Rondônia	2.340	1.430	1.670	1.110	2.265	2.595	4.730	2.432	1.986
Roraima	290	630	150	420	281	240	220	214	184
Tocantins	1.650	730	580	440	409	333	797	320	273
Amazônia	21.130	17.860	13.810	11.130	13.786	14.896	29.059	18.161	13.227

Fonte: INPE.

- Em São Paulo, no período de 28 a 29 de janeiro é realizado o *Workshop Agricultura Sustentável – Agenda 21 Brasileira*, patrocinado pelo PNUD/MMA/Consórcio Museu Emílio Goeldi/USP-PROCAM/MPEG.

- No período de 23 a 24 de fevereiro é realizado no Hotel Sagres, o Simpósio *Silvicultura na Amazônia Oriental: Contribuições do Projeto Embrapa/DFID*, patrocinado pela Embrapa Amazônia Oriental e o Department for International Development.

- Em Belém, no Auditório Alexandre Rodrigues (Museu Paraense Emílio Goeldi) no período de 24 a 25 de fevereiro, é realizado o Workshop Agricultura Sustentável na Amazônia – Agenda 21 Brasileira, patrocinado pelo PNUD/MMA/Consórcio Museu Emílio Goeldi/USP-PROCAM/MPEG.

- No dia 18 de março, o Professor Francisco de Assis Costa, da UFPa/Naea, lança o livro “*Ciência, Tecnologia e Sociedade na Amazônia*”, onde aborda criticamente a pesquisa na Embrapa Amazônia Oriental, na Universidade Federal do Pará, no Museu Paraense Emílio Goeldi e no Inpa.

- Em Brasília, na Sede do Ibama, no período de 5 a 10 de abril é realizado o Seminário Agenda 21 Brasileira: temas para debate, patrocinado pelo PNUD/MMA.

- No dia 20 de maio, é realizado em Belém, o Seminário sobre o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, promovido pelo Consórcio Brasileira, BNDES, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Ministério do Orçamento e Gestão.

- No dia 28 de maio chega uma caravana com 75 caminhões vindos do município de Sorriso, Estado de Mato Grosso, transportando 2.000 toneladas de soja pela Cuiabá-Santarém, recepcionados pelo Ministro dos Transportes Eliseu Padilha, como uma reivindicação para o asfaltamento da rodovia. A soja é embarcada em Itaituba após percorrer 1.100 km dos quais 900 km em estrada de terra e segue para Itacoatiara para serem embarcadas para a China.

- No dia 1^o de junho é realizado na Fiepa, em Belém, o *I Seminário da Cadeia de Pecuária de Corte*.

- Em Santarém, no dia 3 de junho, é realizada a primeira colheita comercial de grãos, destacando-se a produção de soja.

- O Programa Globo Rural completa a sua milésima edição no dia 6 de junho.

- Chegada da energia de Tucuruí, em Itaituba, no dia 1^o de junho, com a conclusão da terceira torre de transmissão mais alta do mundo, com 160 metros e outras duas torres com 135 metros e 114 metros, importadas da Itália, necessárias para transpor o rio Tapajós, com 1.200 metros de largura. No dia 10 de agosto, a maior torre desaba sem maiores explicações convincentes.

- Thilo Bode diretor executivo da *Greenpeace Internacional* apresenta, no dia 31 de maio, no Rio de Janeiro, o relatório *Face a Face com a Destruição*, sobre a destruição da floresta amazônica pelas 17 multinacionais madeireiras, 1.300 madeireiras de médio porte e 1.200 serrarias familiares que atuam na região.

- Realização do Fórum sobre os Desafios da Pesquisa Florestal na Amazônia, realizado no dia 15 de junho, em Belém, sob os auspícios da Embrapa e do Cifor.

- A Cosipar, inaugurou no dia 17 de julho, a capacidade de produção de ferro-gusa de 190.000 t para 300.000 t por ano.

- Dia 16 de agosto tem início na Universidade da Amazônia, o julgamento dos 141 PMs da ativa e 9 ex-policiais já afastados, participantes do massacre de 19 integrantes do MST em Eldorado dos Carajás. Este julgamento é considerado o maior do País. No dia 19 de agosto o resultado da sentença é pela inocência dos três oficiais superiores envolvidos no conflito.

□ **2000** • No dia 20 de fevereiro, em Belém, foi dado início à série de Audiências Públicas para discutir o Relatório de Impacto Ambiental do Sistema de Integração do Pará (Projeto da Alça Viária), com a construção de pontes nos rios Guamá, Moju e Acará, com custo estimado em R\$ 190 milhões.

- Implantação do Programa Manejo de Pastagem e Uso do Fogo: soluções e alternativas, em Marabá, no dia 25 de fevereiro, pelo Friends of the Earth, Sindicato dos Produtores Rurais de Marabá e Federação da Agricultura do Estado do Pará e financiado pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália.

- Realização, no período de 30 de março a 1º de abril, em Belém, do Seminário Agenda Positiva do Estado do Pará, com a presença do Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho.

- No dia 11 de maio, a Comissão Mista do Congresso aprovou o projeto de lei de conversão do deputado federal Moacir Micheletto, reduzindo de 80% para 50% a área de cobertura original na Amazônia.

- No período de 17 a 18 de maio foi realizado o I Seminário Temático do Projeto Brasil Sustentável e Democrático na Amazônia, no Hotel Beira-Rio, em Belém, patrocinado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Centro de Pesquisas Woods Hole e Instituto Sócio-Ambiental.

- No dia 28 de maio, o governo federal reeditou pela 50ª vez a Medida Provisória 1.956, trazendo texto aprovado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, em 29 de março, mantendo os percentuais para reserva legal em vigor desde a vigência da Medida Provisória 1.511, de 25 de julho de 1996.

- No período de 2 a 3 de junho, foi realizado em Belém, o I Seminário Internacional do Parlamento Amazônico, com o tema A Amazônia do Homem. O Homem da Amazônia. Com a presença de seis governadores, o tom das críticas foi especialmente dirigido contra as ONGs.

- Lançamento, no dia 7 de junho, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, do Programa Alternativas para a Prática das Queimadas na Agricultura, com suporte da Embrapa.

- Realização, em Belém, do 3º Encontro de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Regional, no período de 15 a 16 de junho, na Sudam.

- Abertura, no dia 16 de junho, da Feira Pan Amazônica de Tecnologia Agrícola (Agritechnology 2000) e 2ª Exposição Estadual Agropecuária, no município de Redenção, Pará, considerada a maior feira de tecnologia da Região Norte.

- No dia 21 de junho, foi publicado no Diário Oficial da União, o Decreto 3.515, de 20/06, criando o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

- No período de 25 a 30 de junho, foi realizado em Belém, o 1º Seminário Científico Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment in Amazonia (LBA).

- Foi realizado, no período de 3 a 4 de julho, em Marabá, e no período de 6 a 7 de julho, em Redenção, o Seminário Alternativas para a Prática das Queimadas na Agricultura.

- No dia 6 de julho, Hugo de Almeida assumiu a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, que havia dirigido no período de 1974-1979.

- No dia 20 de setembro, a Fundação Interamericana (IAF), com sede em Washington, aprova projeto agrícola em parceria com a CEPASP, para beneficiar 150 famílias no Projeto de Assentamento Gameleira, em Marabá.

- Realização do Seminário sobre Potencialidades para Agronegócio da Região Sudeste, no período de 26 a 27 de outubro, em Marabá, promovido pela Embrapa Amazônia Oriental e Secretaria Municipal de Agricultura de Marabá.

- No dia 8 de novembro, lançamento do Fundo Florestal de Carajás, no Congresso Nacional, pela Associação das Siderúrgicas de Carajás (Asica).

- No período de 13 a 24 de novembro, na cidade de Haia, foi realizada a Sexta Conferência das Partes (COP-6) da Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas, que vai ter profundos reflexos na Amazônia.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A primeira questão que emerge quanto à destruição dos estoques de castanheiras no sudeste paraense refere-se à irracionalidade desse fenômeno. Enquanto os movimentos ambientalistas desenvolvem a tese da procura de mercados para os produtos florestais, no intuito de sua valorização e com isso evitar a sua destruição, no caso da castanha-do-pará trata-se de um produto já conhecido no mercado internacional desde a década de 1920. Quais seriam as razões que levaram à destruição desse recurso natural a partir do início da década de 1970 e que medidas poderiam conservar e/ou preservar os estoques remanescentes?

É interessante verificar que o desaparecimento da produção extrativa de castanha-do-pará não decorreu da sua substituição pela produção proveniente de plantios racionais, como tem ocorrido para mais de três mil plantas que foram domesticadas nestes últimos dez mil anos. No caso das castanheiras no sudeste paraense, as razões da desintegração da economia extrativa estão relacionadas com o conflito decorrente da ocupação comum do espaço geográfico pelos diferentes atores sociais que emergiram a partir da década de 1970 e do interesse do Estado representado pelos recursos minerais. Nesta cronologia procurou-se listar os passos dessa morte anunciada e que continua em pleno processo.

A segunda questão a responder é: até que ponto a ocupação da Amazônia e/ou desenvolvimento agrícola podem ser feitas com a destruição inexorável de seus recursos florestais? Recentemente, tem surgido em trabalhos científicos sobre a Amazônia, a idéia de padrões mínimos de preservação ambiental (*safe minimum standard*). Esta teoria, desenvolvida por Ciriacy-Wantrup (1952), está ganhando relevância como uma justificativa teórica para reivindicar a preservação de diversos recursos naturais ameaçados no mundo. De acordo com essa teoria, a preservação ambiental teria prioridade, salvo quando implicar em custos intoleravelmente altos para as populações locais, subentendido quanto à impossibilidade dessas populações sobreviverem se a escolha da preservação absoluta for adotada (Romeiro, 1999).

Considerando que já foram desmatados 55 milhões de hectares na Amazônia, equivalente à soma dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, estancar a incorporação de novas áreas vai depender da utilização de uma fração dessa fronteira interna já conquistada. O contingente de agricultores sem ter condições de acesso à terra no País resulta não da escassez absoluta de terras, mas da escassez provocada pela concentração da terra e de políticas excludentes ao pequeno produtor. Neste caso, esta necessária perda de área florestada deve ser **minimiz**ada através do desenvolvimento de sistemas agropecuários intensivos de alto rendimento por área. Sistemas agrícolas baseados na derrubada-queimada obviamente **maximizam** as perdas florestais. A necessária perda de biodiversidade florestal para garantir a sobrevivência das populações rurais da Amazônia pode ser minimizada. É preciso inverter este processo, o que implica promover a implementação de sistemas agropecuários que respeitem as regras básicas de manejo de solos em regiões com chuvas bastante intensas.

A outra lição desta cronologia é que os problemas ambientais na Amazônia não são independentes. A destruição dos estoques de castanhais constituem efeitos colaterais de problemas econômicos e sociais locais e de fora da Amazônia. A pobreza do Nordeste brasileiro tem muito a ver com a drenagem de contingentes migratórios para o sudeste paraense, visível nas estatísticas de origem dos posseiros e dos integrantes do MST, todos na busca de novas esperanças. O conjunto das políticas públicas e do interesse dos grandes investidores nacionais e internacionais nos estoques de recursos minerais, com baixo nível de geração de empregos, tem resultado no paradoxo da convivência da pobreza absoluta em uma das regiões mais ricas de depósitos minerais do planeta.

Outro aspecto refere-se à seqüência linear do processo de destruição dos recursos florestais do sudeste paraense e da Amazônia como parte de um processo coevolutivo. O desmatamento e as queimadas chocam à primeira vista, mas à medida que essas áreas passam a ser limpas, plantadas ou urbanizadas compõem uma segunda natureza aceitas como progresso, como tem acontecido nas áreas mais desenvolvidas do País. Estacar o desmatamento na Amazônia representa, portanto, um

esforço hercúleo, de vontade política e da conscientização da população, no qual a retórica do uso das áreas desmatadas passam a ser válidas para aqueles que já desmataram ou de que o desmatamento marginal não faria diferença.

Construir essa segunda natureza corrigindo os erros do passado, com programas de reflorestamento, intensificação da agricultura para reduzir a pressão sobre os estoques remanescentes, recuperação de áreas degradadas, entre outros, talvez poderia ser uma política adequada para compensar a destruição feita até o presente. Caso contrário, essa cronologia daqui a dez ou vinte anos, poderá ter como fim inevitável o mesmo destino da Mata Atlântica, reduzida atualmente a menos de 8% da sua cobertura florestal original. Uma nova história terá que ser reescrita, talvez essa tenha sido a sua opção e destino, mas não poderia furtar a oportunidade de chamar a atenção da sociedade neste ponto de mutação.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AGROPECUÁRIA ARUANÃ S.A **Proposta de financiamento BNDES**. Manaus, 1989. 92p.
- ALMEIDA, A.W.B. **Carajás: a guerra dos mapas**. Belém: Falangola, 1994. 330p.
- ALMEIDA, C.P. **Castanha-do-pará: sua exportação e importância na economia amazônica**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1963. 86p.
- ALMEIDA, F.R.F. Tendências mundiais do mercado de nozes. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v.16, n.3, p.46-47, 1996.
- ANDERSON, S.D. Engenhos na várzea: uma análise do declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia. In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A.E. de, org. **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p.101-121.
- A ASCENSÃO da coleta e exportação da castanha. **Pará Agrário**, Belém, 1992. p.14-16. Edição Especial.
- BAIMA, L.F. Araguaia viabiliza Corredor Centro-Norte. **Jornal da Vale**, Rio de Janeiro, v.22, n.187, p.12, 1995.
- BARROS, A.A.P. Hidrovia Tocantins-Araguaia. In: SEMINÁRIO O DESENVOLVIMENTO E A DEFESA DA ECONOMIA PARAENSE, 1991, Belém. **Anais...** Belém: FIEPA/CNI, 1991. p.145-152.
- BARROS, M.V.M. **A zona castanheira do Médio Tocantins e vale do Itacaiúnas: reorganização do espaço sob os efeitos das políticas públicas para a Amazônia**. Marabá: UFPa, 1992. 96p.
- BENATTI, J.H. Carajás: desenvolvimento ou destruição? In: COELHO, M.C.N.; COTA, R.G. **Dez anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPa-NAEA, 1997. p.79-105.

- BENCHIMOL, S. **Amazônia**: um pouco antes e além-depois. Manaus: Calderaro, 1977. 841p. (Coleção Amazoniana, 1).
- BENTES, R.S.; MARÍN, R. A.; EMMI, M.F. Os cemitérios das castanheiras do Tocantins. **Pará Desenvolvimento**, Belém, n.23, p.18-23, 1988.
- BORGES, R. **Construção econômica da Amazônia**. Belém: IDESP, 1970. 126p. (IDESP. Cadernos Paraenses, 5).
- BORGES, R. **Vivência amazônica**. Belém: CEJUP, 1986. 652p.
- BORGES, R. **Vultos notáveis do Pará**. 2 ed. Belém: CEJUP, 1986. 449p.
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Relatório da comissão externa destinada a averiguar a aquisição de madeiras, serrarias e extensas porções de terras brasileiras por grupos asiáticos**. Brasília, 1997. 120p.
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Relatório final da comissão externa criada para apurar denúncias de exploração e comercialização ilegal de plantas e material genético na Amazônia**. Brasília, 1997. 69p.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Diretoria Estadual no Pará & FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARÁ, Belém. **Castanha-do-brasil**. Belém, DEMA-Pará, FAEPA, 1976. 69p.
- BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Cenários Exploratórios do Brasil 2020**. Brasília, 1997. 106p. Mimeografado.
- BRASIL. Senado Federal. **Legislação do meio ambiente**: atos internacionais e normas federais. 4.ed. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1998. 2v.
- BRAZ, A. Marabá colhe pior safra de castanha. **Gazeta Mercantil do Pará**, Belém, 10 mar. 1999. p.1.

- BRUNO, M.; SACHS, J. Energy and resource allocation: a dynamic model of the "Dutch disease". **Review of Economics Studies**, n.49, p.845-859, 1982.
- CAMPBELL, U. Castanha-do-pará perde 1º lugar. **O Liberal**, Belém, 17 jan. 1999. p.7.
- CAMPBELL, U. Falência ronda usinas de castanha. **O Liberal**, Belém, 18 jan. 1999. p.7.
- CARAJÁS. Rio de Janeiro: CVRD, 1988. 24p.
- CARVALHO, J.C.M. A conservação da natureza e recursos naturais na Amazônia brasileira. **CVRD Revista**, Rio de Janeiro, v.2, p.1-48, nov. 1981.
- CARVALHO, R.A.; FERREIRA, C.A.P.; HOMMA, A.K.O. **Fontes de crescimento das exportações de castanha-do-brasil (1970-1988)**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1994. 27p. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 76).
- CAVALCANTE, P.B. **Frutas comestíveis da Amazônia**. Belém: MPEG/CEJUP, 1991. 279p. (Coleção Adolfo Ducke).
- CENÁRIOS da Amazônia. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v.13, p.134-143, dez. 1991. (Edição especial).
- CIRIACY-WANTRUP, S. von. **Resource conservation: economics and policies**. Berkeley, University of California, 1952. 395p.
- CLAY, J.W. **An overview on harvesting, forest processing and transport of non-wood forest products**. Maryland: World Wildlife Fund, 1994. 20p.
- COELHO, M.C.N.; COTA, R.G. **Dez anos da estrada de ferro Carajás**. Belém: UFPa-NAEA, 1997. 356p.
- COMPANHIA VALE DO RIO DOCE (Rio de Janeiro, RJ). **Pólos florestais na Amazônia Oriental; a reversão do processo de degradação ambiental**. Rio de Janeiro, 1989. 38p.

- CONFERÊNCIA NACIONAL DA CASTANHA-DO-PARÁ,1., 1967, Belém. **Bases para uma política nacional da castanha**. Belém: CNA, 1967. 73p.
- CONFLITOS fundiários: um quadro diversificado. **Pará Agrário**, Belém, 1990. p.6-26. Edição Especial.
- CONSÓRCIO BRASILIANA. **Eixos nacionais de integração e desenvolvimento**. São Paulo: 1999. 50p.
- CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ. **Projeto Tucumã**. [s.l], [198-]. 16p.
- O CONTROLE ferrenho do Marquês de Pombal. **Nosso Pará**, Belém, v.1, n.1, p.21-38, 1996.
- CORREIA FILHO, V. Devassamento e ocupação da Amazônia. In: IBGE (Rio de Janeiro, RJ). **Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro, 1944. p.166-185.
- CROSBY, A.W. **Imperialismo ecológico**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 319p.
- CRUZ, E. **Colonização do Pará**. Belém: INPA, 1958. 178p.
- CRUZ, E. **História do Pará**. Belém: Governo do Estado do Pará, 1973. 2v.
- CUNHA, E. **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. 279p.
- DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484p.
- DIAS, C.V. Aspectos geográficos do comércio da castanha no Médio Tocantins. **Revista Brasileira de Geografia**, v.21, 4, p.517-531, 1959.
- DIAS, C.V. Marabá: centro comercial da castanha. **Revista Brasileira de Geografia**, v.20, n.4, p.383-427, 1958.

- DIAS, G.L.S.; CASTRO, M.C. **A colonização oficial no Brasil: erros e acertos na fronteira agrícola.** São Paulo: USP-IPE, 1986. 95p.
- DOMÍNGUEZ, J.L.D. The economic of sustainability: distribution of production costs of the Brazil nuts (*Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl.) in Peru and Bolivia. **Journal of the Tropical Resources Institute**, v.13, n.1, p.8-11, 1994.
- EMMI, M.F. A oligarquia da castanha: crise e rearticulação. In: CASTRO, E.M.R.; HEBETTE, J., org. **Na trilha dos grandes projetos.** Belém: UFPa-NAEA, 1989. p.127-161 (UFPa-NAEA. Caderno, 10).
- EMMI, M.F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais.** Belém: Centro de Filosofia UFPa-NAEA, 1987. 196p.
- EMMI, M.F.A.; MARIN, R.E.A.; BENTES, R. da S. O polígono castanheiro do Tocantins: espaço contestado de oligarquias decadentes. **Pará Agrário**, Belém, n.2, p.12-21, jan.-jun., 1987.
- ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA MÉRITO. São Paulo: Mérito, 1958.
- ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. São Paulo: Encyclopédia Britannica do Brasil Publicações, 1976.
- A ERA da concentração de riquezas. **Pará Agrário**, Belém, 1992. p.9-13. Edição Especial.
- FERNANDES, A.M. **A construção da ciência no Brasil e a SBPC.** Brasília: UnB/ANPOCS/CNPq, 1990. 292p.
- FERREIRA, J.A. **Carta aberta às autoridades da área rural e ao público em geral.** Belém: Sindicato Rural de Marabá, 1982. 4p.
- FERREIRA FILHO, C. **A Amazônia em novas dimensões.** Rio de Janeiro: Conquista, 1961. 271p.
- FIGUEIREDO, L. Fronteiras amazônicas. In: IBGE (Rio de Janeiro, RJ). **Amazônia brasileira.** Rio de Janeiro, 1944. p.186-206.

- FIGUEIREDO, R.B. **Capacidade de investimento da agricultura familiar na região de Marabá, período 1990 a 1996.** Belém: UFFPa-Centro Agropecuário, 1998. 142p. Tese Mestrado.
- FIGUEIREDO, R.B. **A renda familiar nos estabelecimentos agrícolas da região de Marabá – Pará.** Marabá: LASAT, 1998. 27p.
- FONTES, G.M.D.N.C. **Alexandre Rodrigues Ferreira: aspectos de sua vida e obra.** Manaus: INPA, 1966. 96p. (INPA. Cadernos da Amazônia, 10).
- FRANCO, A.A.M. **História do Banco do Brasil.** Brasília: Banco do Brasil, 1987. 62p.
- FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. (Rio de Janeiro, RJ). **Legislação de conservação da natureza.** 3 ed. São Paulo: CESP, 1983. 510p.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 19 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984. 248p. (Biblioteca Universitária; 2).
- GOMES, G.M.; VERGOLINO, J.R. **Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia (1960/1995).** Belém: Sudam, 1997. 107p.
- GONÇALVES, M.; TOPALL, O.; ANJOS, A.M.A.; BRANDÃO, M.; SILVA, A.F.; MARTINS, M.P.; SILVA, P.P.; SANTOS, K.M.S. **Agricultura familiar da região de Marabá: trajetórias de acumulação.** Marabá, LASAT, 1992. 20p.
- GOODLAND, R.J.A.; IRWIN, H.S. **A selva amazônica: do inferno verde ao deserto vermelho?** São Paulo: Itatiaia/USP, 1975. 156p. (Reconquista do Brasil, v.30).
- A GRANDE empresa e os grandes projetos governamentais (o PGC). **Pará Agrário**, Belém, 1992. p.17-21. Edição Especial.
- GUANZIROLI, C.H. **Desistências e abandonos.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. p.4-5. (Universidade Aberta, 10).

- GUERRILHA do Araguaia. São Paulo, Editora Anita, 1996. 100p.
- GUIMARÃES, A.P. Quatro séculos de latifúndio. 4 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 255p. (Estudos brasileiros, 24).
- GUIMARÃES, L.A.; SANTOS, T.M.; RODRIGUES, D.M.; FRAHAM, B.H. **Comercialização da castanha-do-brasil no Estado do Pará, Brasil.** Belém: IDESP/Université Catholique de Louvain, 1996. 24p.
- HALL, A. A crise agrária na Amazônia. In: HÉBETTE, J. org. **O cerco está se fechando.** Petrópolis: Vozes/ Rio de Janeiro: FASE/ Belém: UFPa-NAEA, 1991a. p.144-162.
- HALL, A.L. **Amazônia, desenvolvimento para quem?** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1991b. 300p.
- HEBETTE, J. A dinâmica social dos desmatamentos; alternativas de desenvolvimento para o meio rural amazônico. In: DIEGUES, A.C. org. **A dinâmica social do desmatamento na Amazônia: populações e modos de vida em Rondônia e Sudeste do Pará.** São Paulo: URISD/USP-NUPAU, 1993.
- HÉBETTE, J. A luta sindical em resposta às agressões dos grandes projetos. In: HÉBETTE, J., org. **O cerco está se fechando.** Petrópolis: Vozes/Rio de Janeiro: FASE/Belém:/UFPa-NAEA, 1991.
- HÉBETTE, J. O Centro Agroambiental do Tocantins: propostas e desafios. Proposta, Rio de Janeiro, n.48, p.32-37, mar. 1991a.
- HÉBETTE, J. O grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense. In: CASTRO, E.M.R.; HÉBETTE, J. **Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia.** Belém: UFPa/NAEA, 1989. p.7-4. (UFPa-NAEA. Caderno, 10).
- HOLT, J. **The Brazil nut market.** London: Amazon Trading Company, 1992. 14p.
- HOMMA, A.K.O., ed. **Amazônia: meio ambiente e desenvolvimento agrícola.** Brasília: EMBRAPA-SPI, 1998. 386p.

- HOMMA, A.K.O. Como salvar as castanheiras? **O Liberal**, Belém, 20 mar. 1999. p.2.
- HOMMA, A.K.O. A civilização da juta na Amazônia: expansão e declínio. In: HOMMA, A.K.O., ed. **Amazônia: meio ambiente e desenvolvimento agrícola**. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1998. p.33-60.
- HOMMA, A. Xadrez fundiário no Sul do Pará. **Gazeta Mercantil**, Belém, 15 out. 1998. p.2.
- HOMMA, A.K.O. A civilização da pimenta-do-reino na Amazônia. In: HOMMA, A.K.O., ed. **Amazônia: meio ambiente e desenvolvimento agrícola**. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1998. p.61-91.
- HOMMA, A.K.O. The dynamics of extraction in Amazonia: a historical perspective. **Advances in Economic Botany**, New York, v.9, p.23-31, 1992.
- HOMMA, A.K.O. **A extração de recursos naturais renováveis: o caso do extrativismo vegetal na Amazônia**. Viçosa: UFV, 1989. 575p. Tese Doutorado.
- HOMMA, A.K.O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1993. 202p.
- HOMMA, A.K.O. A imigração japonesa na Amazônia, 1915-1945. In: HOMMA, A.K.O., ed. **Amazônia: meio ambiente e desenvolvimento agrícola**. Brasília, EMBRAPA-SPI, 1998. p.1-31.
- HOMMA, A.K.O. Modernization and technological dualism in the extractive economy in Amazonia. In: PÉREZ, M.R.; ARNOLD, J.E.M. **Current issues in non-timber forest products research**. Bogor, Indonesia: CIFOR/ODA, 1996. p.59-81.
- HOMMA, A.K.O.; CARVALHO, R. Derrubadas de castanheiras no sul do Pará. **Gazeta Mercantil**, Belém, 23 set. 1998. p.2.

- HOMMA, A.K.O.; WALKER, R.T.; CARVALHO, R.A.; CONTO, A.J.; FERREIRA, C.A.P. Razões de risco e rentabilidade na destruição de recursos florestais: o caso de castanhais em lotes de colonos no Sul do Pará. **Revista Econômica do Nordeste**, v.27, n.3, p.515-535, 1996.
- HOMMA, A.K.O.; KITAMURA, P.C.; FLOHRSCHUTZ, G.H.H.; SANTOS, A.I.M. **A análise do complexo pecuário no nordeste paraense**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1982. 35p. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 18).
- HOORNAERT, E., coord. **História da igreja na Amazônia**. Petropolis: Agir, 1992. 416p.
- HUNTINGTON, E. **Civilization and climate**. 3. ed. New York: [s.n], 1939.
- IBGE (Rio de Janeiro, RJ). **Geografia do Brasil**. Rio de Janeiro, 1989. v.3.
- IBGE (Rio de Janeiro, RJ). **Tipos e aspectos do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: 1970. 494p.
- INCRA (Brasília, DF). **Projeto Integrado de Colonização-Altamira-I**. Brasília, 1972. 218p.
- INCRA (Brasília, DF). **Projeto Lumiar: assistência técnica nos assentamentos**. Brasília, 1997. 32p.
- INCRA (Brasília, DF). **Programa da terra**. Brasília, 1992. 81p.
- INCRA (Brasília, DF). **Proposta para a elaboração do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República**. Brasília 1985. 53p.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasília, DF). **O Brasil na virada do milênio: trajetória do crescimento e desafios do desenvolvimento**. Brasília, 1997. 2v.

- INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (São Paulo, SP). **Mediação no campo**: estratégias de ação em situações de conflito fundiário. São Paulo, 1998. 128p. (ITESP. Cadernos, 6).
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (São Paulo, SP). **Desflorestamento 1995-1997**. São Paulo, 1998. 23p.
- JADÃO, P.B.R. **Marabá**. Marabá: Prefeitura Municipal, 1984. 225p.
- KAZMER, D.R. Agricultural development on the frontier: the case of Siberia under Nicholas II. **American Economic Review**, v.67, n.1, p.429-32, 1977.
- KELLER, E.C.S. O "habitat" rural. In: AZEVEDO, A. **Brasil, a terra e o homem**. São Paulo: E. Nacional, 1970. p.291-345.
- KITAMURA, P.C.; MÜLLER, C.H. **Castanhais nativos de Marabá-PA**: fatores de depredação e bases para a sua preservação. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1984. 32p. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 30).
- KITAMURA, P.C.; HOMMA, A.K.O.; FLOHRSCHUTZ, G.H.H.; SANTOS, A.I.M. **A pequena agricultura no nordeste paraense**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1983. 40p. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 22).
- KLEINPENNING, J.M.G. **The integration and colonisation of the Brazilian portion of the Amazon basin**. Nijmegen: Catholic University of Nijmegen, 1975. 177p.
- KOWARICK, M. **Amazônia-Carajás na trilha do saque**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1995. 336p.
- LA CONDAMINE, C.M. **Viagem pelo Amazonas, 1735-1745**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/São Paulo: EDUSP, 1992. (Coleção Nova História).
- LANDIM, L., org. **Sem fins lucrativos**: as organizações não-governamentais no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, 1988. 167p. (Iser. Cadernos, 20).

- LE COINTE, P. **O Estado do Pará: a terra, a água e o ar.** São Paulo: Ed. Nacional, 1945. 303p.
- A LEI da sobrevivência na floresta. **Pará Agrário**, Belém, 1992. p.27-29. Edição Especial.
- LETTE, E.T. **Castanha-do-pará, problema do Brasil.** Brasília: CNA, 1968. 51p.
- LEROY, J.P. **Uma chama na Amazônia.** Petrópolis: Vozes/Fase, 1991. 213p.
- LIBEREL, R.; REISDORFF, C.; MACHADO, A.D., ed. **Interdisciplinary research on the conservation and sustainable use of the Amazonian rain forest and its information requirements.** Germany: GKSS, 1996. p.255-273.
- LIMA, A. A exploração amazônica. In: IBGE (Rio de Janeiro, RJ). **Amazônia brasileira.** Rio de Janeiro, 1944. p.233-268.
- LINHARES, M.Y.; SILVA, F.C.T. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias.** São Paulo: Brasiliense, 1981. 170p.
- LISBOA, P.L.B. Martius e a Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, série Botânica, Belém, v. 10, n.1, p.3-14, 1994.
- MACHADO, P.A. The role of education and research in the development of the Amazon. In: WAGLEY, C., ed. **Man in the Amazon.** Gainesville: The University of Florida, 1974. p.315-330.
- MARTINS, J.S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta.** São Paulo: Hucitec, 1994.
- MATOS, M.V.B. **História de Marabá.** Marabá, Grafil: 1996. 113p.
- MAYA, R.L. **Situação ecológica do sul do Pará.** Marabá: Fundação Casa da Cultura de Marabá, 1992. 16p.
- MEGGERS, B.J. Environment and culture in Amazonia. In: WAGLEY, C., ed. **Man in the Amazon.** Gainesville: The University of Florida, 1974. p.91-110.

- MENDES, A.D. **A casa e suas raízes**; ensaio sobre ecologia, economia e ecomenia. Belém, CEJUP, 1996. 142p.
- MENDES, A.D. **Viabilidade econômica da Amazônia**. Belém: UFPa, 1971. 151p. (Coleção Amazônia. Série Tavares Bastos).
- MENDES, F.A.T. **Análise econômica da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) em bases racionais e extrativas**. Belém: CEPLAC, 1996. 18p.
- MENDONÇA, O. Justiça agrária – uma lacuna a preencher (2). **O Liberal**, Belém, 3 nov. 1998. p.2.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Agenda Amazônia 21**. Brasília, 1997. 48p.
- MIRANDA NETO, M.J. **O dilema da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979. 232p.
- MIYAZAKI, N.; ONO, M. O aviamento na Amazônia. **Sociologia**, São Paulo, v.20, n.3, p.336-396; n.4, p.530-563, 1958.
- MODELO militar: desmatar para desenvolver. **Pará Agrário**, Belém, 1992. p.35-50. Edição Especial.
- MONTEIRO, J.B.; CÉSAR, D. **Viagem ao Tocantins, Araguaia e Itacaiúnas**. 2. ed. Marabá: [s.n, 199-]. 45p.
- MONTEIRO, M.A. **Siderurgia e carvoejamento na Amazônia**: drenagem energético-material e pauperização regional. Belém: UFPa/ETFPa, 1998. 251p.
- MONTEIRO, S.T. **Anotações para uma história rural do Médio Amazonas**. Manaus: EMATER-AM, 1981. 98p.
- MORAES, A.Q. **Pelas trilhas de Marabá**. São Sebastião do Paraíso: Chromo Arte, 1998. 142p.
- MORAN, E.F. **Developing the Amazon**. Bloomington: Indiana University, 1981. 292p.

- MUCHAGATA, M. G.; FERREIRA, S.; REYNAL, V.; BARRETO, S.
Em busca de alternativas ao uso predatório dos recursos florestais na
fronteira amazônica. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e
Desenvolvimento**, Belém, v.1, n.1, p.21-38, 1996.
- MUCHAGATA, M.G.; REYNAL, V.; FIGUEIREDO, R.B.
**Perspectivas e potencial econômico da agricultura familiar
numa região de fronteira amazônica: o caso da região de Marabá.**
Marabá: LASAT, 1996. 23p.
- NADAI, E; NEVES, J. **História do Brasil**. 17 ed. São Paulo: Saraiva,
1995. 448p.
- NASCIMENTO, C.; HOMMA, A. **Amazônia: meio ambiente e
tecnologia agrícola**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1984. 282p.
(EMBRAPA-CPATU, Documentos, 27).
- THE NEW ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. 15. ed. Chicago,
Encyclopaedia Britannica Inc., 1977. 30v.
- OLIVEIRA, A.B. Considerações sobre a exploração da castanha no
Baixo e Médio Tocantins. In: IBGE (Rio de Janeiro, RJ). **Amazônia
brasileira**. Rio de Janeiro, 1944. p.278-283.
- OLIVEIRA, A.E. Ocupação humana. In: SALATI, E.; JUNK, W.J.;
SCHUBART, H.O.R.; OLIVEIRA, A.E. **Amazônia:
desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
p. 144-327.
- OLIVEIRA, A.I. **Relatório da comissão brasileira junto a missão
oficial norte-americana de estudos do valle do Amazonas**. Rio
de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1926.
476p.
- OLIVEIRA, V.H. Pioneiros da agricultura acreana: subsídios para a
história do Acre. In: SEMINÁRIO AGROPECUÁRIO DO ACRE,
2. 1986, Rio Branco. **Anais**. Brasília: EMBRAPA-UEPAE Rio
Branco, 1988. p.311-320. (EMBRAPA-Uepae Rio Branco.
Documentos, 10).

- PAEZ, P.B. **Analysis of the international demand for Brazil nuts** [s.l.]: Oregon State University, 1981. 138p. Tese Doutorado.
- PAIVA, R.M.; SCHATTAN, S.; FREITAS, C.F.T. **Setor agrícola do Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidades.** São Paulo: Secretaria de Agricultura, 1973. 456p.
- PANDOLFO, C. **Uma política florestal para a Amazônia brasileira.** Belém: Sudam, 1985. 48p.
- PARÁ. Faculdade de Ciências Agrárias do Pará. **Ciências agrárias na Amazônia.** Belém, 1976. 126p.
- PARÁ. Faculdade de Ciências Agrárias do Pará. **Memorial Histórico 1951-1991.** Belém, 1992. 201p.
- PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais.** Belém: IDESP, 1989. 208p.
- PAVAN, C.; ARAÚJO, M.C., org. **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/ São Paulo: Memorial, 1996. 3v.
- PENTEADO, A.R. O homem brasileiro e o meio. In: AZEVEDO, A. **Brasil, a terra e o homem.** São Paulo: Ed. Nacional, 1970. p.3-35.
- PENTEADO, A.R. **Problemas de colonização e de uso da terra na região Bragantina do Estado do Pará.** Belém: UFPa, 1967. 2v.
- PINHEIRO, A.C.; GIAMBIAGI, F.; NAJBERG, S. **Cenários macroeconômicos e setoriais para a economia brasileira.** Rio de Janeiro: BNDES, 1998. 30p. mimeografado.
- PINTO, L.F. **Amazônia: no rastro do saque.** São Paulo: Hucitec, 1980. 219p.
- PINTO, L.F. **Carajás, o ataque ao coração da Amazônia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. 112p.

- PINTO, L.F. Castanha: começa novo período? **O Liberal**, Belém, 18 dez. 1982. p.5.
- PINTO, L.F. Castanha: começa novo período? **O Liberal**, Belém, 19 dez. 1982. p.5.
- O PODER legislativo no Pará. **Nosso Pará**, Belém, v. 1, p.78-79, 1996.
- POLÍTICAS públicas coerentes para uma Amazônia sustentável. São Paulo: Friends of the Earth/GTA, 1997. 189p.
- POLÍTICAS públicas para a Amazônia 97/98. São Paulo: Friends of the Earth/GTA, 1998. 97p.
- POR TRÁS do desmatamento, a política de ocupação. **Pará Agrário**, Belém, 1992. p.3-8. Edição Especial.
- PORRO, A. **As crônicas do rio Amazonas**: notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993. 221p.
- PORTO, J.L.R.; COSTA, M. **A área de livre comércio de Macapá e Santana**: questões geoeconômicas. Macapá. Ed. Gráfica O Dia, 1999. 116p.
- PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945. 318p.
- REIS, A.C.F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Manaus: SUFRAMA, 1982. 213p. (Coleção Retratos do Brasil, v.161).
- REIS, A.C.F. Economic history of the Brazilian Amazon. In: WAGLEY, C., ed. **Man in the Amazon**. Gainesville: The University of Florida, 1974. p.33-44.
- REYNAL, V.; FIGUEIREDO, R.B. **Desmatamento e agricultura na região de Marabá**. Marabá: LASAT, 1998. 55p.

- REYNAL, V.; MUCHAGATA, M.G.; TOPALL, O.; HÉBETTE, J. **Agriculturas familiares e desenvolvimento em frente pioneira amazônica**. Belém: UFPa-CAT-LASAT/Paria: GRET/Point-à-Pitre: UAG-DAT, 1995. 69p.
- RIBEIRO, B.G. **Amazônia urgente: cinco séculos de história e ecologia**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990. 272p.
- ROCQUE, C. **Grande enciclopédia da Amazônia**. Belém: Amazônia Editora, 1967. 6v.
- RODRIGUES, R.N.S. **Estudos regionais: mesorregião sudeste paraense**. Redenção, NB Gráfica Editora, 1995. 67p.
- ROMEIRO, A.R. Meio ambiente e produção agropecuária na Amazônia. **Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.37, n.1, p.9-33, 1999.
- ROMEIRO, A.R. **A capacidade de geração de renda dos assentamentos**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, [199-]. snt. p.3. (Universidade Aberta, 10).
- ROMEIRO, A.R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo, Annablume/FADESP, 1998. 272p.
- ROSÁRIO, J.U. **Amazônia, processo civilizatório: apogeu do Grão-Pará**. Belém: UFPa, 1986. 155p.
- ROSS, J.L.S., org. **Geografia**. São Paulo: EDUSP, 1995. 546p. (Didática, 3).
- ROY, G. **A experiência do Centro Agroambiental do Tocantins: o diagnóstico agrossocioeconômico e o desencontro entre sindicalistas e pesquisadores**. Belém: ORSTOM/MPEG, 1998. 17p.
- ROY, G.; D'ÍNÇAO, M.C. **A agricultura familiar nas frentes de colonização da Transamazônica: ensaio crítico sobre as abordagens agroeconômicas**. Belém, 1998. 20p. Digitado.

- SAHA, S.K. Industrialização e mudança social na área de Marabá – Carajás na Amazônia Oriental brasileira. In: COELHO, M.C.N.; COTA, R.G. **Dez anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém, UFPa-NAEA, 1997. p.107-136.
- SALATI, E.; SHUBART, H.O.R.; JUNK, W.; OLIVEIRA, A.E. **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense/Brasília: CNPq, 1983. 327p.
- SANTANA, A.C.; HOMMA, A.K.O.; TOURINHO, M.M.; MATTAR, P.N. Situación y perspectivas de la seguridad alimentaria en la Amazonia; en un marco de producción agropecuaria y de cooperación intra-regional; Brasil. In: TRATADO DE COOPERACION AMAZONICA. Secretaría Pro Tempore. **Situación y perspectivas de la seguridad alimentaria en la Amazonia**. Caracas, 1997. p.129-217.
- SANTOS, B.A. **Amazônia; potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento**. São Paulo: T.A. Queiróz/EDUSP, 1981. 256p. (Biblioteca de Ciências Naturais, v.7).
- SANTOS, N. Ossadas humanas em fazenda. **O Liberal**, Belém, 12 jul. 1999. p.10.
- SANTOS, R.A.O. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo, T.A. Queiróz, 1980. 358p. (Biblioteca básica de ciências sociais, série 1. Estudos brasileiros, v.3).
- SCHMIDT, M. **Nova história crítica do Brasil: 500 anos de história malcontada**. São Paulo: Nova Geração, 1997. 392p.
- SCHREIBER, W.R. **The Amazon basin Brazil nut industry**. Washington: USDA, 1951. 53p. (Foreign Agriculture Report, 49).
- SEMINÁRIO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA, 1988, Curitiba. Documento final. Curitiba: Instituto de Estudos Amazônicos, 1988. 46p.

- SEMINÁRIO SOBRE SISTEMAS DE COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA, Belém, 1972. **Relatório preliminar**. Belém: INCRA/IICA-Trópicos, 1972.
- SILVA, F. A. **História do Brasil**: colônia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1990. 120p.
- SILVA, F.C. Poder econômico e política fundiária no Pará. **Pará Agrário**, Belém, v.2, n.3, p.3-11, 1987.
- SILVA, M.M.F. Transportes na Amazônia. In: IBGE (Rio de Janeiro, RJ). **Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro, 1944. p.284-296.
- SILVA, R.A. A evolução econômica. In: AZEVEDO, A. **Brasil, a terra e o homem**. São Paulo: Ed. Nacional, 1970. p.367-439.
- SILVA, R.G. **Olho grande na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991. 143p.
- SIMPÓSIO NACIONAL DA CASTANHA-DO-BRASIL. 1. 1982, Belém. **Objetivos, estrutura, resultados, conclusões e recomendações**. Belém: SUDAM, 1982.
- SMITH, A. **Os conquistadores do Amazonas**. São Paulo: Best Seller, 1990. 399p.
- SMITH, N.J.H. **Rainforest corridors**: the Transamazon colonization scheme. Berkeley: University of California, 1982. 248p.
- SMITH, N.J.H.; WILLIAM, J.T.; PLUCKNETT, D.L.; TALBOT, J.P. **Tropical forests and their crops**. Ithaca: Cornell University, 1992. 568p.
- SOARES, L.C. **Amazônia**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1963. 341p.
- SOUZA, M. **Breve história da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994. 174p.
- SPRUCE, R. **Notes of a botanist on the Amazon & Andes**. London: MacMillan, 1908. 542p.

- SPVEA (Rio de Janeiro, RJ). **Primeiro plano quinquenal**. Rio de Janeiro, 1955. 310p.
- STEINEN, K. von den. **O Brasil Central: expedição em 1884 para a exploração do rio Xingu**. São Paulo: Ed. Nacional, 1942. 419p. (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série Extra Brasileira, 3).
- STONE, R. D. **Sonhos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 293p.
- SUDAM (Belém, PA). **Plano de desenvolvimento da Amazônia: 1994/97**. Belém, 1993. 89p.
- TAMBS, L.A. Geopolitics of the Amazon. In: WAGLEY, C. **Man in the Amazon**. Gainesville: The University of Florida, 1974. p.45-87.
- TAMER, A. **Transamazônica, solução para 2001**. 2 ed. Rio de Janeiro: APEC, 1971. 311p.
- TAUNAY, A.E. **Pequena história do café no Brasil (1727-1937)**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945. 558p.
- TOCANTINS, L. **Formação histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961. 3v.
- TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 1988. 284p.
- TOCANTINS, L. **Santa Maria de Belém do Grão Pará: instantes e evocações da cidade**. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. 383p.
- VALVERDE, O.; DIAS, C.V. **A rodovia Belém-Brasília**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. 350p. (IBGE. Série A. Biblioteca Geográfica Brasileira. Publicação, 22).
- VARGAS, G. **Diário**. São Paulo: Siciliano/Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. 2v.
- VEJA. **Amazônia: um tesouro ameaçado**. São Paulo, 24 dez.1997. 98p.
- VEJA. Edição comemorativa 20 anos. São Paulo, v.20, n.37, 1988. 223p.
- VEJA. Edição comemorativa 30 anos. São Paulo, v.31, n.42, 1998. 146p.

- VEJA. Retrospectiva de um quarto de século-25 anos. São Paulo, 27 out. 1993. 168p. VEJA. Milênio. São Paulo, v.31, n.51, 1999. 126p.
- VELHO, O.G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 178p.
- VITÓRIO, M. Oeste do Pará: uma região que exige mais atenção. **Nosso Pará**, Belém: v. 3, p.130-133, 1996.
- VOLBEDA, S. Urbanization in the "frontiers" of the Brazilian Amazon and the expulsion of pioneers from the agricultural sector from 1960 to the present. **Boletim de Estudios Latinoamericanos y del Caribe**, n.33, p.35-57, Dic. 1982.
- WAGLEY, C., ed. **Man in the Amazon**. Gainesville: The University of Florida, 1974. 330p.
- WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica**; estudo do homem nos trópicos. São Paulo: Ed. Nacional, 1957. 401p.
- WALKER, R.T.; HOMMA, A.K.O.; CONTO, A.J.; CARVALHO, R.A.; FERREIRA, C.A.P.; SANTOS, A.I.M.; ROCHA, A.C.P.N.; OLIVEIRA, P.M.; RODRIGUES-PEDRAZZA, C.D. **As contradições do processo de desenvolvimento agrícola na Transamazônica**. Belém: Embrapa-CPATU, 1997. 117p. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 93).
- XIMENES, T., org. **Embarcações, homens e rios na Amazônia**. Belém: UFPa, 1992. 82p.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

Abraham Lincoln.....	52, 73
Ademir Braz	102
Adrian Cowell.....	70
Ahmed Yamani.....	52
Ailton Krenak.....	73
Alacid da Silva Nunes.....	68
Alacid Nunes.....	40, 41, 46
Alfredo Homma.....	70, 84
Alfredo Kingo O. Homma.....	7
Alfredo Rodrigues de Monção.....	20
Moyssio Costa Chaves.....	54, 56
Alysson Paulinelli.....	55
Andrade Gutierrez.....	66
Andreas Stihl.....	25
Annita Reddick.....	82
Antônio Borges & Cia.....	26
Anrônio Delfim Neto.....	59
Antônio Martins.....	34
Arnosto de Riva.....	51, 54, 69
Aristides Carmo.....	67, 68
Armando Dias Mendes.....	53
Arthur Cezar Ferreira Reis.....	40
Arthur de Souza Costa.....	31
Augusto Morbach.....	19, 51
Aurício do Carmo.....	38

B

Bartolomeu Dias	58
Bernardo Sayão.....	37
Breno Augusto dos Santos.....	41

C

Camargo Corrêa.....	78
Camillo Viana.....	42
Carlos Hans Müller.....	67
Castelo Branco.....	40, 42
Charles de Gales.....	85
Chico Mendes.....	74, 78, 84
Clara Pandolfo.....	49
Claudio e Orlando Villas Boas.....	32
Costa e Silva.....	41
Couto Magalhães.....	57
Cristo Nascimento.....	70

D

D. Mano Maria Pena.....	55
Daniel K. Ludwig.....	41
Darcy Ribeiro	99
Deodoro de Mendonça.....	24, 26, 28, 37
Dias & Cia.....	26, 37
Dirceu Nogueira.....	56

E

Edilson Bassoli de Oliveira.....	70
Eduardo de Souza Martins.....	96
Elias Seffer.....	67
Eliseu Padilha	103
Emanuel Adilson Souza Serrão.....	68
Emílio F. Moran.....	56
Emílio Garrastazu Médici.....	46, 47, 50, 51
Encás Calandrini Pinheiro.....	18
Encás Martins.....	19
Encás Salati.....	71
Énio Pepino.....	51
Ernesto Geisel.....	40, 53, 55, 56, 58
Eudes de Prado Lopes.....	40

F

F. Schmithüsen	57
Fábio Feldman.....	80
Ferdinand de Lesseps.....	20
Fernando Collor.....	83, 84, 86, 87
Fernando de Leão Guilhon.....	55
Fernando Henrique Cardoso.....	90, 91, 96, 97, 101
Filipe Lamprea.....	90
Francisco de Assis Costa.....	103
Francisco de Jesus Penha	56
François Gouriou	68, 69
Frank Sherwood.....	53
Frei Gil de Vila Nova.....	19

G

Gabriel Pimenta.....	68
Genésio Ferreira da Silva.....	65
Gerson Peres.....	69, 101
Getúlio Vargas.....	27, 28, 30, 32, 35, 36
Gil Gomes Leitão.....	34

H

Hélio Gucirós.....	74
Hélio Mota Gucirós.....	79
Henry Ford.....	25
Hermes da Fonseca.....	19
Howard S. Irvin.....	54
Hugo de Almeida.....	106
Humberto de Alencar Castelo Branco.....	39

I

Irineu Alcides Bays.....	70
Italo Cláudio Falesi.....	50, 68
Itamar Franco.....	87, 89

J

Jader Barbalho.....	72, 74, 85, 88
Jaime da Silva Araújo.....	71
James Weir.....	28
Jânio Quadros.....	38
Jarbas Passarinho.....	27, 38, 39, 40, 46
Jean C.L. Dubois.....	83
Jean Hébert.....	78
João Anísio Ferreira.....	67
João Baptista Palhano.....	70
João Canuto de Oliveira.....	72
João Carlos Souza Meirelles.....	42
João Figueiredo.....	59, 69, 70
João Murça Pires.....	68
João Paulo dos Reis Velloso.....	55
José Antônio Muniz Lopes.....	80
José Cândido de Melo Carvalho.....	59
José Carneiro da Gama Malcher.....	28, 32
José Cesário Menezes de Barros.....	55
José Genoíno.....	49
José Gomes Silva.....	71
José Lutzenberger.....	70, 73, 83
José Natalino Macedo Silva.....	95
José Sarney.....	71, 73, 78
José Sarney Filho.....	105
Júlio de Deus Filho.....	73
Jusechno Kubitschek de Oliveira.....	36, 37

K

Kahl Mutran.....	25
------------------	----

L

L. E. Terga.....	68
Leonardus Phillipson.....	57

Luiz Antônio Geraldo Pereira.....	70
Luisignan Dias.....	26

M

Magalhães Barata.....	26, 31
Major Curó.....	65
Makinossuke Ussui.....	27
Marco Maciel.....	98
Margaret Mee.....	81
Maria Celene Cardoso de Almeida.....	36
Maria Tereza Jorge Pádua.....	73
Mário Andreazza.....	47, 50
Mario Molina.....	53
Martino Mota Silveira.....	21
Mary Helena Allegratti	73, 79
Maurício Rangel Reis.....	55
Michael Goulding.....	65
Milton Câmara Senna.....	52
Moacir Micheletto.....	105
<i>Moisés da Providência Araújo</i>	7
Moura Cavalcanti	54

N

Nagib Mutran.....	37
Nelson Ribeiro.....	71, 73
Nigel J. H. Smith.....	56

O

Oscar Passos.....	31
-------------------	----

P

P.A. Sanches.....	68
Padre Pietro Colzane.....	86
Papa João Paulo II.....	66
Paul H. Müller.....	29
Paul J. Coimbe.....	24, 32
Paulinho Paakan.....	87
Paulo B. Cavalcante.....	50
Paulo César Fontelles de Lima.....	74
Paulo Nogueira Neto.....	52
Pedro Arrupe.....	86
Pedro Morbach.....	19
<i>Pedro Valle</i>	7
Percival Farquhar.....	18
Philip M. Fearnside.....	56

Q

Queiroz Galvão.....	78
---------------------	----

R	
Rachel Louise Carson.....	38
Robert R. A. Goodland.....	54
Roberto Aloisio Paranhos do Rio Branco.....	80
Ronaldo Caiado.....	73
Rosyan Campos de Caldas Brito.....	72
Rubens Ricupero.....	88
Ryota Oyama.....	28

S	
S. C. Schank.....	40
Sebastião Rodrigues de Moura.....	65
Shigeaki Ucky.....	55
Socorro Gomes.....	97

T	
Tácito Lívio Reis de Freitas.....	41
Tancredo Neves.....	71

Teodoro Gonçalves Pereira.....	32
Thilo Bode	104

U	
Ulisses Campbell.....	101

V	
Valdir de Campo	102

W	
W. L. Schurz.....	28
Washington Luis.....	27
William Santos de Assis.....	100
Wilson Choert.....	41

Z	
Zacarias Assunção.....	34
Zeno Veloso.....	97